

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 303, DE 2021

(Do Poder Executivo)

MSC 322/2021

OF 564/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.879, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 96, de 20 de fevereiro de 2015 – Associação Progressista de Radiodifusão Comunitária Sonora de Igarapé do Meio, no município de Igarapé do Meio - MA;

2 - Portaria nº 109, de 5 de fevereiro de 2015 – Associação Rádio Comunitária Guarany FM, no município de Abaetetuba – PA;

3 - Portaria nº 746, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária Vale do Uatumã, no município de Presidente Figueiredo – AM;

4 - Portaria nº 2.019, de 9 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rios dos Bois, no município de Anicuns – GO;

5 - Portaria nº 2.990, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Itarantiense Nova Esperança, no município de Itarantim – BA;

6 - Portaria nº 3.430, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Cultural de Bálsamo, no município de Bálsamo – SP;

7 - Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015 – Associação Lar Comunitário, no município de Poções – BA;

8 - Portaria nº 3.602, de 8 de setembro de 2015 – Associação Rádio Vida, no município de Cachoeira do Sul – RS;

9 - Portaria nº 3.615, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto, no município de Ouro Preto – MG;

10 - Portaria nº 6.310, de 1º de dezembro de 2015 – Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária, no município de Sete Lagoas – MG;

11 - Portaria nº 155, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu, no município de Jarinu – SP;

12 - Portaria nº 233, de 1º de fevereiro de 2016 – Rádio Comunitária Cruz das Armas FM, no município de João Pessoa – PB;

13 - Portaria nº 4.767, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Comunicação Cultural de Torres, no município de Torres - RS;

14 - Portaria nº 4.864, de 19 de setembro de 2019 - Associação e Movimento Comunitário Machado FM, no município de Machado - PE;

- 15 - Portaria nº 4.877, de 19 de setembro de 2019 - Associação Unidos Para Comunicação de Pinheiros, no município de Pinheiros - ES;
- 16 - Portaria nº 4.879, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, no município de Campos Gerais - MG;
- 17 - Portaria nº 4.880, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Nova Bassano, no município de Nova Bassano - RS;
- 18 - Portaria nº 5.137, de 30 de setembro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba, no município de Piritiba - BA;
- 19 - Portaria nº 5.138, de 30 de setembro de 2019 - Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social, no município de Novo Barreiro - RS;
- 20 - Portaria nº 5.179, de 4 de outubro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Comunicação de Mucambo, no município de Guaraciaba do Norte - CE;
- 21 - Portaria nº 5.238, de 15 de outubro de 2019 - Associação Comunitária Pratense Radiodifusão, no município de Prata - MG;
- 22 - Portaria nº 5.239, de 14 de outubro de 2019 - Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, no município de Jaboatão dos Guararapes - PE;
- 23 - Portaria nº 5.243, de 14 de outubro de 2019 - Associação Rádio Comunitária RCS, no município de São Jorge d'Oeste - PR;
- 24 - Portaria nº 5.306, de 15 de outubro de 2019 - Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré, no município de Cariré - CE;
- 25 - Portaria nº 5.308, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, no município de São José do Belmonte - PE;
- 26 - Portaria nº 5.309, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG;
- 27 - Portaria nº 5.310, de 15 de outubro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati, no município de Cajati - SP;
- 28 - Portaria nº 5.311, de 14 de outubro de 2019 - Associação Comunitária União, no município de União dos Palmares - AL;
- 29 - Portaria nº 5.316, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga, no município de Santa Rita de Jacutinga - MG; e
- 30 - Portaria nº 6.045, de 8 de novembro de 2019 - Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofete - RNB - FM, no município de Bofete - SP.

Brasília, 2 de julho de 2021.



Brasília, 22 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.013013/2014-75, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 02.428.855/0001-43, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10214/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC TIC nº 4.879/2019, de 19 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 27/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4879/2019/SEI-MCTIC
DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000811/1998 e nº 53900.013013/2014-75, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, CNPJ nº 02.428.855/0001-43, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 19/09/2019, às 21:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4647690** e o código CRC **C4E054E9**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 564/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 2 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 96, 109, 746, 2.019, 2.990, 3.430, 3.594, 3.602, 3.615 e 6.310, de 2015; 155 e 233, de 2016; 4.767, 4.864, 4.877, 4.879, 4.880, 5.137, 5.138, 5.179, 5.238, 5.239, 5.243, 5.306, 5.308, 5.309, 5.310, 5.311, 5.316 e 6.045, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.071349/2013-15

SEI nº 2693854

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40555/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.013013/2014-75.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4769391** e o código CRC **6489B259**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.013013/2014-75
Interessado:	Associação Comunitária Cidade de Radiofusão
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.428.855/0001-43
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	MG
Localidade:	Campos Gerais
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 02/10/2019, às 08:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4686160** e o código CRC **5585BF30**.

Referência: Processo nº 53900.013013/2014-75

SEI nº 4686160

LAUDO
DE
VISTORIA TÉCNICA

RENOVAÇÃO DE OUTORGA RADCOM

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
“CIDADE” DE RADIODIFUSÃO

CAMPOS GERAIS - MG

14/08/2014

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Comunitária "Cidade" de Radiodifusão, inscrita no CNPJ sob o nº 02.428.855/0001-43, com sede na Rua Luiz Marques Rabelo – 413 -Centro, na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais, CEP 37160-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 445 datada de 22/03/2002 e Decreto Legislativo nº 580 publicado no Diário Oficial da União datado de 19/08/2014, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Campos Gerais - MG, 14 de Ago de 2014.
(local e data)

Ricardo Augusto de Mesquita Pereira
(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: Ricardo Augusto de Mesquita Pereira

CPF: 009.885.526-39

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3
DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE
2011.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 21/08/14 às 16:00 horas
Assinatura: Conceição

1

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 -Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
8- Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.


Ricardo Augusto de Mesquita Pereira

Endereço para correspondência : Rua Luiz Marques Rabelo – 413 - Centro, na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais, CEP 37160-000.

Telefone para contato: 0XX- 35 - 3853-1245.

Correio eletrônico (e-mail) RICARDO.PEREIRA2006@IG.COM.BR.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO

Campos Gerais - MG

Relação de documentos:

- I. Declaração firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;
- II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- III. Cópia do CNPJ válido e atual;
- IV. Cópia autenticada do Estatuto Social;
- V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma 01/2011, sobre a programação da emissora;
- VII. Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos de renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnico, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1

I. Declaração firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Ricardo Augusto de Mesquita Pereira, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária "Cidade" de Radiodifusão**, atesto para os devidos fins que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Carlos G. G. 12715 / 1009, 14 de AGOSTO de 2014.

Ricardo Augusto de Mesquita Pereira
Ricardo Augusto de Mesquita Pereira

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CIDADE DE RADIODIFUSAO

CNPJ: 02.428.855/0001-43

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:40:23 do dia 11/08/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/09/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

III – Cópia do CNPJ válido e atual;



Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA****NÚMERO DE INSCRIÇÃO**
02.428.855/0001-43
MATRIZ**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL****DATA DE ABERTURA**
09/03/1998**NOME EMPRESARIAL**
ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO**TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)**
"CIDADE FM"**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL**
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS**
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA**
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA**LOGRADOURO**
R LUIZ MARQUES RABELO**NÚMERO**
413 **COMPLEMENTO****CEP**
37.160-000**BAIRRO/DISTRITO**
CENTRO**MUNICÍPIO**
CAMPOS GERAIS**UF**
MG**SITUAÇÃO CADASTRAL**
ATIVA**DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL**
03/06/1998**MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL****SITUAÇÃO ESPECIAL**
*******DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL**

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 21/07/2014 às 13:31:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

IV. Cópia autenticada do Estatuto Social;

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO

CAPITULO I **DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

Art. 1º - A Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão é uma sociedade civil sem fins lucrativos, voltada para a defesa da democratização populares de apoio as ações solidárias cooperativos e comunidades, religiosas ou não, não partidárias, dedicada a serviços comunitários.

Art. 2º - A Associação terá sede em Campos Gerais, à Rua Luiz Marques Rabelo, 413, Centro - Campos Gerais-MG, podendo também Ter dependências e representações em outros locais e/ou cidades.

Parágrafo Único - Esta entidade receberá o nome fantasia "CIDADE FM" e transmitirá na frequência aprovada pela Lei Federal das rádios comunitárias.

Art. 3º - O prazo de duração da sociedade, cuja sigla será ACCR é indeterminado.

Art. 4º - O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacidade dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 5º - As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;



III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ - 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ - 2º As programações opinativas e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ - 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

CAPITULO II

DIREITOS E DEVERES

Art. 6º - A diretoria poderá conferir título benemérito a pessoas ou entidades que venham efetivamente a contribuir para o desenvolvimento da radiodifusão comunitária, sem que obtenham o direito de associados.

Art. 7º - São direitos dos associados:

- a) Participar, votar e ser votado, ainda que por procuração nas assembleias e reuniões.
- b) Consultar a Associação das Pequenas Emissoras de Radiodifusão Comunitária de Minas Gerais (APEMG), da qual a Associação Comunitária CIDADE de radiodifusão é órgão nato quanto a quaisquer questão relativas ao funcionamento e interesses, bem como receber assistência prevista na letra (b) do artigo 4º deste estatuto.
- c) Consultar os associados quanto a assuntos de interesse da sociedade considerados estratégicos.

Art. 8º - São deveres dos associados:

- a) Colaborar efetivamente, cada um no seu âmbito de atividade, para consecução dos objetivos e finalidades da associação.
- b) Prestar as informações solicitadas, comparecer as reuniões e eventos, exercer cargos, missões e tarefas para as quais forem designados, acatar as resoluções das assembleias e da diretoria, cumprir e fazer cumprir o estatuto.



CAPITULO III **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Art. 9º - A Assembléia Geral e órgãos soberano da associação, que se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto.

Parágrafo 1 - Uma hora antes do início dos trabalhos, deverá ser colocado na mesa do livro de presença, onde os sócios lançarão as assinaturas.

Parágrafo 2 - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um membro da diretoria para secretariá-lo.

Parágrafo 3 - O Presidente da Assembléia, além de seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4 - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5 - A ata dos trabalhos, lavrada pelo secretário, será assinada pelos componentes da mesa por 3(três) sócios escolhidos pela Assembléia.

Art. 10º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez por ano.

Art. 11º - São atribuições da Assembléia Geral:

- a) Examinar e aprovar ou não as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos.
- b) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da diretoria, mediante o voto concorde de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados, convocados especialmente para esta finalidade: Assembléia Geral e Extraordinária.
- c) Promover imediata substituição e pelo prazo restante do mandato dos membros destituídos da forma da (b) deste artigo.
- d) Deliberar sobre os demais assuntos constantes na "Ordem do Dia".

Art. 12º - A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que convocada pela diretoria ou 2/3 (dois terços) no mínimo dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 13º - As Assembléias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, serão convocados com antecipação de 15 dias mediante edital a ser afixado na sede social e nas representações,



além de comunicação por carta a todos os associados em dia com as obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 8(oito) dias.

Art. 14° - A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal ou através de procuração da maioria dos associados.

Parágrafo 1 - A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado presente ou representando.

Parágrafo 2 - Só poderá votar e ser votado o sócio quite com a tesouraria.

Parágrafo 3 - Os sócios beneméritos poderão participar das assembleias, sem direito a voto, podendo opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 15° - Na falta de comparecimento a Assembléia Geral da maioria dos associados, haverá uma Segunda convocação uma hora após a primeira e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto no parágrafo 2 do Art. 14°.

CAPITULO IV **DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 16° - A Diretoria, que é órgão executivo, compõe-se de:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário
- d) Tesoureiro

Parágrafo 1 - O mandato da diretoria é de 10 anos, podendo seus membros serem reeleitos.

Parágrafo 2 - O mandato dos membros da diretoria que substituem os destituídos será complementar, pelo prazo restante do mandato que forem substituir.

Parágrafo 3 - Subordinada diretamente à Presidência da Associação funcionará a secretaria Executiva, cujo titular, o Secretário Executivo, será escolhido pela Diretoria, que lhe dará as atribuições.

Art. 17° - Compete a Diretoria, em conjunto, ou pela maioria de seus membros:

- a) Executar e fazer executar os objetivos da Associação.
- b) Propor valores de cotas, mensalidades e contribuições.

Art. 18° - Compete ao Presidente:



- a) Representar a Associação ativa e passivamente, em juízo e fora dele.
- b) Constituir um ou mais Procuradores para defesa dos interesses sociais.
- c) Cumprir e fazer cumprir o estatuto e as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral.
- d) Presidir as reuniões da Diretoria e convocar as Assembléias Gerais.
- e) Designar o Secretário executivo artístico e fixar sua remuneração.
- f) Assinar os balanços anuais da Associação, submetendo a apreciação da Diretoria, logo após o balanço anual, os relatórios de atividades administrativas e sociais, referentes ao exercício findo, para que possam ser levados, finalmente da apreciação da Assembléia Geral.
- g) Realizar, conjuntamente com o tesoureiro, operações bancárias comerciais.
- h) Movimentar, conjuntamente com o tesoureiro, contas bancárias.

Art. 19° - Compete ao Vice-Presidente substituir, provisoriamente, o Presidente nas suas faltas e impedimentos e, definitivamente em caso de vaga.

Parágrafo Único - O Presidente poderá designar missões especiais ao Vice-Presidente que agirá em seu nome, documentando de alguma forma esta designação.

Art. 20° - Compete ao Tesoureiro:

- a) Zelar pelo patrimônio da Associação e promover a escrituração da mesma.
- b) Apresentar ao Presidente quaisquer irregularidades verificadas nas finanças da Associação.
- c) Exercer, conjuntamente com o Presidente, as atribuições previstas na letra (c) do art. 22°.
- d) Acumular os serviços da Secretaria no caso de impedimento do Secretário.

Art. 21° - Compete ao Secretário Executivo da Associação, nomeado pelo Presidente o seguinte:

- a) Organizar todo o serviço interno da Associação dirigindo o respectivo expediente:
- b) Submeter ao Presidente toda a organização da Secretaria Executiva, a contratação e dispensa dos servidores, bem como a fixação dos salários respectivos.

CAPITULO V **DA RECEITA**

Art. 22° - A receita da Associação é composta de:

- a) Arrecadação de contribuições ordinárias especiais dos associados.



- b) Doação ou receita proveniente de terceiros.
- c) Outras receitas provenientes da prestação de serviços, inclusive para terceiros.
- d) Contribuição de sócios cooperados.
- e) Convênios com outras instituições.

CAPITULO VI **DAS SANÇÕES**

Art. 23° - As infrações poderão ser punidas pela Diretoria, com suspensão de direitos ou exclusão dos associados, garantindo ao associado amplo poder de defesa.

Parágrafo Único - O associado poderá recorrer, com efeito suspensivo, a Assembléia Geral dentro de 60(sessenta) dias do recebimento da notificação da punição, que será remetida pela via postal com registro de aviso e recebimento.

Art. 24° - A falta de pagamento de mensalidades, durante um semestre, causará suspensão dos direitos dos associados.

Parágrafo Único - A suspensão dos associados em débito com a Associação não prejudica o direito desta pleitear, pelos meios legais, o pagamento do referido débito e do que lhe for devido pelo associado indimplente.

Art. 25° - No caso de falta de pagamento de contribuições, a suspensão do associado será automática.

Parágrafo Único - Esta sanção não terá efeito a partir do momento em que o associado satisfazer integralmente suas obrigações.

CAPITULO VII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 26° - As reuniões da Diretoria realizar-se-ão mensalmente, ou de qualquer tempo, por convocação do Presidente ou de dois Direitos, e das deliberações tomadas, lavrar-se-a ata em livro próprio.

Art. 27° - Os atos que importem em ônus e a alienação de bens e imóveis pertencentes a Associação, somente poderão ser praticados pelo presidente ou por seu substituto legal, mediante prévia deliberação da Assembléia Geral.



Art. 28° - O presente estatuto somente poderá ser modificado por Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

* Art. 29° - No caso de ser deliberada a extinção da Associação por Assembléia Geral Extraordinária * os bens da sociedade serão repartidos entre os associados representativos da Associação Comunitária na proposta de seus filiados.

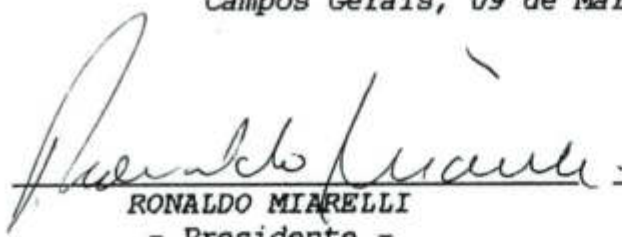
Art. 30° - Os associados não respondem e nem responderão pelas obrigações da Associação.

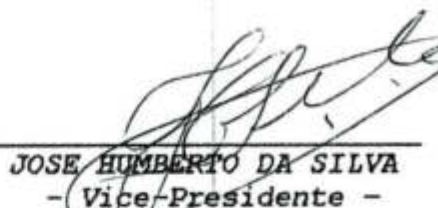
Art. 31° - O Presidente, o Vice-Presidente, os diretores não serão remunerados, mas terão ressarcidas as despesas decorrentes de suas atividades previstas neste estatuto.

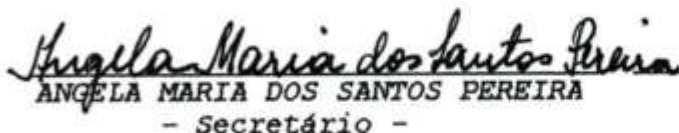
Art. 32° - Fica instituído um conselho comunitário de até 5 (cinco) representantes com fins sociais, designados pela diretoria da Associação, que lhes definirá as atribuições observadas na legislação vigente.

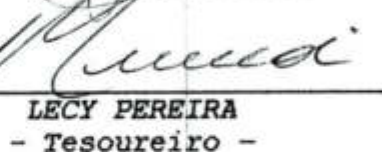
Art. 33° - O período de mandato dos membros do Conselho será coincidente com o da diretoria.

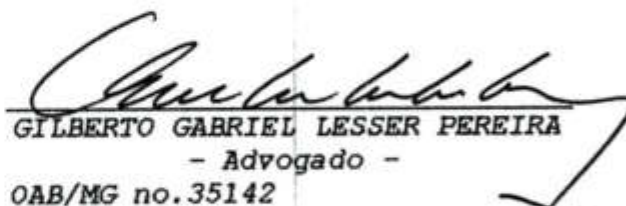
Campos Gerais, 09 de Março de 1998.


RONALDO MIARELLI
- Presidente -


JOSE HUMBERTO DA SILVA
- Vice-Presidente -


ANGELA MARIA DOS SANTOS PEREIRA
- Secretário -


LECY PEREIRA
- Tesoureiro -


GILBERTO GABRIEL LESSER PEREIRA
- Advogado -
OAB/MG no. 35142

Cartório do 1.º Ofício - Campos Gerais
Tab. ITALO FURBETA

Reconheço veracidade (s) de (s) firma(s)
Ronaldo Miarrelli, Jose Humberto da Silva
Angela Maria dos Santos Pereira, Lecy
Pereira, Gilberto Gabriel Lesser Pereira
Campos Gerais, 10 de Março de 1998

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Travessa da Moura, 55 - Tel/Fax: (051) 3653-1737 - Campos Gerais/MG - CEP 37.160-000

NUMERO 1.315
PÁGINA 175 (DO PROTOCOLO
Apresentada no dia 10 de Março
de 1998
Registrada no Livro A-3 do Registro, sob o n.
227 140



PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO - CNPJ: 02.428.855/0001-43

“Dá nova redação ao Art. 4º do Estatuto da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão”.

O Art. 4º passa a ter a seguinte redação:

O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação vigente;
- V - permitir a capacidade dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- VI - Exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Campos Gerais, 06 de junho de 2001.



Ronaldo Miarelli

1º TABELIÃO
Trávesa da Matriz s/nº F. 553-1707
CAMPOS GERAIS - MG

Reconheço por verdadeira a firma de

CAMPOS GERAIS - MG 08/06/2001

Em Teste da verdade

NÚMERO 423
PÁGINA 086
DO PROTOCOLO
Apresentado no dia 08 de Junho de 2001
O Oficial substituto de registro
Registrado no livro nº A-3 do Registro, sob o nº 351
foi em 08 de Junho de 2001
Italo Furbeta - Tabelião
Miria Miarelli F. Furbeta - Substituta
Eugênio Miarelli F. Furbeta - Escrevente

ITALO FURBETA

1º TABELIÃO

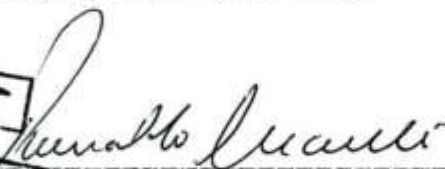

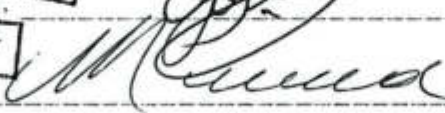
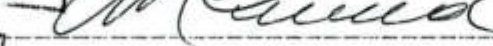
CARRELA MIRIAM F. FURBETA - SUBSTITUTA

EUGÊNIO MIRIAM F. FURBETA - ESCRIVENTE

ATA DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO -
CNPJ: 02.428.855/0001-43

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e um, às 14:00 (catorze horas), reuniu-se nas dependências desta Associação Comunitária, situado á rua Luiz Marques Rabelo, 413 - Centro - Campos Gerais/MG, os membros da diretoria da "Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão" para aprovar a primeira alteração do Estatuto, que dá nova redação ao Art. 4º do estatuto original, acrescentando o parágrafo VI. Nada mais tendo a tratar o presidente deu-se por encerrada a reunião. E para constar eu, Ângela Maria dos Santos Pereira, secretária lavrei e assinei a presente ata.

Campos Gerais, 06 de junho de 2001.

1º 
Presidente: Renato Luciani
2º 
Vice-Presidente: 
3º 
Secretária: Ângela Maria dos Santos Pereira

1º TABELIONATO
Travessa da Matriz s/nº F. 853-11-7
CAMPOS GERAIS - MG
Reconheço por verdadeira a firma Renato Luciani
Angela Maria dos Santos Pereira
CAMPOS GERAIS - MG 08 106 2001
Em Teste Eugenio Marcelo F. Furbeta da verdade

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Travessa da Matriz, 55 - Tel/Fax: (35) 3853-1787 - Campos Gerais/MG - CEP 37.160-000
autentica a presente cópia reprográfica a qual confere
com o original, do que dou fé.
Campos Gerais, 21/07/2014 14:19:03 14526
Emol.: R\$3,68 T.F.J.: R\$1,21 Recampo: R\$0,22 Total: R\$5,11
Em Teste FABIO NAVES FURBETA da verdade.

NÚMERO 474
PÁGINA 040
DO PROTOCOLO
Apresentado no dia 08 de Junho de 2001
O Oficial, substituto do registro
Registrado no livro nº 4-3 do Registro, sob o nº 352
folha 794 v. Campos Gerais, 18 de Junho de 2001
Eugenio Marcelo F. Furbeta
Italo Furbeta - Tabelião
Mirza Maria P. Furbeta - Substituta
Eugenio Marcelo F. Furbeta - Escrevente

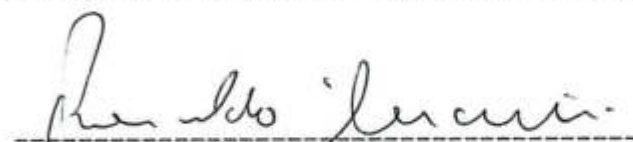
SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
CIDADE DE RADIODIFUSÃO - CNPJ: 02.428.855/0001-43

" Dá nova redação ao Art. 29.º do Estatuto da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão".

O Art. 29.º passa a ter a seguinte redação:

1 - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os bens patrimoniais da Entidade serão transferidos à Entidade congênere.

Campos Gerais, 07 de novembro de 2001



Ronaldo Miarelli
Presidente

CARTÓRIO DE T. E DOCUMENTOS

(N.º 564

Protocolo (Pag. 011v

Averbado à margem da inscrição n.º 227

Livro A-3 a Fls. 140

Campos Gerais, 19 de 11 de 2001

o oficial do registro: Italo Furbeta



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Travessa do Muro, 53 - Tel/Fax: (35) 3853-1797 - Campos Gerais/MG - CEP 37.100-000
Exibido a presente cópia reprográfica a qual comparece
com o original, do que dou fé.
Campos Gerais, 21/07/2014 14:19:03 14526
Emol.: R\$3,68 T.F.J.: R\$1,21 Recomp.: R\$0,22 Total: R\$5,11
Em Teste _____ da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO - CNPL: 02.428.855/0001-43

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e um, às dezenove horas, reuniu-se nas dependências desta associação, situada à Rua Luiz Marques Rabelo, n. 597, bairro Centro, em Campos Gerais/MG, os associados e vários membros da comunidade de Campos Gerais/MG, para reunião extraordinária cujo objetivo é o cumprimento do Art. 29.º do Estatuto Social que diz: "Em caso de extinção da pessoa jurídica, os bens patrimoniais da Entidade serão transferidos à Entidade congênere"; ficando inalterado os demais artigos do estatuto social. Depois de discutido e analisado o referido artigo, o presidente deu-se por encerrada a reunião despedindo-se de todos os presentes e não tendo nada mais a tratar no momento, eu, Angela Maria dos Santos Pereira, secretária lavrei e assinei a presente ata na presença de todos.

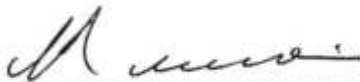
Campos Gerais, 07 de novembro de 2001



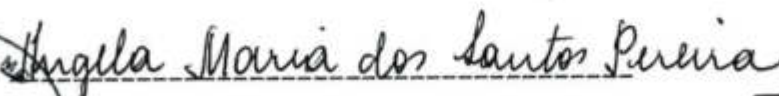
Ronaldo Miarelli
Presidente



José Humberto da Silva
Vice-Presidente



Lecy Pereira
Tesoureiro



Angela Maria dos Santos Pereira
Secretária

CARTÓRIO DE T. E DOCUMENTOS

(N.º 565)

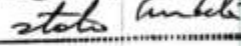
Protocolo

(Pag. 011 v)

Averbado à margem da inscrição n.º 227

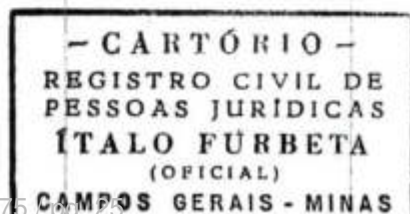
o A-3 a Fls. 140

Campos Gerais, 19 de 11 de 2001

o oficial do registro: 



FABIO NUNES FURBETA



- V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

ATA DE ELEIÇÃO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO

Aos quinze dias do mês de Junho de dois mil e quatorze às 13:00 horas, reuniu-se nas dependências desta Associação situada na rua Luiz Marques Rabelo, 413, centro na cidade e Campos Gerais/MG, os diretores Ronaldo Miareli, Presidente; José Humberto da Silva, Vice-Presidente; Lécya Pereira, Tesoureiro; Angela Maria dos Santos Pereira, Secretária e vários membros da comunidade de Campos Gerais/MG, para eleição da Nova Diretoria da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão. Aberto os trabalhos o Presidente Ronaldo Miareli disse que foi apresentada uma única chapa para concorrer à eleição, composta pelos seguintes membros: 1 – Presidente: Ricardo Augusto de Mesquita Pereira CPF:009.885.526-39, 2 – Vice-Presidente: Lécya Pereira CPF:010.492.196-20, 3 – Tesoureiro: José Maria Pereira CPF:614.388.398-04 e 4 – Secretária: Angela Maria dos Santos Pereira CPF:665.922.756-34. Como não houve outra chapa, os membros presentes, aclamaram por unanimidade vencedora a chapa única apresentada, sendo assim composta, Presidente:Ricardo Augusto de Mesquita Pereira; Vice-Presidente:Lécya Pereira; Tesoureiro:Jose Maria Pereira e Secretária:Angela Maria dos Santos Pereira. Após encerrada a eleição foi dada a palavra ao Presidente eleito Sr. Ricardo Augusto de Mesquita Pereira que agradeceu a presença de todos firmando compromisso com o novo mandato. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu-se por encerrada a reunião às 16:30 horas. Para constar eu, Angela Maria dos Santos Pereira, li, lavrei e após aprovada pelos presentes assinei a presente Ata, que também vai assinada pelos participantes. Campos Gerais, 15 de Junho de 2014.

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoa Jurídica de Campos Gerais

Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
CNPJ: 19.954.854/0001-35
Rua Coronel Carlos Caiafa, 772 - Centro
Fone: (35)3853-3045
AMANDA LEITE FREITAS - Oficial
PROTOCOLO Nº 6537
REG Nº 145 - LIV A-13 - PÁG 12

Campos Gerais, MG, 11 de julho de 2014.

Anateli do Carmo Brito

Emolu	Recor	TFJ	Total
86,94	5,20	30,95	123,09



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ÍTALO FURBETA
Rua da Moura, 58 - Tel/Fax: (35) 3853-1737 - Campos Gerais/MG - CEP 37.160-000

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 21/07/2014 14:19:03 14526

Emol.: R\$3,68 TFJ: R\$1,21 Recorpe: R\$0,22 Total: R\$5,11

Em Teste da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

ATA DE POSSE

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e quatorze às 19:00 horas, reuniu-se na sede da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, localizada na rua Luiz Marques Rabelo, 413, centro em Campos Gerais/MG, os membros da diretoria e presentes. Com a palavra o Sr. Presidente Ronaldo Miareli, proclamou o término do mandato atual, agradeceu a confiança e a presença de todos. Para tanto, deu início a solenidade de Posse da nova diretoria da Associação ficando assim constituída: Presidente: Ricardo Augusto de Mesquita Pereira, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 009.885.526-39, residente na rua Vinte e Cinco de Dezembro, 415, centro nesta cidade; Vice-Presidente: Lécyr Pereira, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 010.492.196-20, residente na rua Jorge de Paula Meimberg, 670, nesta cidade; Tesoureiro: José Maria Pereira, brasileiro, maior, viúvo, residente na rua Vinte e Cinco de Dezembro, 547, nesta cidade; Secretária: Angela Maria dos Santos Pereira, brasileira, maior, casada, portadora do CPF 665.922.756-34, residente na rua Nossa Senhora do Carmo, 122, nesta cidade. Empossada a Nova Diretoria da Associação, o Presidente Ricardo Augusto de Mesquita Pereira agradeceu a confiança para presidir a Associação e pediu a todos os membros empossados empenho e seriedade nos trabalhos e agradeceu a presente de todos. Por não haver mais nada a tratar, foi declarada encerrada a reunião e lavrada a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por mim, Ângela Maria dos Santos Pereira e os demais presentes. A mesma será levada para registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. Campos Gerais, 30 de Junho de 2014.

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: Prefeitura Municipal de Campos Gerais, Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano]

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoa Jurídica de Campos Gerais

Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
CNPJ: 19.954.854/0001-35
Rua Coronel Carlos Caiafa, 772 - Centro
Fone: (35)3853-3045
AMANDA LEITE FREITAS - Oficial
PROTOCOLO Nº 6538
REG Nº 145 - LIV A-13 - PÁG 15 -AV Nº 1
Campos Gerais, MG, 11 de julho de 2014.

Anateli do Carmo Brito -

Emolu	Recom	TFJ	Total
95,74	5,72	33,87	135,33



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Trav. Maria da Menezes, 55 - Tel/Fax: (35) 3853-1737 - Campos Gerais/MG - CEP 37.160-000

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 21/07/2014 14:19:03 14526

Emol: R\$13,68 TFJ: R\$1,21 Recome: R\$0,22 Total: R\$15,11

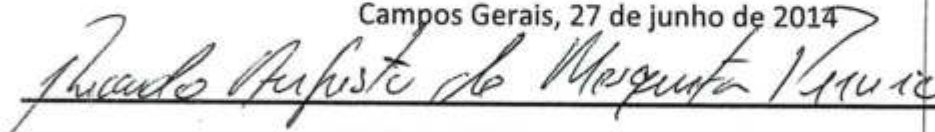
Em Testo _____ da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

Declaração

Declaro para os devidos fins que foi feito o Edital de Convocação conforme estabelece o Estatuto Social desta sociedade e o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Minas Gerais – Provimento nº260/CGJ/2013.

Campos Gerais, 27 de junho de 2014



RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA



0610611-0
AG. CAMPOS GERAIS
C. E. F.
24/03/03
[104/1975-0]

ANTONIO JOSE LACERDA
MAYR. 04-03-8
ESCRITURARIO



OFICÍO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Trabalha em: Matr. 59 - Tel/Fax: (35) 3853-1737 - Campos Gerais/MG - CEP 37.160-000
Atestando a presente cópia reprográfica a qual confere
com o original, do que dou fé.
Campos Gerais, 21/07/2014 14:19:03 14526
Emol.: R\$3,68 TFJ: R\$1,21 Recome: R\$0,22 Total: R\$5,11
da verdade.
Em Teste
FABIO HAVES FURBETA



Departamento da Receita Federal
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF
009.885.526/39

RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA

15-01-77

Ricardo Augusto Mesquita Pereira

(CÉDULA DE IDENTIDADE)
P-116-Campos Gerais-MG



POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL: M-2.322.686

NOME: **LECY PEREIRA**
Augusto Pereira e
Maria Aparecida Pereira

RESIDÊNCIA: Campos Gerais-MG 26/02/1.940

NATURALIDADE: 30/01/1.980

PROFISSÃO: *Secretaria da Silva*

CIC

NASCIMENTO: 26.02.40

INSCRIÇÃO NO CPF: 010 492 916 20

CONTRIBUINTE: **LECY PEREIRA**

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BUU 12186

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Travessa da Matriz, 55 - Tel/Fax: (35) 3853-1737 - Campos Gerais/MG - CEP 37.160-000

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 23/07/2014 09:24:58 22014

Emol.:R\$3,68 TFJ:R\$1,21 Recope:R\$0,22 Total:R\$5,11

Em Testo da verdade.

FABIO NAVES FURBETA



Italo Furbeta
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BUU 12187

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Travessa da Matriz, 55 - Tel/Fax: (35) 3853-1737 - Campos Gerais/MG - CEP 37.160-000

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 23/07/2014 09:24:58 22014

Emol.:R\$3,68 TFJ:R\$1,21 Recope:R\$0,22 Total:R\$5,11

Em Testo da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

VÁLIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL



JOSE MARIA PEREIRA

DOC. EXERCÍCIO / CATEG. EMISSÃO Nº 8411242 SSP SP

CPF 614.388.398-04 Data Nascimento 19/02/1943

NACIONALIDADE AUGUSTO PEREIRA

SOBRENOME MARIA APARECIDA PEREIRA

PROFISSÃO ☐ AGRICULTOR ☐ COMERCiante ☐ INDÚSTRIAL ☐ ARTESÃO ☐ OUTRO

1ª EMISSÃO 14/05/2015 2ª EMISSÃO 20/05/1976



PROIBIDO PLASTIFICAR

586876997

Assinatura do portador

LOCAL APRENSA, MG DATA EMISSÃO 28/05/2012

Assinatura do expediente

50641515657

MG411712926

Selo de Autenticação



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA

Interesses da União: R\$ - Transferência: R\$ 500,1707 - Campos Gerais: R\$ 37.160,000

Autenticado a presença de uma reprodução a qual contém

com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 23/07/2014 09:24:58 22014

Empl.: R\$3,68 TID: R\$1,71 Recomeço: R\$0,22 Total: R\$5,11

da verdade.

FABIO NUNES FURBETA

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BU 12184

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ÍTALO FURBETA
Travessa da Matriz, 55 - Tel/Fax: (35) 3855-1787 - Campos Gerais/MG - CEP: 37.160-000

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 23/07/2014 09:24:58 22014
Emol.:R\$3,68 TFJ:R\$1,21 Recampe:R\$0,22 Total:R\$5,11

Em Testo _____ da verdade.

FABIO NAVES FURBETA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENADORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES
ECONÔMICAS - CEF

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF
665922756 34

NOME COMPLETO
ANGELA MARIA DOS SANTOS PEREIRA

NASCIMENTO

SIGNATURA
Angela Maria dos Santos Pereira

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BU 12185

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ÍTALO FURBETA
Travessa da Matriz, 55 - Tel/Fax: (35) 3855-1787 - Campos Gerais/MG - CEP: 37.160-000

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 23/07/2014 09:24:58 22014
Emol.:R\$3,68 TFJ:R\$1,21 Recampe:R\$0,22 Total:R\$5,11

Em Testo _____ da verdade.

FABIO NAVES FURBETA



CÉDULA DE IDENTIDADE

FOTOGRAFIA

ANGELA MARIA DOS SANTOS PEREIRA

SIGNATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL M-462.743

NOME ANGELA MARIA DOS SANTOS
 Abel Pacifico dos Santos
 Maria Teresa do Nascimento
 Santos
 Campo do Meio MG 31 05 1954
 DATA DO NASCIMENTO
 19 02 1973
 S.I.L. José Lucio Campos Costa
 VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CARGOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARTÃO DO AGENTE ENISSOR

022/0033-9
 25-06-86
 CREDIREAL
 65510/4231

TARCISIO ASSIS
 Matrícula: 438686

ASSINATURA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

VI - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma 01/2011, sobre a programação da emissora;

VII. Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos de renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnico, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A C I D A D E D E

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

R A D I O D I F U S Ã O 0 2 4 2 8 8 5 5 0 0 0 1 4 3

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

C I D A D E F M

Portaria de Autorização nº 445 de 22 / 03 / 2002 Publicada no D.O.U de 27 de março de 2002.

Decreto Legislativo nº 580 de 18 / 08 / 2004 Publicado no D.O.U de 19 de agosto de 2004.

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A L U I Z M A R Q U E S R A B E L O - 4 I 3

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O C A M P O S G E R A I S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M G

2 1 ° 1 4 ' 0 8 " S 4 5 ° 4 5 ' 3 3 "

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A I ª D E M A I O - S / N

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O C A M P O S G E R A I S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M G

2 1 ° 1 4 ' 2 7 " S 4 5 ° 4 5 ' 2 8 "

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

Mayra Ferreira de Araújo Garolim
Engenheira Eletricista
CRETE 73568/D

LOGRADOURO

R U A I° D E M A I O - S / N

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O C A M P O S G E R A I S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M G

2 1 ° 1 4 ' 2 7 " S 4 5 ° 4 5 ' 2 8 "

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE

T E C L A R E Q U I P. E L E T R Ô N I C O S L T D A

MODELO

POTÊNCIA DE FABRICA

Nº HOMOLOGAÇÃO

T E C I 1 3 2 5 . 0 watts 0 3 8 4 0 0X XX 0 3 4

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

POTÊNCIA MEDIDA

2 5 . 0 watts

2 4 . 3 watts

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO

FREQUENCIA MEDIDA

8 7 . 9 MHz

8 7 . 9 MHz

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA DE FABRICA

Nº HOMOLOGAÇÃO

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

POTÊNCIA MEDIDA

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO

FREQUENCIA MEDIDA

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados
que constam na última licença expedida?

NÃO ☐SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

T E C L A R E Q U I P. E L E T. L T D A

MODELO

GANHO max (Gt)

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

ALTITUDE DO LOCAL

0 . 0 8 . 0 m 1 6 . 0 m 8 8 1 . 0

dBd

l

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença
expedida?

NÃO ☐SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

K M P - R F S D O B R A S I L

MODELO

R G 2 1 3

COMPRIMENTO(L)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

Mayra Ferreira
Engenheira Eletricista
CREA/Nº 73568/D 2

3 0 , 0 m

4 , 5 dB

1 , 3 5 dB

0 , 7 3

Perdas na linha (PL) = $\frac{I_o \Delta L}{100}$

100

Eficiência da linha (η) = $10 \frac{-(PL)}{10}$

10

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

M A Y R A F E R R E I R A D E A N D R A D E G A R D I M

ENDEREÇO

R U A Q U I N T I N O B O C A I U V A - 2 I 3

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

UF

S A N T A R I T A D O S A P U C A I M G

REG.CREA

FORMAÇÃO

7 3 5 6 8 / D E N G E N H E I R A E L E T R I C I S T A

CEP

TELEFONE

FAX

3 7 5 4 0 - 0 0 0 0 3 5 - 3 4 7 1 3 2 7 2 0 3 5 - 3 4 7 1 50 60

E-MAIL

M A Y R A @ V I A S A T N E T . C O M . B R

LOCAL

DATA

S A N T A R I T A D O S A P U C A I 1 4 / 0 8 / 20 14

ASSINATURA

Mayra F. A. Gardim

Mayra Ferreira - Mayra de Carvalho
Engenheira Eletricista
CREA/Nº 755381D



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Via da Obra/Serviço

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201400000001964613

1. Responsável Técnico

MAYRA FERREIRA DE ANDRADE GARDIM

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA;

RNP: 1404870237

Registro: 04.0.0000073568

Empresa contratada:

VIASAT TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA

Registro: 39035

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO**

CNPJ: 02.428.855/0001-43

Logradouro: **RUA LUIZ MARQUES RABELO**

Nº: 000413

Cidade: **CAMPOS GERAIS**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MG**

CEP: 37160000

Contrato:

Celebrado em:

Valor: **813,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA 1º DE MAIO**

Nº: 000000

Complemento: **S/N**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **CAMPOS GERAIS**

UF: **MG**

CEP: 37160000

Data de início: **14/08/2014** Previsão de término: **16/08/2014**

Finalidade: **OUTRO**

Proprietário: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO**

CNPJ: 02.428.855/0001-43

4. Atividade Técnica

1 - **EXECUÇÃO**

Quantidade: Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO

1.00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

LAUDO DE VISTORIA EM EMISSORA DE RADIODIFUSÃO (FM) DE BAIXA POTENCIA (25W)

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE POUSO ALEGRE E RE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

S.D. Sapucaia de *agosto* de *2014*

Mayra F. A. Gardim

MAYRA FERREIRA DE ANDRADE GARDIM RNP: 1404870237

**Ricardo Augusto de Moura da Silva*

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CIDADE CNPJ: 02.428.855/0001-43

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ **R\$813,00.** ÁREA DE ATUAÇÃO: **TELECOMUNICAÇÃO,**

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Valor da ART: **63,64**

Registrada em: **13/08/2014**

Valor Pago: **63,64**

Nosso Número: **000000001992321**

 CREA-MG CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS Av. Álvares Cabral, 1600 - CEP: 30170.001 Fone: (31) 3209.8700 - FAX: (31) 3299.8720 - Belo Horizonte/MG		Recibo do Sacado
Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63		Agência/Código cedente 3.394-4/00005780-0
Sacado VIASAT TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA		Vencimento 22/08/2014
Número do documento 1992321		Nosso número 00000000001992321
Moeda	Quantidade	(X) Valor
R\$ (Real)		(=) Valor do documento 63,64
		(-) Dedução
Demonstrativo		(+) Outros valores
		(=) Valor cobrado
ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-73568/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201400000001964613 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA 00194.58652 90000.000001 01992.321214 3 000000000006364		

 BANCO DO BRASIL		001-9	00194.58652 90000.000001 01992.321214 3 000000000006364	
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO			Vencimento 22/08/2014	
Cedente CREA-MG - CONS. REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MG			Agência / Código Cedente 3.394-4/00005780-0	
Data Documento 12/08/2014	Número do Documento 1992321	Espécie Documento RC	Aceite N	Data Processamento 12/08/2014
Nosso Número 00000000001992321				
Nº Conta/Respo. 18	Carteira R\$ (Real)	Quantidade X	1(=) Valor Documento 63,64	
Instruções ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-73568/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201400000001964613 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA			2(-) Desconto/Abatimento 3(-) Outras Deduções 4(+) Mora/Multa 5(+) Outros Acréscimos 6(=) Valor Cobrado	
Sacado: VIASAT TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA RUA QUINTINO BOCAIUA, 294-CENTRO-SANTA RITA DO SAPUCAI/MG-37540000 Sacador/Avalista:				

Autenticação Mecânica **Ficha de Compensação**

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informações.

NR.AUTENTICACAO 0.D18.003.464.071.56A

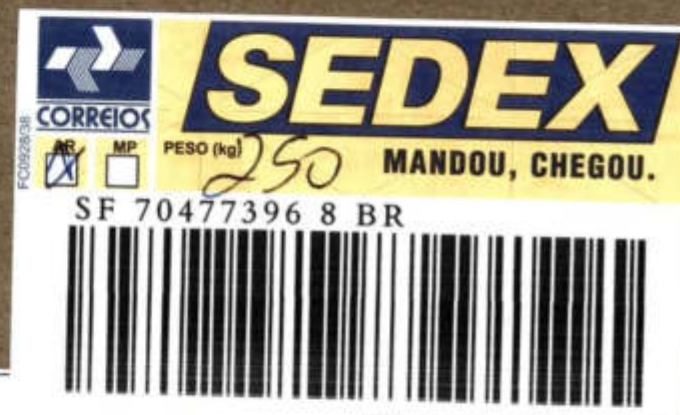
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
AGENCIA/COD. CEDENTE 3394/00005780
DATA DO PAGAMENTO 13/08/2014
VALOR DO DOCUMENTO 63,64
VALOR COBRADO 63,64

CONVENIO 00458659
NR. DOCUMENTO 81.301
NOSSO NUMERO 1992321
0019458652900000000101392321214300000000006364

BANCO DO BRASIL

CLIENTE: RONALDO MIARELLI
AGENCIA: 1723-X CONTA: 30.498-0

13/08/2014 - BANCO DO BRASIL - 10:16:38
172373527 0019
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900
Brasília - DF





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.013013/2014-75**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 20 de outubro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 20/10/2014, às 15:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0196840** e o código CRC **36D89D9E**.

Associação Comunitária Cidade de Rádio Difusão

CNPJ:02.428.855/0001-43 RUA LUIZ MARQUES RABELO - 413 CENTRO CIDADE CAMPOS GERAIS

Declaração

Venho através deste comunicar a este renomado órgão federativo, a situação da Cidade FM que presta serviço de radiodifusão comunitário em Campos Gerais MG, que nossa entidade enviou no dia 14 de agosto de 2014 os documentos relativos ao interesse da mesma na renovação da autorização do serviço de radio difusão comunitária.

Informo que não obtivemos retorno (resposta) ou protocolo para o mesmo, sendo assim estamos enviando novamente dados e cópias de documentos relativos a renovação da autorização do serviço, tendo em vista que a autorização venceu no ano de 2014 conforme dados da autorização.

Solicitamos deste ministério a renovação da emissora que presta relevantes serviços a comunidade que atende estamos enviando em anexo assinaturas de apoio de entidades deste município as quais somos parceiros e por nós são atendidos.

Segue também Docs.

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES LOCAIS

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO / VISTA DE DOCUMENTOS

COPIA DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS DA EMISSORA FEITAS PELO EMPRESA VIASAT

Certos da atenção agradecemos

Sem mais.



Ricardo Augusto de Mesquita Pereira

Presidente ACCR



DOCUMENTO ENTREGUE POR CORREIO

Em 28/04/15 às 15:00 horas

Assinatura: Caracação

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3
DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE
2011.**

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora: <p>7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;</p> <p>7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;</p> <p>7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;</p>
8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede
11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADÃ DE RADIODIFUSÃO
(denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o nº 02.928.855/0001-33 com
sede RUA 11 DE MAIO, na cidade
de CAMPOS GERAIS, Estado MINAS GERAIS,
CEP 34160-000 - _____, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e
devidamente autorizada conforme Portaria nº 445 datada de 22/03/2002 e
Decreto Legislativo nº 2.615 publicado no Diário Oficial da União datado de
03/06/1998, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da
outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao
subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o
item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de
2011, publicada no Diário Oficial da União.

CAMPOS GERAIS, 22 de ABRIL de 2015
(local e data)

Ricardo Augusto de M. Pereira
(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA
CPF: 009.885.506-39



SOLICITAÇÃO DE VISTA DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Assunto: Solicitação para vista dos autos do processo nº 53900013013/2014-75

Considerando o interesse e a necessidade de acesso a informações referentes ao processo supracitado, feito em nome da (nome da entidade requerente)

Associação Comunitária Cidade de Pádua Difusão, no
município de CAMPOS GERAIS, no Estado
MINAS GERAIS, e na qualidade de interessado, solicito a
concessão de vista do seus autos.

CAMPOS GERAIS, 22 de ABRIL de 2015.
(local e data)



Ricardo Augusto de M. Pereira
Assinatura do interessado

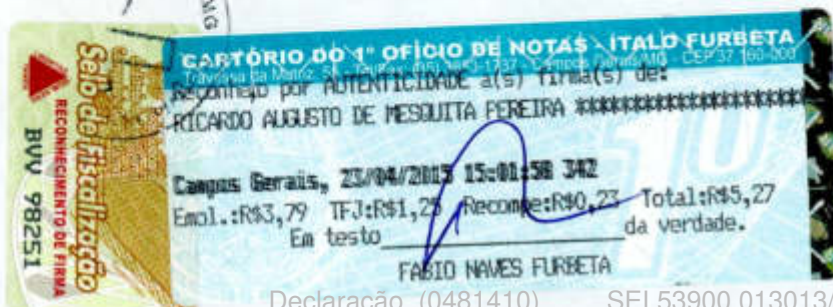
Qualificação como interessado: DIRETOR PRESIDENTE;
Nome do interessado: RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA;
CPF: 009.885.506-39

Endereço para correspondência: RUA 13 DE MARÇO - 620 - BOVA VISTA,
na cidade de CAMPOS GERAIS, Estado
MINAS GERAIS, CEP 37600-000.

Telefone para contato: OXX-35-3853-1150;

Correio eletrônico (e-mail): C1A4A6FMCG@GMAIL.COM.

ATENÇÃO: A vista de processos e documentos atende a procedimentos estabelecidos em Portaria Ministerial.



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA (nome do representante), na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIANÇA DE RADIODIFUSÃO (denominação da requerente), declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

CAMPOS GERAIS, 22 de ABRIL de 2015
(local e data)



Ricardo Augusto de M. Pereira
(assinatura do representante da entidade)



Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.



x Ricardo Augusto de M. Pereira
(assinatura do representante legal da entidade)



Endereço para correspondência: Rua 13 de Maio - 620 - BU, na cidade de Campo Gerais, Estado Minas Gerais, CEP 36160-000.

Telefone para contato: 0XX-35-3853-1150 - (35) 8872-2540

Correio eletrônico (e-mail) CIAADEFMCC@GMAIL.COM
WAPRODUTORA@GMAIL.COM

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS
LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MENOS DE 2 (DOIS) ANOS

A E. E. Prof. Eduardo Daniel Ferreira Dias
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 198323440001/95 -
_____, com sede Rua de Alfredo Barbalho Cavalcanti, nº 60,
na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais,
entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão
competente, vem, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada
pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à
iniciativa da

Associação Comunitária Criança do Radiodifusão
(denominação da entidade requerente), que tem por interesse executar o Serviço de
Radiodifusão Comunitária. Afirmando, ainda, que a sede desta entidade se situa na área
pretendida para a execução do Serviço.

Campos Gerais, 22 de Abril de 2015.
(local e data)

Carlos José Ferreira
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal: Carlos José Ferreira

CPF: 654.018.246-53

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia
autenticada do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
e da ata de eleição ou do Termo de Posse do Declarante.

E. PROF. EDUARDO DANIEL FERREIRA DIAS
PÇ. DR. ALFREDO BARBALHO, 60 - CENTRO
E-mail: escola171646@educacao.mg.gov.br
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
REGULAR E EJA / CURSO NORMAL
PORTÁRIA N.º 187/15
CRIADA PELA LEI N.º 3.145 DE 26/08/04
NOME ALTERADO PELO DECRETO 30.920
DE 09/02/90
CEP 37160-000 - CAMPOS GERAIS - MG

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS
LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MENOS DE 2 (DOIS) ANOS

A VILA VICENTINA CAMPOS GERAIS SSVP
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 17959677/0001-54, com sede AVENIDA SÃO VICENTE DE PAULO 468, na cidade de CAMPOS GERAIS, Estado de MINAS GERAIS, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAMPOS DE RADIODIFUSÃO
(denominação da entidade requerente), que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Afirmando, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a execução do Serviço.

CAMPOS GERAIS 20 de ABRIL de 2015
(local e data)

Renato Dias Palhaço

assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal: RENATO DIAS PALHAÇO

CPF: 340 304 416 - 53

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia autenticada do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou do Termo de Posse do Declarante.

17.959.677/0001-54

**Vila Vicentina de Campos
Gerais da S.S.V.P.**

**Av. São Vicente de Paulo, 468
Centro - CEP 37160-000**

CAMPOS GERAIS - MG

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS
LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MENOS DE 2 (DOIS) ANOS

A Caixa Escolar "Profª Filomena Maria Coelho Pimentel"
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 00.112.291/0001-00, com sede Rua Santos Dumont, 200 - Bela Vista,
na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais,
entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão
competente, vem, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada
pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à
iniciativa da

Associação Comunitária CIDADANIA 16 RÁDIO/FUSÃO
(denominação da entidade requerente), que tem por interesse executar o Serviço de
Radiodifusão Comunitária. Afirmando, ainda, que a sede desta entidade se situa na área
pretendida para a execução do Serviço.

Campos Gerais, 22 de abril de 2015
(local e data)

Valéria Camonda Pereira
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio
Valéria Camonda Pereira
MASP 961790-3
Diretor - MG 21/12/2013

Nome do representante legal: Valéria Camonda Pereira

CPF: 027.437.586-94

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia
autenticada do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
e da ata de eleição ou do Termo de Posse do Declarante.

00.112.291/0001-00

CAIXA ESCOLAR PROFESSORA
FILOMENA MARIA COELHO PIMENTEL
Rua Santos Dumont, 461
Bela Vista - Campos Gerais - MG

E. E. "Monsenhor Teófilo Sáez" - Ens. Fundamenta
Anos Finais - Decreto Nº 35.781/94 de 05/08/1994
AUTORIZAÇÃO FUNC. Nº 960/94 DE 24/08/1994
Portaria N.º 976/2013 de 13/09/2013
Rua Santos Dumont, 461 - Telefax: (35) 3853-1210
CEP: 37160-000 - Campos Gerais - MG

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS
LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MENOS DE 2 (DOIS) ANOS

A Associação Comercial Industrial Agropecuária e Serviços de Campos Gerais
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 17.421.637 / 0001 -
54, com sede Rua Luiz Marques Ribeiro, 313 - Centro,
na cidade de CAMPOS GERAIS, Estado de MINAS GERAIS,
entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão
competente, vem, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada
pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à
iniciativa da

Associação Comunitária CEAR de Radiodifusão
(denominação da entidade requerente), que tem por interesse executar o Serviço de
Radiodifusão Comunitária. Afirmando, ainda, que a sede desta entidade se situa na área
pretendida para a execução do Serviço.

CAMPOS GERAIS, 23 de ABRIL de 2015.
(local e data)


assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal: KLEYVERTTON ROCHA

CPF: 073.551.766-50

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia
autenticada do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
e da ata de eleição ou do Termo de Posse do Declarante.

Kleyvertton Rocha
PRESIDENTE
Associação Comercial Industrial
Agropecuária e Serviços
de Campos Gerais

LAUDO
DE
VISTORIA TÉCNICA

RENOVAÇÃO DE OUTORGA RADCOM

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
“CIDADE” DE RADIODIFUSÃO

CAMPOS GERAIS - MG

14/08/2014

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A C I D A D E D E

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

R A D I O D I F U S Ã O 0 2 4 2 8 8 5 5 0 0 0 1 4 3

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

C I D A D E F M

Portaria de Autorização nº 445 de 22 / 03 / 2002 Publicada no D.O.U de 27 de março de 2002.

Decreto Legislativo nº 580 de 18 / 08 / 2004 Publicado no D.O.U de 19 de agosto de 2004.

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A L U I Z M A R Q U E S R A B E L O - 4 1 3

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O C A M P O S G E R A I S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

M G

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2 1 ° 1 4 ' 0 8 " S 4 5 ° 4 5 ' 3 3 " W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A I ª D E M A I O - S / N

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O C A M P O S G E R A I S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

M G

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2 1 ° 1 4 ' 2 7 " S 4 5 ° 4 5 ' 2 8 " W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8 - "Outras informações de interesse")

Mayra Ferreira de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CRE 47873568/D

[illegible]

T E C L A R E Q U I P . E L E T R Ô N I C O S L T D A										Nº HOMOLOGAÇÃO																			
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA										POTÊNCIA DE OPERAÇÃO									
T E C 1 1 3										2 5 , 0 watts										0 3 8 4 0 0X XX 0 3 4 5									
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA										FREQÜENCIA DE OPERAÇÃO									
2 5 , 0 watts										2 4 , 3 watts										8 7 , 9 MHz									
FREQÜENCIA DE OPERAÇÃO										FREQÜENCIA MEDIDA										8 7 , 9 MHz									

MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA										Nº HOMOLOGAÇÃO									
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA										watts									
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA										watts									
MHz										MHz										MHz									

NÃO ☐ SIM ☒

T E C L A R										E Q U I P.										E L E T.										L T D A										MODELO									
GANHO max (Gt)										ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO										ALTURA DA TORRE										ALTITUDE DO LOCAL																			
0 , 0										8 , 0 m										1 6 , 0 m										8 8 1 , 0																			
dBd																																																	

NÃO ☐ SIM ☒

[illegible]

Mayra Ferreira da Silva Jardim
Engenheira Eletricista
CREA/Nº 3568/D 2

3 0 , 0 m

4 , 5 dB

1 , 3 5 dB

0 , 7 3

Perdas na linha (PL) = $\frac{L_{AL}}{100}$

Eficiência da linha (η) = $10 \frac{-(PL)}{10}$

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

--

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

--

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

M A Y R A F E R R E I R A D E A N D R A D E G A R D I M

ENDEREÇO

R U A Q U I N T I N O B O C A I U V A - 2 1 3

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

S A N T A R I T A D O S A P U C A I

UF

M G

REG.CREA

FORMAÇÃO

7 3 5 6 8 / D E N G E N H E I R A E L E T R I C I S T A

CEP

TELEFONE

FAX

3 7 5 4 0 - 0 0 0 0 3 5 - 3 4 7 1 3 2 7 2 0 3 5 - 3 4 7 1 50 60

E-MAIL

M A Y R A @ V I A S A T N E T . C O M . B R

LOCAL

DATA

S A N T A R I T A D O S A P U C A I 1 4 / 0 8 / 20 14

ASSINATURA

Mayra F. A. Gardim

Mayra Ferreira de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA/Nº 73568/D

PROPOSTA COMERCIAL RADIODIFUSÃO



Cód.Orç/Cond.: 748 Data Emissão: 07/08/2014 Forma de Pagamento: 3 PARCELAS IGUAIS SENDO ENT + 30 +
Cod.Cliente: 1079 Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSÃO

Endereço: RUA LUIZ MARQUES RABELO Nº: 413
Complemento:
Bairro: CENTRO CEP: 37160-000
Cidade: CAMPOS GERAIS Estado: MG
CNPJ: 02.428.855/0001-43 Insc. Estadual:
Telefone:

Cód.Vend.	Cód.Produto	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unitário	% Desc.	Total com Desc.
3	280	ASSESSORIA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA RADCOM	Unic	1,00	778,00	23,3934	596,00
5	51	LAUDO DE VISTORIA DAS INSTALACOES	Unic	1,00	813,00	0	813,00
Total do Orçamento sem Desconto:							1.591,00
Total do Desconto:							182,00
Total do Orçamento com Desconto:							1.409,00

3 PARCELAS IGUAIS SENDO ENT + 30 + 60 DIAS

OBSERVAÇÕES:

1. ESTA PROPOSTA TEM VALIDADE DE 10 DIAS.
2. OS IMPOSTOS NÃO ESTÃO INCLUSOS NO PREÇO.
3. PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: ***RÁDIO COMUNITÁRIA: 15 DIAS ÚTEIS/ ***RÁDIO COMERCIAL: 60 DIAS ÚTEIS / ***RÁDIO EDUCATIVA: 60 DIAS ÚTEIS
4. PRAZOS PARA ENTREGA DE EQUIPAMENTOS: 15 DIAS ÚTEIS
5. OS DADOS CORRETOS E/OU DOCUMENTOS VÁLIDOS DEVERÃO ESTAR DE POSSE OU NAS DEPENDÊNCIAS DA VIASAT, PARA INICIAR A CONTAGEM DO PRAZO DE ENTREGA ESTIPULADA PARA O SERVIÇO E/OU PRODUTO, ASSIM COMO A COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DA PRIMEIRA PARCELA.
6. OS PREÇOS ACIMA SÃO EXCLUSIVAMENTE HONORÁRIOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROCESSOS, HAVENDO NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DE TAXAS, TRANSADO DE PROFISSIONAIS, DESPESAS COM CORREIOS, TRANSPORTE, DESPESAS CARTORARIAS, INCLUSIVE COM PROTESTOS DE TÍTULOS OU QUAISQUER DESPESAS EXTRAS QUE SEJAM NECESSÁRIAS PARA O BOM ANDAMENTO DOS TRABALHOS, AS MESMAS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO CLIENTE.
7. O CANCELAMENTO DESTA PROPOSTA PODERÁ ACONTECER SOMENTE CASO OS SERVIÇOS NÃO TENHAM SIDO EXECUTADOS E HAVERÁ RETENÇÃO DE 70% DOS VALORES PAGOS PELO CONTRATANTE.
8. DADOS BANCÁRIOS: ***BANCO DO BRASIL (001)***AGÊNCIA: 0872-9 ***CONTA CORRENTE:24650-6

TERMO DE APROVAÇÃO DA PROPOSTA

EU Ronaldo Miarelli, PORTADOR DO CPF Nº 72012528600 DECLARO ESTAR DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E VALORES DEFINIDOS NESTA PROPOSTA COMERCIAL E ESTAR CIENTE DAS INFORMAÇÕES ENVIADAS JUNTO COM A MESMA.

CIDADE, DATA:

ASSINATURA:

*****QUALQUER SERVIÇO CONTRATADO COM A VIASAT SÓ TERÁ A SUA OPERAÇÃO INICIADA APÓS O DEPÓSITO DA ENTRADA EFETUADO E A NEGOCIAÇÃO COMERCIAL CONCLUÍDA.

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
11/08/2014 - Autoatendimento - 10:21:39
172373527 0797

TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS CORRENTES

CLIENTE: RONALDO MIARELLI
AGÊNCIA: 1.723-X CONTA: 30.498-0

FAVORECIDO

AGENCIA: 0872-9 CONTA: 24.650-6
CLIENTE: VIASAT TECNOLOGIA LTDA
VALOR: 705,00

O Banco do Brasil tem as melhores condições para
financiar as despesas normais de Custeio
Agropecuário. Conheça a solução na sua agência.

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informações.

 CREA-MG CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS Av. Álvares Cabral, 1600 - CEP: 30170.001 Fone: (31) 3299.8700 - FAX: (31) 3299.8720 - Belo Horizonte/MG		Recibo do Sacado
Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63		Agência/Código cedente 3.394-4/00005780-0
Sacado VIASAT TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA		Vencimento 22/08/2014
Número do documento 1992321		Nosso número 00000000001992321
Moeda	Quantidade	(X) Valor
R\$ (Real)		
(+) Valor do documento 63,64		(-) Dedução
Demonstrativo		(+) Outros valores (=) Valor cobrado
ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-73568/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201400000001964613 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA 00194.58652 90000.000001 01992.321214 3 000000000006364		

 BANCO DO BRASIL		001-9	00194.58652 90000.000001 01992.321214 3 000000000006364
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO			Vencimento 22/08/2014
Cedente CREA-MG - CONS. REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MG			Agência / Código Cedente 3.394-4/00005780-0
Data Documento 12/08/2014	Número do Documento 1992321	Espécie Documento RC	Aceite N
Data Processamento 12/08/2014		Nosso Número 00000000001992321	
Nº Conta/Respo. 18	Carteira R\$ (Real)	Quantidade X	1(=) Valor Documento 63,64
Instruções ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-73568/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201400000001964613 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA			2(-) Desconto/Abatimento 3(-) Outras Deduções 4(=) Mora/Multa 5(=) Outros Acréscimos 6(=) Valor Cobrado
Sacado: VIASAT TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA RUA QUINTO BOCAIUVA, 294-CENTRO-SANTA RITA DO SAPUCAI/MG-37540000 Sacador/Avalista:			

Autenticação Mecânica **Ficha de Compensação**

13/08/2014 - BANCO DO BRASIL - 10:16:38
 172373527
 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS
 0019
 CLIENTE: RONALDO MIARELLI
 AGÊNCIA: 1723-X
 CONTA: 38.498-0
 BANCO DO BRASIL
 0019458652900000000101992321214300000000006364
 NR. DOCUMENTO 81.301
 NOSSO NUMERO 1992321
 CONVENIO 00458659
 CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
 AGÊNCIA/COO. CEDENTE 3394/00005780
 DATA DO PAGAMENTO 13/08/2014
 VALOR DO DOCUMENTO 63,64
 VALOR COBRADO 63,64
 NR. AUTENTICAÇÃO 0.018.003.464.071.564
 Leia no verso como conservar este documento,
 entre outras informações.

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Comunitária "Cidade" de Radiodifusão, inscrita no CNPJ sob o nº 02.428.855/0001-43, com sede na Rua Luiz Marques Rabelo – 413 -Centro, na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais, CEP 37160-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 445 datada de 22/03/2002 e Decreto Legislativo nº 580 publicado no Diário Oficial da União datado de 19/08/2014, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Campos Gerais - MG, 14 de Agosto de 2014.
(local e data)


(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: Ricardo Augusto de Mesquita Pereira
CPF: 009.885.526-39

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3
DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE
2011.

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
8- Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme item 12.1.1

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.


Ricardo Augusto de Mesquita Pereira

Endereço para correspondência : Rua Luiz Marques Rabelo - 413 - Centro, na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais, CEP 37160-000.

Telefone para contato: 0XX-35 - 3853-1245.

Correio eletrônico (e-mail) RICARDO.PEREIRA2006@GOL.COM.BR.

 CREA-MG CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS Av. Álvares Cabral, 1600 - CEP: 30170.001 Fone: (31) 3209.8700 - FAX: (31) 3299.8720 - Belo Horizonte/MG		Recibo do Sacado
Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63		Agência/Código cedente 3.394-4/00005780-0
Sacado VIASAT TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA		Vencimento 22/08/2014
Número do documento 1992321		Nosso número 00000000001992321
Moeda R\$ (Real)	Quantidade	(X) Valor
		(=) Valor do documento 63,64
Demonstrativo		(-) Dedução
		(=) Valor cobrado
ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-73568/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201400000001964613 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA 00194.58652 90000.000001 01992.321214 3 000000000006364		

 BANCO DO BRASIL		001-9	00194.58652 90000.000001 01992.321214 3 000000000006364
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO			Vencimento 22/08/2014
Cedente CREA-MG - CONS. REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MG			Agência / Código Cedente 3.394-4/00005780-0
Data Documento 12/08/2014	Número do Documento 1992321	Espécie Documento RC	Aceite N
		Data Processamento 12/08/2014	Nosso Número 00000000001992321
Nº Conta/Respo. 18	Carteira 18	Espécie Moeda R\$ (Real)	Quantidade X
Instruções ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-73568/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201400000001964613 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA			1(=) Valor Documento 63,64
			2(-) Desconto/Abatimento
			3(-) Outras Deduções
			4(+) Mora/Multa
			5(+) Outros Acréscimos
			6(=) Valor Cobrado
Sacado: VIASAT TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA RUA QUINTO BOCAIUVA, 294-CENTRO-SANTA RITA DO SAPUCAI/MG-37540000 Sacador/Avalista:			

Autenticação Mecânica **Ficha de Compensação**

13/08/2014 - BANCO DO BRASIL - 10:16:38
 172373527
 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS
 0019
 CLIENTE: RONALDO MIARELLI
 AGENCIA: 1723-X CONTA: 30.498-0
 BANCO DO BRASIL
 0019458652900000000101992321214300000000000364
 NR. DOCUMENTO 01.301
 NOSSO NUMERO 1992321
 CONVENIO 00458659
 CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
 AGENCIA/COD. CEDENTE 3394/00005780
 DATA DO PAGAMENTO 13/08/2014
 VALOR DO DOCUMENTO 63,64
 VALOR COBRADO 63,64
 NR. AUTENTICAÇÃO 0.D1B.C03.464.D71.56A
 Leia no verso como conservar este documento,
 entre outras informações.

I. Declaração firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Ricardo Augusto de Mesquita Pereira, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária "Cidade" de Radiodifusão, atesto para os devidos fins que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Carlos G. G. 12715 / MG . 14 de AGOSTO de 2014 .

Ricardo Augusto de Mesquita Pereira
Ricardo Augusto de Mesquita Pereira

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas
pela Anatel;



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CIDADE DE RADIODIFUSAO

CNPJ: 02.428.855/0001-43

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:40:23 do dia 11/08/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/09/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

III – Cópia do CNPJ válido e atual;

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
02.428.855/0001-43
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE
SITUAÇÃO CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
09/03/1998

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
"CIDADE FM"

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R LUIZ MARQUES RABELO

NÚMERO COMPLEMENTO
413

CEP BAIRRO/DISTRITO
37.160-000 CENTRO

MUNICÍPIO
CAMPOS GERAIS

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/06/1998

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **16/04/2015** às **10:39:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

IV. Cópia autenticada do Estatuto Social;

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO

CAPITULO I **DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

Art. 1º - A Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão é uma sociedade civil sem fins lucrativos, voltada para a defesa da democratização populares de apoio as ações solidárias cooperativos e comunidades, religiosas ou não, não partidárias, dedicada a serviços comunitários.

Art. 2º - A Associação terá sede em Campos Gerais, à Rua Luiz Marques Rabelo, 413, Centro - Campos Gerais-MG, podendo também Ter dependências e representações em outros locais e/ou cidades.

Parágrafo Único - Esta entidade receberá o nome fantasia "CIDADE FM" e transmitirá na frequência aprovada pela Lei Federal das rádios comunitárias.

Art. 3º - O prazo de duração da sociedade, cuja sigla será ACCR é indeterminado.

Art. 4º - O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacidade dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 5º - As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;



III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ - 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ - 2º As programações opinativas e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ - 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

CAPITULO II

DIREITOS E DEVERES

Art. 6º - A diretoria poderá conferir título benemérito a pessoas ou entidades que venham efetivamente a contribuir para o desenvolvimento da radiodifusão comunitária, sem que obtenham o direito de associados.

Art. 7º - São direitos dos associados:

- a) Participar, votar e ser votado, ainda que por procuração nas assembléias e reuniões.
- b) Consultar a Associação das Pequenas Emissoras de Radiodifusão Comunitária de Minas Gerais (APEMG), da qual a Associação Comunitária CIDADE de radiodifusão é órgão nato quanto a quaisquer questões relativas ao funcionamento e interesses, bem como receber assistência prevista na letra (b) do artigo 4º deste estatuto.
- c) Consultar os associados quanto a assuntos de interesse da sociedade considerados estratégicos.

Art. 8º - São deveres dos associados:

- a) Colaborar efetivamente, cada um no seu âmbito de atividade, para consecução dos objetivos e finalidades da associação.
- b) Prestar as informações solicitadas, comparecer as reuniões e eventos, exercer cargos, missões e tarefas para as quais forem designados, acatar as resoluções das assembléias e da diretoria, cumprir e fazer cumprir o estatuto.



CAPITULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9º - A Assembléia Geral e órgãos soberano da associação, que se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto.

Parágrafo 1 - Uma hora antes do início dos trabalhos, deverá ser colocado na mesa do livro de presença, onde os sócios lançarão as assinaturas.

Parágrafo 2 - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um membro da diretoria para secretariá-lo.

Parágrafo 3 - O Presidente da Assembléia, além de seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4 - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5 - A ata dos trabalhos, lavrada pelo secretário, será assinada pelos componentes da mesa por 3(três) sócios escolhidos pela Assembléia.

Art. 10º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez por ano.

Art. 11º - São atribuições da Assembléia Geral:

- a) Examinar e aprovar ou não as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos.
- b) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da diretoria, mediante o voto concorde de no mínimo, $2/3$ (dois terços) dos associados, convocados especialmente para esta finalidade: Assembléia Geral e Extraordinária.
- c) Promover imediata substituição e pelo prazo restante do mandato dos membros destituídos da forma da (b) deste artigo.
- d) Deliberar sobre os demais assuntos constantes na "Ordem do Dia".

Art. 12º - A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que convocada pela diretoria ou $2/3$ (dois terços) no mínimo dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 13º - As Assembléias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, serão convocados com antecipação de 15 dias mediante edital a ser afixado na sede social e nas representações,



além de comunicação por carta a todos os associados em dia com as obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 8(oito) dias.

Art. 14° - A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal ou através de procuração da maioria dos associados.

Parágrafo 1 - A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado presente ou representando.

Parágrafo 2 - Só poderá votar e ser votado o sócio quite com a tesouraria.

Parágrafo 3 - Os sócios beneméritos poderão participar das assembleias, sem direito a voto, podendo opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 15° - Na falta de comparecimento a Assembléia Geral da maioria dos associados, haverá uma Segunda convocação uma hora após a primeira e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto no parágrafo 2 do Art. 14°.

CAPITULO IV **DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 16° - A Diretoria, que é órgão executivo, compõe-se de:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário
- d) Tesoureiro

Parágrafo 1 - O mandato da diretoria é de 10 anos, podendo seus membros serem reeleitos.

Parágrafo 2 - O mandato dos membros da diretoria que substituem os destituídos será complementar, pelo prazo restante do mandato que forem substituir.

Parágrafo 3 - Subordinada diretamente à Presidência da Associação funcionará a secretaria Executiva, cujo titular, o Secretário Executivo, será escolhido pela Diretoria, que lhe dará as atribuições.

Art. 17° - Compete a Diretoria, em conjunto, ou pela maioria de seus membros:

- a) Executar e fazer executar os objetivos da Associação.
- b) Propor valores de cotas, mensalidades e contribuições.

Art. 18° - Compete ao Presidente:



- a) Representar a Associação ativa e passivamente, em juízo e fora dele.
- b) Constituir um ou mais Procuradores para defesa dos interesses sociais.
- c) Cumprir e fazer cumprir o estatuto e as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral.
- d) Presidir as reuniões da Diretoria e convocar as Assembléias Gerais.
- e) Designar o Secretário executivo artístico e fixar sua remuneração.
- f) Assinar os balanços anuais da Associação, submetendo a apreciação da Diretoria, logo após o balanço anual, os relatórios de atividades administrativas e sociais, referentes ao exercício findo, para que possam ser levados, finalmente da apreciação da Assembléia Geral.
- g) Realizar, conjuntamente com o tesoureiro, operações bancárias comerciais.
- h) Movimentar, conjuntamente com o tesoureiro, contas bancárias.

Art. 19° - Compete ao Vice-Presidente substituir, provisoriamente, o Presidente nas suas faltas e impedimentos e, definitivamente em caso de vaga.

Parágrafo Único - O Presidente poderá designar missões especiais ao Vice-Presidente que agirá em seu nome, documentando de alguma forma esta designação.

Art. 20° - Compete ao Tesoureiro:

- a) Zelar pelo patrimônio da Associação e promover a escrituração da mesma.
- b) Apresentar ao Presidente quaisquer irregularidades verificadas nas finanças da Associação.
- c) Exercer, conjuntamente com o Presidente, as atribuições previstas na letra (c) do art. 22°.
- d) Acumular os serviços da Secretaria no caso de impedimento do Secretário.

Art. 21° - Compete ao Secretário Executivo da Associação, nomeado pelo Presidente o seguinte:

- a) Organizar todo o serviço interno da Associação dirigindo o respectivo expediente:
- b) Submeter ao Presidente toda a organização da Secretaria Executiva, a contratação e dispensa dos servidores, bem como a fixação dos salários respectivos.

CAPITULO V DA RECEITA

Art. 22° - A receita da Associação é composta de:

- a) Arrecadação de contribuições ordinárias especiais dos associados.



- b) Doação ou receita proveniente de terceiros.
- c) Outras receitas provenientes da prestação de serviços, inclusive para terceiros.
- d) Contribuição de sócios cooperados.
- e) Convênios com outras instituições.

CAPITULO VI **DAS SANÇÕES**

Art. 23° - As infrações poderão ser punidas pela Diretoria, com suspensão de direitos ou exclusão dos associados, garantindo ao associado amplo poder de defesa.

Parágrafo Único - O associado poderá recorrer, com efeito suspensivo, a Assembléia Geral dentro de 60(sessenta) dias do recebimento da notificação da punição, que será remetida pela via postal com registro de aviso e recebimento.

Art. 24° - A falta de pagamento de mensalidades, durante um semestre, causará suspensão dos direitos dos associados.

Parágrafo Único - A suspensão dos associados em débito com a Associação não prejudica o direito desta pleitear, pelos meios legais, o pagamento do referido débito e do que lhe for devido pelo associado indimplente.

Art. 25° - No caso de falta de pagamento de contribuições, a suspensão do associado será automática.

Parágrafo Único - Esta sanção não terá efeito a partir do momento em que o associado satisfazer integralmente suas obrigações.

CAPITULO VII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 26° - As reuniões da Diretoria realizar-se-ão mensalmente, ou de qualquer tempo, por convocação do Presidente ou de dois Direitos, e das deliberações tomadas, lavrar-se-a ata em livro próprio.

Art. 27° - Os atos que importem em ônus e a alienação de bens e imóveis pertencentes a Associação, somente poderão ser praticados pelo presidente ou por seu substituto legal, mediante prévia deliberação da Assembléia Geral.



Art. 28° - O presente estatuto somente poderá ser modificado por Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

* Art. 29° - No caso de ser deliberada a extinção da Associação por Assembléia Geral Extraordinária os bens da sociedade serão repartidos entre os associados representativos da Associação Comunitária na proposta de seus filiados.

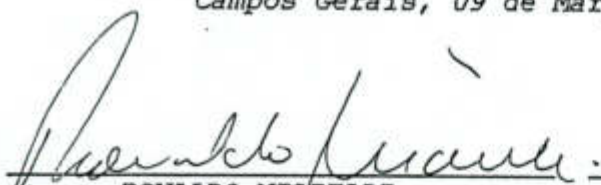
Art. 30° - Os associados não respondem e nem responderão pelas obrigações da Associação.


Art. 31° - O Presidente, o Vice-Presidente, os diretores não serão remunerados, mas terão ressarcidas as despesas decorrentes de suas atividades previstas neste estatuto.

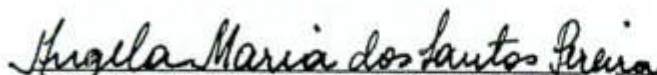
Art. 32° - Fica instituído um conselho comunitário de até 5 (cinco) representantes com fins sociais, designados pela diretoria da Associação, que lhes definirá as atribuições observadas na legislação vigente.

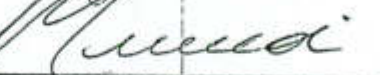
Art. 33° - O período de mandato dos membros do Conselho será coincidente com o da diretoria.

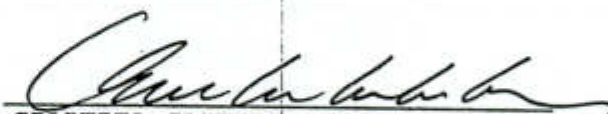
Campos Gerais, 09 de Março de 1998.


RONALDO MIARELLI
- Presidente -


JOSE HUMBERTO DA SILVA
- Vice-Presidente -


ANGELA MARIA DOS SANTOS PEREIRA
- Secretário -


LECY PEREIRA
- Tesoureiro -


GILBERTO GABRIEL LESSER PEREIRA
- Advogado -
OAB/MG no. 35142

Cartório do 1.º Ofício - Campos Gerais
Tab. ITALO FURBETA

Reconheço verdadeiramente a(s) firma(s)
Ronaldo Miarrelli, Jose Humberto da Silva
Angela Maria dos Santos Pereira e Lecy
Pereira - Gilberto Gabriel Lesser Pereira
Campos Gerais, 10 de Março de 1998

OFÍCIO DO 1.º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA

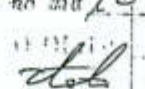
da Matriz, 55 - Tel/Fax (95) 3858-1787 - Campos Gerais/MG - CEP 37.160-000

Atico a presente copia reprográfica a qual confere

original, do que deu fé.

Declaração 10281400

NÚMERO 1.315
PÁGINA 175 (DO PROTOCOLO

Apresentado no dia 10 de março
de 1998.  do registro!

Registrado no livro " A-3 do Registro, sob o n.
227, folhas 140

Campos Gerais, 10 de março de 1998

SEI 53900.013613/2014 757 pgt 80



PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO -
CNPJ: 02.428.855/0001-43

“Dá nova redação ao Art. 4º do Estatuto da Associação
Comunitária Cidade de Radiodifusão”.

O Art. 4º passa a ter a seguinte redação:

O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o
atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de
cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da
comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos
serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas
de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação
vigente;
- V - permitir a capacidade dos cidadãos no exercício do direito
de expressão da forma mais acessível possível.
- VI - Exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Campos Gerais, 06 de junho de 2001.



Ronaldo Miarelli
Presidente

1º TADELIONATO
Travessa da Natividade nº 1 F. 853-147
CAMPOS GERAIS - MG

Reconheço por verdadeira a firma de

CAMPOS GERAIS - MG 06/06/2001

Em Teste da verdade

NÚMERO 413
PÁGINA 080

DO PROTOCOLO

Apresentado no dia 08 de Junho de 2001

O Oficial, substituto do registro

Registrado no livro nº 4-3 do Registro, sob o nº 351


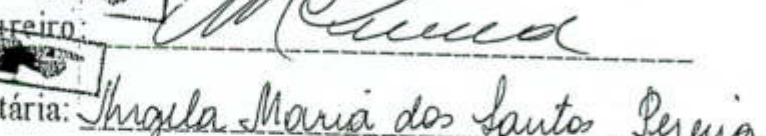
folhas 14911 Campos Gerais, 06 de Junho de 2001

Italo Furbeta - Tabelião
Mirela Miarelli F. Furbeta - Substituta

ATA DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO -
CNPJ: 02.428.855/0001-43

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e um, às 14:00 (catorze horas), reuniu-se nas dependências desta Associação Comunitária, situado à rua Luiz Marques Rabelo, 413 - Centro - Campos Gerais/MG, os membros da diretoria da "Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão" para aprovar a primeira alteração do Estatuto, que dá nova redação ao Art. 4º do estatuto original, acrescentando o parágrafo VI. Nada mais tendo a tratar o presidente deu-se por encerrada a reunião. E para constar eu, Ângela Maria dos Santos Pereira, secretária lavrei e assinei a presente ata.

Campos Gerais, 06 de junho de 2001.

1º 
Presidente: Ronaldo Marcelli
1º 
Vice-Presidente: Eugênio Marilto P. Furbeta
1º 
Secretária: Ângela Maria dos Santos Pereira

1º TABELIONATO

Travessa da Matriz s/nº F. 853-1117
CAMPOS GERAIS - MG

Reconheço por verdadeira a firma Ronaldo Marcelli João Henriques da Silva Ângela Maria dos Santos Pereira
CAMPOS GERAIS - MG 08 106 2001
Em Teste Eugênio Marilto P. Furbeta da verdade

NÚMERO 474
PÁGINA 041

DO PROTOCOLO

Apresentado no dia 08 de Junho de 2001
O Oficial, substituto do registro
Registrado no livro nº 4-3 do Registro, sob o nº 352
folhas 294 Campos Gerais, 08 de Junho de 2001
Eugênio Marilto P. Furbeta
Italo Furbeta - Tabelião
Miria Marcelli P. Furbeta - Substituta
Eugênio Marilto P. Furbeta - Escrivente

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA

Travessa da Matriz, 58 - Tel/Fax: (35) 3895-1787 - Campos Gerais/MG - CEP: 37.160-000
Certifico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 21/07/2014 14:19:03 14526

Empl.: R\$3,68 TFC: R\$1,21 Recampo: R\$0,22 Total: R\$5,11

Em Teste _____ da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

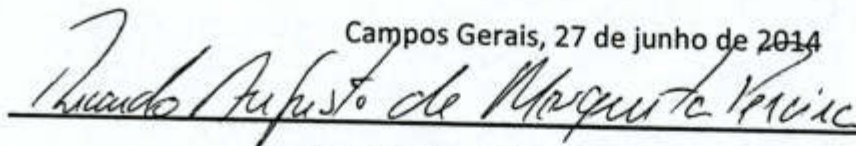
Declaração (0481410)

SEI 53900.013013/2014-75 / pg. 82

Declaração

Declaro para os devidos fins que foi feito o Edital de Convocação conforme estabelece o Estatuto Social desta sociedade e o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Minas Gerais – Provimento nº260/CGJ/2013.

Campos Gerais, 27 de junho de 2014

A handwritten signature in black ink, reading "Ricardo Augusto de Mesquita Pereira", is written over a horizontal line.

RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

ATA DE ELEIÇÃO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO

Aos quinze dias do mês de Junho de dois mil e quatorze às 13:00 horas, reuniu-se nas dependências desta Associação situada na rua Luiz Marques Rabelo, 413, centro na cidade e Campos Gerais/MG, os diretores Ronaldo Miareli, Presidente; José Humberto da Silva, Vice-Presidente; Lécya Pereira, Tesoureiro; Angela Maria dos Santos Pereira, Secretária e vários membros da comunidade de Campos Gerais/MG, para eleição da Nova Diretoria da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão. Aberto os trabalhos o Presidente Ronaldo Miareli disse que foi apresentada uma única chapa para concorrer à eleição, composta pelos seguintes membros: 1 – Presidente: Ricardo Augusto de Mesquita Pereira CPF:009.885.526-39, 2 – Vice-Presidente: Lécya Pereira CPF:010.492.196-20, 3 – Tesoureiro: José Maria Pereira CPF:614.388.398-04 e 4 – Secretária: Angela Maria dos Santos Pereira CPF:665.922.756-34. Como não houve outra chapa, os membros presentes, aclamaram por unanimidade vencedora a chapa única apresentada, sendo assim composta, Presidente:Ricardo Augusto de Mesquita Pereira; Vice-Presidente:Lécya Pereira; Tesoureiro:Jose Maria Pereira e Secretária:Angela Maria dos Santos Pereira. Após encerrada a eleição foi dada a palavra ao Presidente eleito Sr. Ricardo Augusto de Mesquita Pereira que agradeceu a presença de todos firmando compromisso com o novo mandato. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu-se por encerrada a reunião às 16:30 horas. Para constar eu, Angela Maria dos Santos Pereira, li, lavrei e após aprovada pelos presentes assinei a presente Ata, que também vai assinada pelos participantes. Campos Gerais, 15 de Junho de 2014.

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: "Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão"]

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoa Jurídica de Campos Gerais

Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
CNPJ: 19.954.854/0001-35
Rua Coronel Carlos Caiafa, 772 - Centro
Fone: (35)3853-3045
AMANDA LEITE FREITAS - Oficial
PROTOCOLO Nº 6537
REG Nº 145 - LIVA-13 - PAG 12

Campos Gerais, MG, 11 de julho de 2014.

Anatelli do Carmo Brito

Emolu	Recor	TFJ	Campos Gerais	Total
86,94	5,20	30,05		123,00



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Rua da Moura, 55 - Tel/Fax: (35) 3853-1737 - Campos Gerais/MG - CEP 37.160-000

Autentica a presente cópia reprográfica a qual contém o conteúdo original, do que dou fé.

Campos Gerais, 21/07/2014 14:19:03 14526

Emol.: R\$3,68 TFJ: R\$1,21 Recorpe: R\$0,22 Total: R\$5,11

Em Teste da verdade.

FABIO NAVES FURBETA



ATA DE POSSE

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e quatorze às 19:00 horas, reuniu-se na sede da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, localizada na rua Luiz Marques Rabelo, 413, centro em Campos Gerais/MG, os membros da diretoria e presentes. Com a palavra o Sr. Presidente Ronaldo Miareli, proclamou o término do mandato atual, agradeceu a confiança e a presença de todos. Para tanto, deu início a solenidade de Posse da nova diretoria da Associação ficando assim constituída: Presidente: Ricardo Augusto de Mesquita Pereira, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 009.885.526-39, residente na rua Vinte e Cinco de Dezembro, 415, centro nesta cidade; Vice-Presidente: Lécy Pereira, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 010.492.196-20, residente na rua Jorge de Paula Meimberg, 670, nesta cidade; Tesoureiro: José Maria Pereira, brasileiro, maior, viúvo, residente na rua Vinte e Cinco de Dezembro, 547, nesta cidade; Secretária: Ângela Maria dos Santos Pereira, brasileira, maior, casada, portadora do CPF 665.922.756-34, residente na rua Nossa Senhora do Carmo, 122, nesta cidade. Empossada a Nova Diretoria da Associação, o Presidente Ricardo Augusto de Mesquita Pereira agradeceu a confiança para presidir a Associação e pediu a todos os membros empossados empenho e seriedade nos trabalhos e agradeceu a presença de todos. Por não haver mais nada a tratar, foi declarada encerrada a reunião e lavrada a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por mim, Ângela Maria dos Santos Pereira e os demais presentes. A mesma será levada para registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. Campos Gerais, 30 de Junho de 2014.

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: Prefeitura Municipal de Campos Gerais, Câmara Municipal, 1º Oficial de Registro]

[Handwritten signatures: Ricardo Augusto de Mesquita Pereira, Lécy Pereira, José Maria Pereira, Ângela Maria dos Santos Pereira, Edson Figueira]

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoa Jurídica de Campos Gerais

Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
CNPJ: 19.954.854/0001-35
Rua Coronel Carlos Calafa, 772 - Centro
Fone: (35)3853-3045
AMANDA LEITE FREITAS - Oficial
PROTOCOLO Nº 6538
REG Nº 145 - LIVA-13 - PAG 15 - AV Nº 1
Campos Gerais, MG, 11 de julho de 2014.
Anatelli do Carmo Brito -

Emolu	Recom	TFJ	Total
95,74	5,72	33,87	135,33



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
(Inscrição de Matr. 158 - Tel/Fax: (35) 3853-1717 - Campos Gerais/MG - CEP 37.160-000)

A presente é a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 21/07/2014 14:19:03 14526

Emol: R\$3,68 TFJ: R\$1,21 Recm: R\$0,22 Total: R\$5,11

En Teste da verdade.

FABIO NAVES FURBETA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO
CNPJ: 02.428.855/0001-43

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 13:10:19 do dia 20/11/2014 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/05/2015.

Código de controle da certidão: **2232.C790.A1A6.3790**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

9.101

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DA DEFESA PÚBLICA
INSTITUTO DE REGISTRO E CARTÓRIO



Ricardo Augusto de Mesquita Pereira

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 19.512.477-7 DATA DE EXPIRAÇÃO 17/01/97

NOME RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA

FILIAÇÃO JOSÉ MARIA PEREIRA

E GEORGINA MARIA MESQUITA PEREIRA

NATURALIDADE CAMPOS GERAIS - MG DATA DE NASCIMENTO 15/JAN/1977

DOC. ORDEM CAMPOS GERAIS - MG CN: LV. A1 / FLS. 147 / N. 000659

CPE 009885526/29

LAETÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
 Travessa da Matriz, 55 - Tel/Fax: (25) 3455-1787 - Campos Gerais/MG - CEP: 47.160-000

Autentico a presente copia reprográfica a qual contere
 como original, do que dou fé.

Campos Gerais, 21/07/2014 14:19:03 14526

Emol.: R\$3,68 TFJ: R\$1,21 Recome: R\$0,22 Total: R\$5,11

Em Teste da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

Selo de Autenticação
 800 12161

0610611-0
AG. CAMPOS GERAIS
C. E. N.
24/03/03
104/1975-01

ESCRITÓRIO
Nº 01-03-9
LAOENGA

Campos Gerais - MG
Cadastrado
Autenticação
BU 12162

OFÍCIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Ministro a presente cópia fotográfica a qual contém
o original, do que dou fé.
Campos Gerais, 21/07/2014 14:19:03 14526
Empl.: R\$3,68 TFJ: R\$1,21 Recome: R\$0,22 Total: R\$5,11
da verdade.
Em Teste
FABIO NAVES FURBETA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DE RECEITAS FISCALIS
Departamento da Receita Federal
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF
009.885.526/39

RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA

NASCIMENTO
15-01-77

SIGNATURA
Ricardo Augusto Mesquita Pereira

VALORIDADE SOMADA: 1 INTERPRETAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

M-462.743

ANGELA MARIA DOS SANTOS
 Abel Pacifico dos Santos
 Maria Teresa do Nascimento
 Santo Meio MG 31.05.1954

S.I.L. 19.08.1973

EXATIDÃO DE 1000 OXIGÊNIO 100% NACIONAL



25-06-86
 CREDIREAL
 022/0033-91
 00510/42311

MARCISIO ASSIS
 Matrícula: 438686

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BU 12184

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Travessa da Matriz, 58 - Tel/Fax: (35) 3852-1737 - Campos Gerais/MG - CEP: 37.180-000

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 23/07/2014 09:24:58 22014

Emol.:R\$3,68 TFJ:R\$1,21 Recope:R\$0,22 Total:R\$5,11

Em Teste, da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

SECRETARIA DA ESPERANÇA
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO Nº 005
565.12.2758-34

ANGELA MARIA DOS SANTOS PEREIRA

Angela Maria dos Santos Pereira

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BU 12185

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Travessa da Matriz, 58 - Tel/Fax: (35) 3852-1737 - Campos Gerais/MG - CEP: 37.180-000

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 23/07/2014 09:24:58 22014

Emol.:R\$3,68 TFJ:R\$1,21 Recope:R\$0,22 Total:R\$5,11

Em Teste, da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

(CEDULA DE IDENTIDADE)

Foto

Angela Maria dos Santos Pereira

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL M-2.322.686

LECY PEREIRA
 Augusto Pereira e
 Maria Aparecida Pereira

Campos Gerais, MG 26/02/1.940

NATURALIDADE 30/01/1.980

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA JUSTIÇA DO BRASIL

C/C

MENTO 02.40

INSCRIÇÃO NO CPF 010 492 916 20

QUINTE

LECY PEREIRA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
 Travessa da Madre, 58 - Tel/Fax: (35) 3853-1787 - Campos Gerais/MG - CEP: 37.160-000

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 23/07/2014 09:24:58 22014

Emol.: R\$3,68 TFJ: R\$1,21 Recome: R\$0,22 Total: R\$5,11

Em Testo da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL M-2.322.686

LECY PEREIRA
 Augusto Pereira e
 Maria Aparecida Pereira

Campos Gerais, MG 26/02/1.940

NATURALIDADE 30/01/1.980

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA JUSTIÇA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
 Travessa da Madre, 58 - Tel/Fax: (35) 3853-1787 - Campos Gerais/MG - CEP: 37.160-000

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original, do que dou fé.

Campos Gerais, 23/07/2014 09:24:58 22014

Emol.: R\$3,68 TFJ: R\$1,21 Recome: R\$0,22 Total: R\$5,11

Em Testo da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

AO DEPARTAMENTO DE OUTUBRA E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - ESCRANADA DOS MINISTÉRIOS

BLOCO R - 7º ANDAR

CEP: 70.044.900

BRASILIA - DISTRITO FEDERAL



DH



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DO RÁDIO DIFUSÃO
RUA SÍ DE SAIO, S/N
CAMPOS GERAIS - MG
CNPJ: 37.560.000

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21335/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.013013/2014-75**

Assunto: **Não renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campos Gerais/MG**, por meio da Portaria nº 445, publicada no DOU de 27/03/2002, e Decreto Legislativo nº 580, publicado no DOU de 19/08/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 19/08/2014, de forma que o pedido de renovação deveria ter sido apresentado entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento da autorização, conforme estabelecido no art. 131, Parágrafo 4º da Norma nº 1/2015. Ocorre que a entidade protocolou sua solicitação em 21/08/2014, ou seja, intempestivamente.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pela **não renovação** da outorga da entidade. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 24/08/2016, às 10:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 29/08/2016, às 12:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunic. Eletrônica, Substituto**, em 30/08/2016, às 12:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 13/09/2016, às 20:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1310041** e o código CRC **214E0D0F**.

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2016.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000811/1998 e nº 53900.013013/2014-75, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO**, por meio da Portaria nº 445, publicada no Diário Oficial da União em 27 de março de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais/MG, em razão da apresentação intempestiva do pedido de renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS CIENTÍFICOS E CONSELHOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, ED. SEDE, SALA 480 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 20337615

PARECER n. 01185/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.013013/2014-75

INTERESSADOS: RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- I – Renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.
- II – Intempestividade do pedido de renovação apresentado pela entidade.
- III – Pela extinção da outorga, haja vista o não cumprimento dos preceitos normativos pela interessada.
- IV – Encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico,

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 21335/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1310041), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de renovação da outorga para a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO, para prestação de serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.

I – DO RELATÓRIO

2. A entidade acima qualificada recebeu a outorga do serviço de radiodifusão comunitária - RadCom por meio da Portaria nº 445, publicada no Diário Oficial da União de 27/03/2002, tendo sido o referido ato aprovado pelo Decreto Legislativo nº 580, publicado no Diário Oficial da União de 19/08/2004, segundo a NOTA TÉCNICA Nº 21335/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1310041).

3. A entidade apresentou seu requerimento em 21/08/2014 (doc. nº 0102576), colacionando, na oportunidade, a documentação julgada necessária para que se procedesse à análise de seu pleito.

4. Após a análise dos autos e de sua instrução, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica elaborou a referida NOTA TÉCNICA Nº 21335/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1310041) sugerindo a extinção da outorga diante da intempestividade do requerimento apresentado pela entidade, submetendo os autos para decisão do Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva desta Consultoria Jurídica.

5. É o sucinto relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

6. Segundo a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, em seu art. 6º, parágrafo único, a outorga do serviço *in casu* tem validade por dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências; veja-se:

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

7. Também no âmbito infralegal, o Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, estipula o seguinte:

Art. 36 A autorização para execução do RadCom poderá ser renovada por um outro período de três anos[1], desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações[2].

8. A outorga concedida à entidade foi deferida pelo ato do Ministério consubstanciado na Portaria nº 445/2002 e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 580, publicado no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2004, nos termos do art. 223, §3º, da Constituição Federal[3]. Logo, o prazo de validade de 10 (dez) anos concedido à entidade para executar o serviço de RadCom expirou em 19 de agosto de 2014.

9. Com efeito, verifica-se que a entidade deveria ter apresentado o pedido de renovação até 19 de julho de 2014. Porém, conforme relatado na primeira parte desta peça, constatou-se a inércia da entidade, que deixou transcorrer o prazo necessário para pleitear a renovação, tendo encaminhado o requerimento apenas em 21 de agosto de 2014, após o término da validade da outorga, caracterizando sua flagrante intempestividade. Assim, em que pese a entidade ter apresentado o pedido devidamente instruído, o requerimento não merece ser apreciado.

10. Dessa forma, tendo em vista a intempestividade do pedido apresentado pela entidade, pode-se concluir pela extinção da outorga, visto que restaram cumpridos seus efeitos.

11. Por derradeiro, cumpre salientar que, caso a entidade não tenha interrompido o serviço, há que se concluir que a execução após o dia 19/08/2014 deverá ser considerada ilegal, nos termos do art. 21, IV, da Lei nº 9.612, de 1998[4], e do art. 40, XXI, do Decreto nº 2.615, de 1998[5], estando sujeita às penalidades da lei.

12. Nesse sentido, recomenda-se seja promovida fiscalização no local a fim de se apurar a possível ocorrência de execução clandestina do serviço.

13. Impende consignar a regularidade da minuta de portaria anexada à NOTA TÉCNICA Nº 21335/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1310041), sendo necessário apenas incluir a data a partir da qual deverá ser declarada extinta a outorga, alterando-se a redação para constar da seguinte forma: “(...) Art. 1º Declarar que encontra-se extinta desde o dia 20/08/2014 a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO, por meio da Portaria nº (...)”.

III – CONCLUSÃO

14. Em face do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, considerando a intempestividade do requerimento de renovação da outorga apresentado pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO, outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais, em consonância com a sugestão da Secretaria, opina que seja declarada a extinção da outorga, com a consequente publicação de portaria, em virtude do cumprimento dos seus efeitos.

15. À consideração superior.

Brasília, 25 de outubro de 2016.

RICARDO JORGE PINHEIRO BELFORT
Advogado da União
Coordenador de Assuntos Científicos e Conselhos

[1] O prazo de renovação é também de dez anos, em conformidade com a alteração do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, acima colacionado.

[2] Atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

[3] Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(...)

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

[4] Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

(...)

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

[5] Art. 40. São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom:

(...)

XXI - não obediência ao tempo de funcionamento da estação comunicado ao Ministério das Comunicações;

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900013013201475 e da chave de acesso cfe10416

Documento assinado eletronicamente por RICARDO JORGE PINHEIRO BELFORT, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 13160915 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RICARDO JORGE PINHEIRO BELFORT. Data e Hora: 25-10-2016 09:09. Número de Série: 13618594. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS CIENTÍFICOS E CONSELHOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, ED. SEDE, SALA 480 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 20337615

DESPACHO n. 02506/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.013013/2014-75

INTERESSADOS: RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. De acordo.

Brasília, 25 de outubro de 2016.

RENATA ESPÍNDOLA VIRGÍLIO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900013013201475 e da chave de acesso cfe10416



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 02621/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.013013/2014-75

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO

ASSUNTOS: NÃO RENOVAÇÃO DE OUTORGA.

1. Aprovo o **Despacho n° 02506/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Ciência, Tecnologia e Inovações Dra. Renata Espíndola Virgílio., que aprovou o **Parecer n° 01185/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de autoria do Advogado da União Ricardo Jorge Pinheiro Belfort.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA

Advogado da União

Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900013013201475 e da chave de acesso cfe10416

Documento assinado eletronicamente por VICTOR XIMENES NOGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 13574764 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VICTOR XIMENES NOGUEIRA. Data e Hora: 01-11-2016 17:27. Número de Série: 8989594703127723889. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Associação Comunitária Cidade de Rádio Fusão

Rua 13 de Maio, 620 - Bela Vista Campos Gerais/MG - 37160-000 endereço eletrônico
cidadefmcg@gmail.com Telefone 35 3853-1150.

Ministério da ciência, tecnologia inovações e Comunicações

AT. Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica (SCE)

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, sala 100, Brasília/DF, CEP
70044-900
Telefone: (61) 2027-6359

Ofício nº 01/17

Através deste vimos Solicitar deste renomado Ministério situação do processo de renovação de nossa licença de serviço de Rádio difusão comunitário já enviado a este ministério, sob protocolo Nº53900.013013/2014-75 protocolado em 22/08/2014 no setor SERAD - Renovação de Outorga neste ministério. Informamos também nossa emissora vem desenvolvendo um trabalho voltado para área sociocultural de nosso município e por tanto solicitamos a renovação conforme as leis das comunicações e documentação já enviada.

Solicito a este ministério que faça a mudança do endereço de recebimento de correspondência, para nossa entidade que hoje se encontra em sede no seguinte endereço: Rua 13 de Maio, 620 - Bela Vista - Campos Gerais/MG - 37160-000 endereço eletrônico cidadefmcg@gmail.com Telefone 35 3853-1150.

Segue em anexo ata de nova eleição realizada conselho diretor da entidade comprovante de endereço, copia processo e estatuto.

Sem mais e certos da atenção nos colocamos a disposição deste renomado ministério para demais informações

Segue em anexo ata da ultima posse da diretoria atual da entidade.

Sem mais e certos da atenção



Ricardo Augusto de Mesquita Pereira - Presidente ACCR CPF:009885526-39

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 10/02/17 às 14,40 horas
Assinatura: Conceição



CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ 06.981.188/0001-10
Inscr. Estadual 062.322936-0007
Av. Rantoway, 1200 - 17º Andar - Ala A1
Bairro Agulhas - CEP 30.190-131
Belo Horizonte - MG - Brasil

Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica

Série: U1 NF: 000571534
Controle:
01.040/R4SOD8B594/0049

Emissão: 03/01/2017 Impressão: 03/01/2017 Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criada pela
Emissão autorizada pelo Regime Especial/PTA Nº 16.000114527.70 - SEF/MG Lei nº 10.438 de abril de 2002

ASSOC COM CIDADE DE
RADIOFUSAO
RUA TREZE DE MAIO 820 CO

SAO BENEDITO
CAMPOS GERAIS - MG
CEP: 37160-000

MEDIDOR Nº: APD159048992

Nº DO CLIENTE: 7010013344

Nº da Instalação	Subclasse	Classe
3000320081	Serviços de Comunicação Telex	Comercial Bitálico
Datas de Leitura		
Anterior	Atual	Próxima
02/12	03/01	02/02
Aproximação		
03/01	JAN/2017	

Tipo de Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Medição	Consumo
Energia Elétrica	2	2	1	0

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Custo de Disponibilidade			27,68

Descrição	Valor R\$
Juros mora 1%am: 19 dia(s) sobre R\$56,76	0,36
Cobrança da Conta de Energia de 12 / 2016	29,55
TARIFAS APLICADAS(Sem Impostos)	
Energia Elétrica kWh	0,53122000

CNPJ: 02.428.855/0001-43

RESERVADO AO FISCO

EA93.7FF3.86D9.D1B5.B378.63C8.054C.24EE

Base de Cálculo (R\$):	Alíquota:	Valor (R\$):	PASEP	COFINS
			R\$ 0,19	R\$ 0,93
Informações de Faturamento		VENCIMENTO	VALOR A PAGAR	
Pessoa	Valor - R\$	23/01/2017	R\$ 57,59	
Energia				
Distribuição				
Transmissão				
Perdas de Energia				
Encargos Setoriais				
Tributos				
Total				

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/dia	Dias de Faturamento
DEZ/2016	0	0,00	29
NOV/2016	0	0,00	30
OUT/2016	0	0,00	31
SET/2016	0	0,00	31
AGO/2016	0	0,00	30
JUL/2016	0	0,00	31
JUN/2016	0	0,00	31
MAI/2016	0	0,00	31
ABR/2016	0	0,00	31
MAR/2016	390	10,34	29
FEV/2016	287	10,25	28
JAN/2016	330	10,00	33

Índice	Mês: 11/2016	Valor	Permitido	Anual
APR	0,00	5,87	11,34	22,89
FIC	0,00	3,38	6,72	13,45
DMC	0,00	3,29	---	---
DCR	0,00	12,22	---	---
Tensão Nominal: 127/220 V Mts: 117/202 V Mts: 133/221 V				
Valor Encargo de Uso do Sistema Distribuição: R\$ 13,92				

REAVISO DE CONTAS VENCIDAS / DEBITOS ANTERIORES

Informações Gerais

Tarifa vigente conforme Res Anel nº 2.070, de 24/05/2016.
DEZ/2016 Band. Verde - JAN/2017 Band. Verde
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas.
Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO 008022291481

Febre, cólera, dor de cabeça e outros sintomas.
Pode ser dengue, chikungunya ou zika.
Beba muita água e vá a uma unidade do SUS.



UNIDADE DE LEITURA
02862107
CÓDIGO DE CONTROLE
008022291481

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
23/01/2017	R\$ 57,59

REFERENTE A: JAN/2017 Nº DA INSTALAÇÃO: 3000320081

83680000000-9 57590138000-7 07842769611-3 08022291481-6



Dados do SEI

Autuação

Nº do processo: 53900.013013/2014-75

Tipo: SERAD - Renovação de Outorga

Data de geração: 22/08/2014

Interessados: Associação Comunitária Cidade de Radiofusão ; Ricardo Augusto de Mesquita Pereira ;

Nível do processo: RESTRITO

Lista de Andamentos

Data	Unidade
22/08/2014 09:19	SEPRG_BlocoR
25/08/2014 16:17	SEAPA
25/08/2014 16:19	SEAPA
25/08/2014 16:20	SERCO
25/08/2014 16:53	SERCO
14/10/2014 10:57	CGRC
30/04/2015 09:48	SERCO
30/04/2015 09:49	SERCO
07/05/2015 07:57	SERCO
07/05/2015 07:57	CGRC
15/05/2015 09:12	CGRC
25/08/2014 16:20	SERCO
25/08/2014 16:53	SERCO
14/10/2014 10:57	CGRC
30/04/2015 09:48	SERCO
30/04/2015 09:49	SERCO
07/05/2015 07:57	SERCO
07/05/2015 07:57	CGRC
15/05/2015 09:12	CGRC
21/05/2015 14:03	CGRC_REN
07/06/2016 14:24	CGRC_REN
11/07/2016 10:52	CGRC_REN
11/07/2016 10:52	CGRC_REN
21/07/2016 13:53	CGRC_REN
21/07/2016 13:54	CGRC_REN
22/08/2016 10:17	CGRC_REN
15/09/2016 14:46	DIAPA
15/09/2016 17:16	DIAPA
15/09/2016 17:17	CGJC
15/09/2016 17:18	CGJC
03/11/2016 14:09	DIAPA
03/11/2016 15:18	DIAPA
03/11/2016 15:20	GSRAD
03/11/2016 15:36	GSRAD

 CORREIOS BRASIL	AVISO DE RECEBIMENTO AR	SF 04050945 4 BR
	DATA DE DEPÓSITO / DATE DE DÉPÔT 28/04/2015	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON
UNIDADE DE POLÍCIA / DÉPÔT CAMPUS GERAIS	: h	: h
PREENCHER COM LETRA DE FORMA		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR RICARDO A. M. PEREIRA		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE RUA 13 DA MATO 620		
CIDADE / LOCALITE CAMPOS GERAIS		
UF MG		BRASIL
37160000		

ENDEREÇO PARA
 DEVOLUÇÃO
 RETOUR

Lucas Affif de M. Pente

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM DU RAISON SOCIAL DU DESTINATAIRE

MINISTERIO DAS C.C. DOS MINISTERIOS

ENDEREÇO / ADRESSE

Bl. Ca R 2ª ANSAR

CEP / CODE POSTAL

70.044.900

CIDADE / LOCALITE

BRASILIA

UF

PAIS / PAYS

DF

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DECLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

Alton

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

27/04/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Alton
Detilógrafo
Matricula: 0130867

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Luciana R. Sousa
Agente Correios Atividade Carteira
Mat 8.133.001.6

27 ABR 2015

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

7524500-0

EC0483 F 16

114 x 186 mm



ATADEPOSSE

Aos quatro dias do mês de Junho de dois Mil e Dezesseis às 19:00 horas, na sede da Associação Comunitária "Cidade" de Radiodifusão, Localizada rua Luiz Marques Rabelo, 413, centro em Campos Gerais/MG, os membros da diretoria e presentes se reuniram para assembleia de eleição e posse dos membros 2016/2018. Com a palavra Presidente Ricardo Augusto de Mesquita Pereira, proclamou a renovação do mandato atual, "agradeceu a confiança e a presença de todos. Para tanto, deu início solenidade posse da diretoria da Associação sendo esta continuada pois conforme edital publicado não houve manifestação para novas ficando assim definido pelos presentes e constituída Presidente: Ricardo Augusto de Mesquita Pereira, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 009.885.526-39, residente na rua Vinte e "Cinco de 'Dezembro, 415, centro nesta cidade, vice-presidente: ..Lecy Pereira, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 010.492.916-20, residente na rua Jorge de Paula Meimberg, 670, nesta cidade, Tesoureiro: José Maria pereira, brasileiro, maior, viúvo, portador do CPF: 614.388.398-04 residente na rua 25 de dezembro 547, nesta cidade, Secretário": Wesley Portugal Luz brasileiro, maior, casado, portadora 'do CPF 080.318.896-00, residente na rua Anita Caiafa, 268, Diadema nesta cidade. Empossada a Diretoria da Associação, o Presidente Ricardo Augusto de Mesquita Pereira agradeceu a confiança para presidir a Associação pediu a todos os membros; empossados para mandato de 2 anos que levem com empenho e seriedade nos trabalho nos e agradeceu a todos presentes. Por não haver, mais nada a tratar, declara encerrada a presente reunião.

A mesma ATA será lavrada em registro em órgão competente, respeitando as leis vigentes, para os efeitos legais jurídicos necessários, CAMPOS GERAIS 04/06/2016

Presidente e membros legais igualmente assinam :

Mercia
Wesley Portugal Luz
Ricardo Augusto de M. Pereira

Registro de Títulos e Documentos e Civil das
Pessoas Jurídicas

PROTOCOLO Nº 7498 Liv A-16

REG. Nº 145 Av03 PAG. 158

Campos Gerais, 16 de junho de 2017
Anieli do Carmo Pr

Despe	Emclu	Recorr	TFJ	TOTAL
0,00	153,33	7,37	43,55	R\$ 174,31

Anieli do Carmo Pr
(registradora)



Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça
de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Selo Número: AYJ19872
Código: 2675.3161.1327.5235
Total de atos: 7 / Emol: 130,76 TFE: 43,55 Total: 174,31
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações

AT. Prestação de Serviços de Comunicação Eletrônica (SCE)

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, edifício-sede, sala 200, Brasília DF

Cep.: 70044-900



AR



Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão
Rua 13 de maio, 620, Bela Vista
Campos Gerais - MG
Cep.: 37.160.000

Associação Comunitária Cidade de Rádiodifusão

Rua 13º de maio 620 - Bairro Bela Vista - Campos Gerais Minas Gerais
- CEP:37160-000 CNPJ:02.428.855/0001-43 TEL 3853 1150

MINISTERIO DA CIENCIA TECNOLOGIA INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

DEPARTAMENTO DE ORTOGAS RADIO COMUNITARIA

Oficio nº 01/17

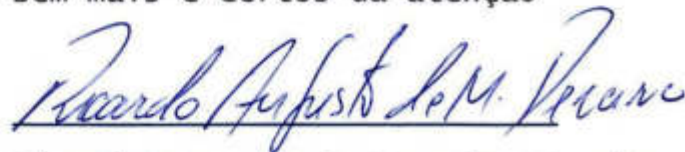
Através deste vimos solicitar A este renomado Ministério, a situação do processo de renovação de nossa licença de serviço de Rádio difusão comunitário já enviado anteriormente, sob protocolo Nº539000130132014-75 pedimos ao Ministério das comunicações a situação de nosso processo de renovação para nosso serviço de radio difusão comunitária, que vem prestando relevantes serviços a comunidade de campos gerais MG, tendo em vista que o processo foi enviado para a renovação no ano de 2014 conforme protocolo e documentação anexa, sendo que ate o presente momento temos o acompanhamento apenas pelo portal do Ministério, pois ainda não recebemos via correio nenhum documento sobre o processo que celebramos a renovação, por parte do Ministério.

Solicitamos e reforçamos nosso compromisso de manter este serviço a comunidade que de nossa parte nos esforçamos sempre para mantê-lo em pleno funcionamento obedecendo as normas técnicas e regimentais que são dirigidas ao serviço de Rádio Difusão comunitário por tanto solicitamos a RENOVAÇÃO de nossa outorga de funcionamento de estação, conforme as leis vigentes para este serviço.

Sem mais e certos da atenção nos colocamos a para demais informações

Segue em anexo ata da ultima posse da diretoria atual dados do representante, dados de comprovação de endereço da entidade (Estação) entidade ,últimos (AR) Enviados e dados coletados no site do Ministério.

Sem mais e certos da atenção



Ricardo Augusto de Mesquita Pereira - Presidente - ACCR
CPF:009885526-39

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 15/05/17 às 14h05

Assinatura: Conceição



ATADEPOSSE

Aos quatro dias do mês de Junho de dois Mil e Dezesesseis às 19:00 horas, na sede da Associação Comunitária "Cidade" de Radiodifusão, Localizada rua Luiz Marques Rabelo, 413, centro em Campos Gerais/MG, os membros da diretoria e presentes se reuniram para assembleia de eleição e posse dos membros 2016/2018. Com a palavra Presidente Ricardo Augusto de Mesquita Pereira, proclamou a renovação do mandato atual, "agradeceu a confiança e a presença de todos. Para tanto, deu início solenidade posse da diretoria da Associação sendo esta continuada pois conforme edital publicado não houve manifestação para novas ficando assim definido pelos presentes e constituída Presidente: Ricardo Augusto de Mesquita Pereira, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 009.885.526-39, residente na rua Vinte e "Cinco de Dezembro, 415, centro nesta cidade, vice-presidente: ..Lecy Pereira, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 010.492.916-20, residente na rua Jorge de Paula Meimberg, 670, nesta cidade, Tesoureiro: José Maria pereira, brasileiro, maior, viúvo, portador do CPF: 614.388.398-04 residente na rua 25 de dezembro 547, nesta cidade, Secretário": Wesley Portugal Luz brasileiro, maior, casado, portadora 'do CPF 080.318.896-00, residente na rua Anita Caiafa, 268, Diadema nesta cidade. Empossada a Diretoria da Associação, o Presidente Ricardo Augusto de Mesquita Pereira agradeceu a confiança para presidir a Associação pediu a todos os membros; empossados para mandato de 2 anos que levem com empenho e seriedade nos trabalhos e agradeceu a todos presentes. Por não haver, mais nada a tratar, declara encerrada a presente reunião.

A mesma ATA será lavrada em registro em órgão competente, respeitando as leis vigentes, para os efeitos legais jurídicos necessários, CAMPOS GERAIS 04/06/2016

Presidente e membros legais igualmente assinam :

Mesquita
Lecy Pereira
Wesley Portugal Luz
Ricardo Augusto de M. Pereira

Registro de Títulos e Documentos e Civil das
Pessoas Jurídicas

PROTOCOLO Nº 7492 Liv A-16

REG. Nº 145 Av03 PAG. 158

Campos Gerais, 26 de Janeiro de 2017

Anateli de Carmo Brito

Débito	Emolpo	Recorrido	TFJ	TOTAL
0,00	123,39	7,37	43,55	174,31

Anateli de Carmo Brito
(registradora)



Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça
de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Selo Número: AYJ19872
Código: 2675.3161.1327.5235
Total de atos: 7 / Emolpo: 130,76 TFJ: 43,55 Total: 174,31
Consulte a validade deste Selo no site: <http://selos.tjmg.jus.br>



Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 118

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Eléctrica – TSEE foi criada pe
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 200

ASSOC COM CIDADE DE RADIODIFUSAO
RUA TREZE DE MAIO 620 CO
SAO BENEDITO
37160-000 CAMPOS GERAIS, MG
CNPJ 02.428.855/0001-43

Referente a
ABR/2017
Código de Débito Automático:
008022291481

Nº DO CLIENTE
7010013344

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 000617929 - PTA Nº16.000114527.70

Classe Comercial Bifásico	Subclasse Serviços de Comunic. Telem.	Datas de Leitura ANTERIOR ATUAL PRÓXIMA 03/03 03/04 03/05			Datas da Nota Fiscal EMISSÃO APRESENTAÇÃO 07/04 13/04		Nº DA INSTALAÇÃO 3000320081
--	--	--	--	--	--	--	--

Informações Técnicas					
Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia kWh	APD159054199	1	370	1	369
Energia kWh	APD159048992	2	2	1	0

Informações Gerais

RECIBO DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS Nº 01/2017
A Cemig, em atendimento à Lei nº 12.007, de 29/07/09,
declara quitados os débitos do cliente em referência
(contrato 5011054620), relativos ao fornecimento de
energia elétrica a esta unidade consumidor/a, referente
aos vencimentos de 01/01/2012 a 31/12/2016, excetuando
eventuais débitos que sejam posteriormente
apurados diante de possível verificação de
irregularidades ou de revisão de faturamento,
que abranjam o período em questão.

MAR/2017 Band. Amarela - ABR/2017 Band. Vermelha

Valores Faturados

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	369	0,79600089	293,7

Encargos / Cobrança

Contrib. Custeio Ilum. Pública	28,8
Multa 2% conta de 03/2017 sobre R\$ 58,38	1,1
Juros mora 1%a: 5 dia(s) sobre R\$58,38	0,1

Tarifas aplicadas (sem impostos)

Energia Elétrica kWh	0,54621581
----------------------	------------

Adicional Bandeiras - Já incluído no Valor a Pagar

Bandeira Amarela	9,7
Bandeira Vermelha	1,5

Indicadores de Qualidade de Fornecimento

Mês: 02/2017		Valores Permitidos:		
Apurado Mensal	Mensal	Trimestral	Anual	
DIC 0,00	5,67	11,34	22,69	
FIC 0,00	3,30	6,60	13,20	
DMIC 0,00	3,29	-	-	
DICRI 0,00	12,22	-	-	

Tensão Nominal=127/220 V Min.=117/202 V Máx.=133/231 V
 Valor Encargos Uso Sist. Distribuição: R\$13,92

Informações de Faturamento

Parcelas	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%
Energia	73,06	25,08	Enc. Saneamento	40,17	15,72
Distribuição	61,30	20,87	Tributos	92,15	31,38
Transmissão	5,12	1,74	Totais	293,70	100,00
Perdas	15,31	5,21			

Histórico do Consumo

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
ABR/17	369	11,90	31
MAR/17	0	0,00	29
FEV/17	0	0,00	30
JAN/17	0	0,00	32
DEZ/16	0	0,00	29
NOV/16	0	0,00	30
OUT/16	0	0,00	31
SET/16	0	0,00	31
AGO/16	0	0,00	30
JUL/16	0	0,00	31
JUN/16	0	0,00	31
MAI/16	0	0,00	31
ABR/16	0	0,00	31

Reservado ao Fisco

EEB7.95B9.A8E8.0111.FB50.6BC9.1CE8.0C3C

ICMS			PASEP (R\$)	COFINS (R\$)
Base de cálculo(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)		
293,70	25	73,42	3,34	15,89

Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares



Unidade de Leitura
02662107

Conta Contrato
008022291481

Vencimento
24/04/2017

Total a Pagar
R\$ 323,75

Apr 11/2017

83610000003-0 23750138002-4 51077923411-9 08022291481-6
Ofício 01/2017 (1880837) 151101250102303320160489116149

 AVISO DE RECEBIMENTO CORREIOS BRASIL	AR	DV 50376805 6 BR									
	DATA DE ENTREGA / DATE DE DELIVRANCE 03 FEV 2017	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON <table border="1"> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </table>									
UNIDADE DE POSTAGEM / UNITÉ DE DÉPÔT DATA DE DEVOLUÇÃO / DATE DE RETOUR ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADDRESS FOR RETURN RETOUR											
PREENCHER COM LETRA DE FORMA / FILL IN WITH CAPITAL LETTERS NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR Associação Comunitária Círculo de Redenção											
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADDRESS FOR RETURN Rua 13 de Maio, 620, Bela Vista											
CIDADE E ESTADO / CITY AND STATE Campos Gerais MG BRASIL											
CEP / ZIP CODE 37160000											

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR *Ev8626/p*

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME DO ENVIADOR DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM DU DESTINATAIRE
Ministério da Ciência, Tecnologia
 ENDEREÇO / ADDRESS
Esplanada dos Ministérios
70044-900 Brasília DF

DECLARAÇÃO DE VALOR / DÉCLARATION DE VALEUR
☐ PRIORITY / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SECURED / VALEUR DÉCLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR
Ailton
 NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR
Ailton da Silva Pinheiro
Matrícula: 0158367

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON
10/02/17

CARRIMBO DE ENTREGA / TIMBRE DE DÉLIVRANCE
 CDD BRASIL GENTRO
 10 FEV. 2017
 DR/BSB

RUBRICA E MAT. DO EMISSOR / SIGNATURE DE L'ÉMETTEUR
Moisés
Mat. 8.135/03-6
Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO
 ENDEREÇO / ADDRESS

Entrada - wpprodutora@gn... WhatsApp SCP :: 0.1.0.1 HEAD 18/01/... Contato - Ciência, Tecnologia... Messenger

sistema.mc.gov.br/SCPWeb/pages/externo/consultar-processo.jsf;jsessionid=2623CD0846B4D07BF80406B53C5DE1DF

15/05/2015 09:12	CGRC
21/05/2015 14:03	CGRC_REN
07/06/2016 14:24	CGRC_REN
11/07/2016 10:52	CGRC_REN
11/07/2016 10:52	CGRC_REN
21/07/2016 13:53	CGRC_REN
21/07/2016 13:54	CGRC_REN
22/08/2016 10:17	CGRC_REN
15/09/2016 14:46	DIAPA
15/09/2016 17:16	DIAPA
15/09/2016 17:17	CGJC
15/09/2016 17:18	CGJC
03/11/2016 14:09	DIAPA
03/11/2016 15:18	DIAPA
03/11/2016 15:20	GSRAD
03/11/2016 15:36	GSRAD
07/02/2017 12:39	CGRC_REN
13/02/2017 13:01	CGRC_REN
08/03/2017 15:23	CGRC_REN
31/03/2017 16:16	CGRC_REN
04/04/2017 09:44	CGRC_REN
06/04/2017 11:33	REGSP

Fechar

Gravação Igreja Eva...docx PLAY MAIS ÁUDIOS - 17.mp3 entidades-participante...pdf glt-autorizadas-maio-20...xls glt-decreto-legislativo-...pdf glt-renovacao-maio-20...pdf

Mostrar todos os downloads...

Iniciar SCP :: 0.1.0.1 HEAD... Entrada (1) - odadef... Sony Sound Forge 8.0 Sem título - Bloco de ...

12:17



Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Radiodifusão Comunitária - RADCOM

Relação de Entidades em Renovação de Outorga

Unidade Federativa: Todas

Ano do Aviso: Todos

Quantidade de processos: 2,362

UF	Município	Cod. Mun	Processo Nº	Aviso	Status	Entidade	Latitude	Longitude	Endereço Correspondência	Endereço Sistema Irradiante	Representante
MG	CAMPOS ALTOS	3111507	539000436832015	4	EXIREN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO ALTO PALESTINA E CAMPOSALTINHO	19S4145	48W1030	Número:243 - CAMPOS ALTOS-MG	RUA CORNELIA ALVES BICALHO, 243, CAMPOSALTINHO, Número:243 - CEP:38970000, CAMPOS ALTOS-MG	
MG	CAMPOS GERAIS	3111606	539000130132014	1	RREC	ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO	21S1427	45W4528	Número:null - CAMPOS GERAIS-MG	Rua Luiz Marques Rabelo, 413, Centro, Número:null - CEP:37160000, CAMPOS GERAIS-MG	José Humberto da Silva
MG	CANA VERDE	3111903	539000395792015	5	RAGR	ASCOCAVE-ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO DE CANA VERDE	21S0138	45W1025	Rua da Floresta, s/nº, Nova Brasília, Número:null - CEP:37267000, CANA VERDE-MG	Rua da Floresta, s/nº, Nova Brasília, Número:null - CEP:37267000, CANA VERDE-MG	Aender anastacio de morais
MG	CANÁPOLIS	3111804	539000063662014	9	EXIREN	SOCIEDADE COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DE CANAPOLIS - RADIO TRIANGULO	18S4311	48W1212	Rua 15, nº 1013, Boa Esperança, Número:null - CEP:38380000, CANÁPOLIS-MG	Rua 15, nº 1013, Boa Esperança, Número:null - CEP:38380000, CANÁPOLIS-MG	AQUILINO NETO DANTAS
MG	CAPELINHA	3112307	530000562312011	0	REN	ASSOCIACAO COMUNITARIA CIDADE DE CAPELINHA DE RADIODIFUSAO	17S4154	42W3046	RUA GOVERNADOR VALADARES, Nº 317, CENTRO, Número:null - CEP:39680000, CAPELINHA-MG	Rua Dr. Hermelindo nº 709 - 2º Andar, Planalto, Número:null - CAPELINHA-MG	FREDERICO DE ANDRADE MARTINS CORDEIRO
MG	CAPETINGA	3112406	539000438822015	10	RREC	ASSOCIACAO COMUNITARIA CAPETINGUENSE DE RADIODIFUSAO	20S3708	47W0324	Número:null - CAPETINGA-MG	Rua Guilherme Gambeta, 300, Centro, Número:null - CEP:37993000, CAPETINGA-MG	Irene Faleiros
MG	CAPIM BRANCO	3112505	539000083372014	2	RAUT	ACAO SOCIAL COMUNITARIA DE CAPIM BRANCO - ASCOCAB	19S3231	44W0805	Número:null - CAPIM BRANCO-MG	AV. BRASILIA, 120, REPREZA, Número:null - CEP:35730000, CAPIM BRANCO-MG	Willian Silvino
MG	CAPITÃO ENÉAS	3112708	539000139502014	9	RREC	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO MORADA DO SOL	16S1927	43W4203	Número:null - CAPITÃO ENÉAS-MG	Av. Pio Mineiro, 1230, Morada do Sol, Número:null - CEP:39445000, CAPITÃO	Jucelino Peres dos Santos

MINISTÉRIO DA CIENCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação

Esplanada dos Ministérios – Bloco R

Edifício Sede – Sala 100

CEP: 70.044-900 – Brasília/DF



Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão

Rua 13 de Maio, 620 – Bela Vista

CEP: 37.160-000 – Campos Gerais/MG

Análise em 21/06/2017 Processo de Renovação nº 53900.013013/2014-75 Localidade: Campos Gerais/MG	Processo de Outorga nº 53710.000811/1998 Portaria de autorização: 445 de 27/03/2002 Decreto Legislativo: 580 de 19/08/2004.
Nome da Entidade: Associação Comunitária Cidade de Radiofusão Rua 13 de Maio nº 620 - Bela Vista 37160-000 - Campos Gerais/MG	
1) Requerimento de renovação: Página 02 SEI (0102576) 1.1) Data de Protocolo no SEI: 22/08/2014 1.2) Tempestividade: (X) Sim, conforme o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424/2017, publicada no DOU de 29/3/2017.	
2) Estatuto Social: Página 12/19 SEI (0102576) 09/03/1998 - 1ª alteração 06/06/2001- pg. 19 - 2ª alteração 07/11/2001 - pg. 21 2.1) Comprovante do Registro no Cartório de Pessoas Jurídicas: pg. 18 2.2) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 4º "IV" 2.3) Garantia de ingresso gratuito, como associado: NÃO 2.4) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: NÃO 2.5) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 7º 2.6) Órgão administrativo e cargos: art. 16º 2.7) Atribuições do órgão administrativo: art. 17 a 21º 2.8) Mandato da diretoria, limitado ao máximo de 4 anos, admitida uma única recondução: art. 16 § 1: 10 anos "podendo seus membros serem reeleitos" 2.9) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 32º e 33º (instituição Conselho Comunitário)	
3) Ata de Eleição da Diretoria: Página 02/03 SEI (1880837) 04/06/2016 3.1) Comprovante do Registro no Cartório de Pessoas Jurídicas: 03 3.2) Tempo de mandato: 3.3) Período: 2016/2018 3.4) Cargos e nomes de todos os diretores: art. 16º Presidente - Ricardo Augusto de Mesquita Pereira - SEI (0481410) pg. 44 15/01/1977 Vice Presidente - Lecy Pereira - SEI (0481410) pg. 49 26/02/1940 Secretário - Wesley Portugal Luz NÃO Tesoureiro - José Maria Pereira - SEI (0481410) pg. 46 CNH 19/02/43	
4) Comprovações de maioria e nacionalidade dos dirigentes: Páginas 29 a 34 SEI (0102576)	

5) CNPJ nº: 02.428.855/0001-43 - SEI (1974496)
6) Certidão Negativa de Débitos da Anatel: Evento SEI (1974479)
7) Declaração de conformidade das instalações: Página 6 SEI (0102576)
8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: Página NÃO

Referência: Processo nº 53900.013013/2014-75

SEI nº 1972836



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CIDADE DE RADIODIFUSAO

CNPJ: 02.428.855/0001-43

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:53:25 do dia 21/06/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/07/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.428.855/0001-43 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 09/03/1998	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) "CIDADE FM"			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R LUIZ MARQUES RABELO		NÚMERO 413	COMPLEMENTO
CEP 37.160-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CAMPOS GERAIS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/06/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **21/06/2017** às **14:57:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)[Preparar Página para Impressão](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JOSÉ MARIA PEREIRA (Título Eleitoral: 006114610205)** é **TESOUREIRO (exercício 16/08/2015 a 16/08/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PMDB - 15 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Órgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - CAMPOS GERAIS/MG**
Vigência: **Início: 16/08/2015 Final: 16/08/2017**
Código: **M45/.Z#35.UE/A.SX#\$.**
Certidão emitida às: **21/06/2017 16:35:30**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **LECY PEREIRA (Título Eleitoral: 009047080256)** é **SECRETÁRIO GERAL (exercício 16/08/2015 a 16/08/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PMDB - 15 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Órgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - CAMPOS GERAIS/MG**
Vigência: **Início: 16/08/2015 Final: 16/08/2017**
Código: **LEW+.FYIN.SL1E.ZL9T.**
Certidão emitida às: **21/06/2017 16:36:35**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros:

Partido Político:	15 - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO		
Órgão Partidário:	Diretório		
Abrangência:	MUNICIPAL - CAMPOS GERAIS/MG		
Vigência:	Início: 16/08/2015 Final: 16/08/2017		
Situação do Órgão:	Anotado	Data de Despacho:	13/11/2015
Protocolo:	3228332015		
Endereço:	RUA SANTA TEREZINHA, 66	Bairro:	CENTRO
Município:	CAMPOS GERAIS / MG	CEP:	37.160-000
Complemento:		CNPJ:	25.969.836/0001-20
Telefone:	(35)3853-1743	Fax:	
Celular:			
E-mail:	pmdbcamposgerais@gmail.com		

Cargo	Membro	Exercício - Situação
PRESIDENTE	RONALDO MIARELI	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
1º - VICE-PRESIDENTE	JOSÉ EUGENIO DA SILVA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
2º - VICE-PRESIDENTE	JOÃO CARLOS COELHO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
TESOUREIRO	JOSÉ MARIA PEREIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
SECRETÁRIO GERAL	LECY PEREIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
SECRETÁRIO ADJUNTO	WELLERSON NAVES VIEIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
1º - VOGAL	ADALBERTO VITOR VIEIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
2º - VOGAL	ANTONIO MARCOS JORGE	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
1º - SUPLENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	GILBERTO GABRIEL L. PEREIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
2º - SUPLENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	LUIZ LÁZARO VELOSO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
3º - SUPLENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	MAURICIO RABELO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
4º - SUPLENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	ROGÉRIO DE ANDRADE	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
DELEGADO À CONVENÇÃO REGIONAL	RIVALDO ABREU DE OLIVEIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
SUPLENTE DE DELEGADO À CONVENÇÃO REGIONAL	PAULO VITOR MARQUES	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	ADALBERTO VITOR VIEIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	ANTONIO MARCOS JORGE	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	CESAR LUIS DOS SANTOS PEREIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	CIRO DE CARVALHO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	EDSON ABREU DE OLIVEIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	EUGENIO PACELI GONZAGA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	FRANCISCO MARCOS FERREIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	GILBERTO GABRIEL L. PEREIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	JOÃO BATISTA DELFRARO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	JOÃO CARLOS COELHO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	JOÃO DE DEUS PEREIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	JOSÉ EUGENIO DA SILVA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	JOSÉ FERNANDO MIARELI	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	JOSÉ MARIA PEREIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	LECY PEREIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	LOURENÇO FERREIRA DA COSTA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	LUIZ LÁZARO VELOSO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	MATUZALÉM VIEIRA DE OLIVEIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	MAURICIO RABELO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	RICARDO JOSÉ DO NASCIMENTO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	ROGÉRIO DE ANDRADE	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	RONALD MATEUS DELFRARO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
MEMBRO DE DIRETÓRIO	RONALDO MIARELI	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	ADEMIR DA SILVA TEIXEIRA	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	ERNANY MIARELI	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	JAIME PIEVE NETO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	LAURENTINO JOSÉ DELFRARO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	MARIA DAS GRAÇAS DE CARVALHO	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	OLIVEIRA JOSÉ MARQUES	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	ORESTE VILELA DE MENEZES	16/08/2015 a 16/08/2017 - ATIVO

Código de Validação: **8KG3.HQUQ.PEN3.4MMZ.**

Certidão emitida em: **21/06/2017 16:38:21**

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 13625/2017/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.013013/2014-75**

Assunto: **Não Renovação de Outorga. Abertura de prazo para defesa.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campos Gerais**, estado de **Minas Gerais**.

ANÁLISE

2. O interesse em renovar a outorga do serviço foi apresentado em 22/08/2014 (fl. 02 do evento SEI 0102576), e o prazo para a solicitação de renovação se encerrava em 19/07/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

3. Dito isso, após análise dos autos e de consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral verificou-se que o vice presidente Lécyr Pereira e o tesoureiro José Maria Pereira, são dirigentes de órgão partidário municipal, conforme Certidões emitidas pela Justiça Eleitoral (evento SEI 1975297), o que configura vínculo político de acordo com o art. 25, § 2º, I, "b" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015.

4. De acordo com o art. 132, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, a existência de vínculo é vício de **caráter insanável**. Ademais, conforme previsão do art. 137, parágrafo único da mesma Portaria, o dispositivo já está em vigor, uma vez que transcorreu o prazo de um ano da publicação da Portaria.

5. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a

renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”, e no art. 132, III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] III - constatada a existência de vínculo", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

6. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pela **não renovação** da outorga da Entidade.

7. Sugere-se, ainda, que a Requerente seja notificada acerca da decisão e, se desejar, apresente **defesa**, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, no prazo de **30 dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, o pleito de renovação de outorga será **indeferido**.

À consideração superior.

Minutas e Anexos

Anexo: Certidão de Composição partidária **PMDB** (SEI 1975297)



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 22/06/2017, às 09:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/06/2017, às 09:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1974734** e o código CRC **FB28D2BB**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 27111/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA

Representante Legal da Associação Comunitária Cidade de Radiofusão

Rua 13 de Maio nº 620 - Bela Vista

37160-000 / Campos Gerais - MG

CNPJ nº 02.428.855/0001-43

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.013013/2014-75.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **13625/2017/SEI-MCTIC**, referente análise de pedido de renovação de outorga dessa entidade ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, constante do processo informado no campo assunto, com posicionamento pelo indeferimento do pedido.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade apresente **defesa**, se assim desejar, em observação aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 22/06/2017, às
09:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1975511** e o código CRC **7E097AB8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 27111/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.013013/2014-75 - Nº SEI: 1975511

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 27111/2017/SEI-MCTIC, 22/06/2017

53900.013013/2014-75

RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO

Rua 13 de Maio, nº 620 – Bela Vista.

37160-000 Campos Gerais / MG

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 43565725 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

29 JUN 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>			
:	h	:	h	:	h

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHER COM LETRA CAIXADA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

CIDADE / LOCALITÉ

Espanada dos Ministérios, Bloco "B", Anexo "B", Sala 300
70044-900 - Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão

Rua 13º de maio 620 - Bairro Bela Vista Campos

Gerais Minas Gerais CEP:37160-000

CNPJ:02.428.855/0001-43 TEL 3853 1150

Prezados senhores,

Segue em anexo a esta ATA e documento de desfiliação da entidade dos senhores José Maria Pereira e Lecy Pereira conforme correção solicitada em Ofício deste Ministério a nós enviado Nº 27111/2017 - SEI -MCTIC pelo processo de renovação de nossa emissora de radio comunitária Radio Cidade FM em favor a nossa entidade.

Segue documentação corrigida conforme a solicitação feita por este ministério respeitando assim as leis vigentes pelo serviço de radiodifusão comunitária.

Anexo 1

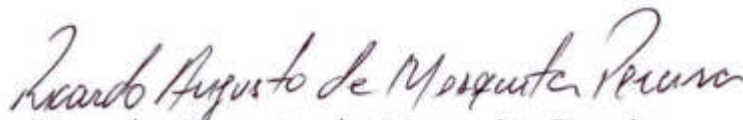
COPIA DE ATA REGISTRADA DE REUNIÃO REALIZADA POR ESTA ENTIDADE PARA CORREÇÕES SOLICITADAS POR ESTE MINISTÉRIO

ANEXO 2

COPIA DE DESFILIAÇÃO DOS SENHORES JOSÉ MARIA PEREIRA E LECY PEREIRA DESTA ENTIDADE.

Certo da atenção e aguardando ansiosamente pela renovação de serviço de radiodifusão comunitária tão útil a nossa comunidade de Campos Gerais

Sem mais, subscrevo-me



Presidente: Ricardo Augusto de Mesquita Pereira

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 24/07/17 às 14:00 horas

Assinatura: Conceição



Associação Comunitária Cidade de Rádiodifusão

Rua 13º de maio 620 - Bairro Bela Vista Campos Gerais Minas Gerais
CEP:37160-000 CNPJ:02.428.855/0001-43 TEL 3853 1150

Ata da Associação Comunitária "Cidade" de rádiodifusão dia 13 julho 2017 as 19:30 horas na sede social da entidade, foi realizada reunião entre os membros da diretoria, para tratar da substituição de 2 (dois) Membros da atual gestão por participarem de partidos políticos locais, o presidente Ricardo Augusto de Mesquita Pereira tomou a palavra expondo que por solicitação do ministério das comunicações oficio nº27111/2017/SEI-MCTICI recebida por nossa entidade que pelas normas das leis das comunicações no serviço de rádio comunitária que não é permitido vinculo de membros da entidade a partidos políticos, o presidente comunicou então os membros citados Lecy Pereira, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 010.492.196-20 vice presidente, e o senhor Tesoureiro: José Maria Pereira, brasileiro, maior, viúvo, portador do CPF: 614.388.398-04, residente na rua 25 de dezembro 547, morador nesta cidade, sendo que os mesmos após exposição da situação imposta, e por apoiarem com a comunidade em geral para a conquista da renovação da rádio comunitária Cidade FM, decidiram assim se desvincular da entidade assim assinando termo de desvinculação da entidade, o presidente então expos aos presentes a necessidade do preenchimento dos cargos vacantes, nesta mesmo com aprovação e convite da diretoria presente foram então empossados como Vice Presidente o senhor Matusalém de Oliveira CPF: 148.832.106-00 RG: MG 14241787 SSP/MG Endereço: Avenida Nossa Senhora do Carmo - 845 - Centro Campos Gerais - MG, e como TESOUREIRO AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO com RG: mg-19.286.828 SSP/MG CPF: 016.356.636-44 Av. São Vicente de Paulo, 835, Centro, Campos Gerais/MG sendo que assim de acordo e lutando para que a emissora de rádio comunitária continue prestando os relevantes serviços a comunidade de Campos Gerais, o presidente então colocou a disposição a palavra a todos presentes não tendo quem se manifestasse o mesmo encerrou a reunião desejando aos membros compostas que lutem e tenham objetivo do bem estar e melhorias oriundas de um bom trabalho coletivo para toda comunidade atendida pelo serviço de rádio difusão, sendo que nada mais havia a tratar encerrou as 21:30 minutos.....

Assinam os membros

Presidente Ricardo Augusto de Mesquita Pereira

Vice Presidente Matusalém de Oliveira

Tesoureiro AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO

Secretario Wesley Portugal Luz

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoa Jurídica de Campos Gerais

CNPJ: 19.954.854/0001-35
 Rua Coronel Carlos Caiafa, 772 - Centro
 Fone: (35)3853-2307
 Anatieli do Carmo Brito - Oficial

PROTOCOLO Nº 7692
 REG Nº 145 - LIVA-17 - PÁG 126 -AV Nº 4

Campos Gerais, MG, 19 de julho de 2017

Anatieli do Carmo Brito - Oficial

Parcela	Despesas	Emolumento	Recompa	TFJ	Total
Valor		128,81	7,69	45,35	181,85



Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça

Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoa Jurídica

Selo Número: AYJ21254
Código: 8196.6330.4029.7274

Total de atos: 8 / Emol: 136,50 TFJ: 45,35 Total: 181,85
 Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Declaração Pessoal

Eu José Maria Pereira, brasileiro, viúvo, técnico em contabilidade portador do CPF 614.388.398-04 e RG-M-8.471.242 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Campos Gerais/MG, tendo vista o recebimento e as solicitações do Ministério das Comunicações para a renovação dessa radio comunitária, me desvinculo a parti dessa data 07/07/2017 da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão com o CNPJ 02.428.855/0001-43, pois como citado faço parte de partido político PMDB (municipal) e pretendo continuar fazendo parte do mesmo.

Para tanto não atrapalhar o andamento e o processo da renovação de nossa emissora de radio comunitária que tanto presta serviço em nossa cidade, desvinculo a partir dessa data da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão ficando certo assinado.

Campos Gerais, 07 de Julho de 2017



José Maria Pereira

Selo de fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CEC 18141

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - ITALO FURBETA
Travessa da Moura, 95 - Telfax: (31) 3403-1730 - Campos Gerais-MG - CEP 47.140-080

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
JOSE MARIA PEREIRA

Campos Gerais, 19/07/2017 13:42:16 1878
Emol.: R\$4,53 Romp.: R\$0,27 T.F.J.: R\$1,49 Total: R\$6,29
Em teste da verdade.

FABIO NAVES FURBETA

1º Tabelião de Notas
Campos Gerais-MG
AUTENTICAÇÃO
Conferido com a Original. Dou fé.

19 JUL. 2017

Em Teste da verdade.
☒ Italo Furbeta ☐ Fabio N. Furbeta

Selo de fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CAU 89479

Declaração Pessoal

Eu Lecy Pereira, brasileiro, casado, aposentado, portador do CPF 010.492.916-20 residente e domiciliado na cidade de Campos Gerais/MG, tendo vista o recebimento e as solicitações do Ministério das Comunicações para a renovação dessa radio comunitária, me desvinculo a parti dessa data 07/07/2017 da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão com o CNPJ 02.428.855/0001-43, pois como citado faço parte de partido politico PMDB (municipal) e pretendo continuar fazendo parte do mesmo.

Para tanto não atrapalhar o andamento e o processo da renovação de nossa emissora de radio comunitária que tanto presta serviço em nossa cidade, desvinculo a partir dessa data da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão ficando certo assinado.

Campos Gerais, 07 de Julho de 2017

70

[Handwritten signature]

Lecy Pereira

Selo de fiscalização
RECONHECIMENTO DE FISCALIZAÇÃO
CEC 18140

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - VALDO FURBETA
Travessa da Militer, 25 - Tel. (35) 3211-1111 - Campos Gerais - MG CEP 37.100-000

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
LECY PEREIRA

Campos Gerais, 19/07/2017 13:41:09 18741
Emol.: R\$4,53 Comp.: R\$0,27 T.F.J.: R\$1,49 Total: R\$6,29
Em teste da verdade.

FABIO NAVES-FURBETA

Selo de fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CNU 89478

Taberna de Notas
Campos Gerais-MG
AUTENTICAÇÃO
Conferido com a Original. Dou fé.

19 JUL. 2017

Em Teste da verdade.
☐ Italo Furbeta ☒ Fabio N. Furbeta

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação

Secretária de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

CEP: 70.044900 – Brasília – DF




Correios

☒ AR
☐ MP

PESO (kg)

0,030

SEDEX

DY 32122700 3 BR



AR

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO
RUA 13 DE MAIO,620 – BELA VISTA
CAMPOS GERAIS – MG
CEP:37160-000

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 18316/2017/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.013013/2014-75.**

Assunto: **Não Renovação de Outorga. Abertura de prazo para manifestação.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Cidade de Radiofusão**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campos Gerais**, estado de **Minas Gerais**.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 13625/2017/SEI-MCTIC (SEI 1974734), encaminhada pelo Ofício nº 27111/2017/SEI-MCTIC (SEI 1975511), esta Coordenação-Geal informou à Entidade sobre o indeferimento do pedido e concedeu prazo de **30 dias** para que apresentasse sua defesa, tendo-se verificado que o vice presidente Lecy Pereira e o tesoureiro José Maria Pereira são dirigentes de órgão partidário municipal, configurando vínculo político, de acordo com o art. 25, § 2º, I, "b" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015.

3. Em resposta, a Radiodifusora apresentou, tempestivamente o documento (SEI 2067766), protocolo nº 01250.043776/2017-91, em 29/07/2017, informando desvinculação dos diretores **José Maria Pereira** e **Lecy Pereira** como membros da associação SEI (2067766, pgs. 4 e 5), promovendo substituição dos mesmos na Diretoria, conforme ata de 13/07/2017 (SEI 2067766, pgs. 2 e 3), elegendo novos diretores. Convém lembrar que de acordo com o art. 132, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015, a existência de vínculo é vício de **caráter insanável**, transcorrido o prazo de um ano da publicação da referida portaria. Entretanto, a apreciação da defesa apresentada pela Entidade deverá aguardar manifestação da mesma sobre o seguinte fato:

a) Em tempo, embora não tenha sido apontada na Nota Técnica acima referida, constatou-se que a Diretoria da Entidade, composta de quatro membros é formada por pessoas do mesmo grupo familiar: o presidente **Ricardo Augusto de Mesquita Pereira** é filho do tesoureiro **José Maria Pereira**, que é irmão do vice presidente **Lecy Pereira** e por conseguinte, tio do presidente.

b) Tal situação está descrita no art. 25 § 2º, "II" da Portaria 4334/2015/SEI-MC: *"Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no art. 7º, inciso III, notadamente: **"quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro."*** Mesmo que a Entidade tenha providenciado a substituição dos diretores acima referidos, trata-se de

vínculo familiar, e de caráter insanável, conforme prescrito no parágrafo único do art. 132 da Portaria nº 4334/2015.

4. De acordo com o art. 132, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, a existência de vínculo é vício de **caráter insanável**. Ademais, conforme previsão do art. 137, parágrafo único da mesma Portaria, o dispositivo já está em vigor, uma vez que transcorreu o prazo de um ano da publicação da Portaria.

5. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] III - constatada a existência de vínculo", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

6. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Requerente acerca dos elementos verificados, para que, se desejar, manifeste-se, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, no prazo de **30 dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, o pleito de renovação de outorga será **indeferido**.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 15/08/2017, às 09:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/08/2017, às 09:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2120379** e o código CRC **FBA91C08**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 35373/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA

Representante Legal da Associação Comunitária Cidade de Radiofusão

Rua 13 de Maio nº 620 - Bela Vista

37160-000 / Campos Gerais - MG

CNPJ nº 02.428.855/0001-43

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.013013/2014-75.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **18316/2017/SEI-MCTIC**, referente análise de pedido de renovação de outorga dessa entidade ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, constante do processo informado no campo assunto, contendo notificação acerca de hipótese de indeferimento do referido pedido.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste, se assim desejar, em observação aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 17/08/2017, às
09:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2121559** e o código CRC **C7861912**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 35373/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.013013/2014-75 - Nº SEI: 2121559

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 35373/2017/SEI-MCTIC, 17/08/2017
53900.013013/2014-75RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO
Rua 13 de Maio nº 620 - Bela Vista
37160-000 Campos Gerais / MG

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Thais Purula Loureiro

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

29 / 8 / 17

CAMPO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTMARCELO RODRIGUES
Agente de Correios
Matrícula: 8.415.151-0
AC CAMPOS GERAIS

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 166 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 70057579 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

25 AGO 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Ministério de Comunicações

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70.044-900 Brasília-DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

01250.057202/2017.09

Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão

Rua 13 de maio 620, Bairro Bela Vista Campos Gerais Minas Gerais CEP:37160-000
CNPJ:02.428.855/0001-43 TEL 3853 1150

Ofício 006 /2017

Ao Ministério da ciência tecnologia, inovações e comunicações

Em referencia ao ofício enviado a nossa entidade nº 35373/2017/SEI-MCTIC solicitando correções por este renomado ministério, venho por meio deste enviar a carta de desligamento de nosso Ex presidente Sr Ricardo Augusto de Mesquita Pereira de nossa entidade, para adequação nas normas impostas pela lei de radiodifusão comunitária também lhes enviamos ATA REGISTRADA de reunião da entidade e comunidade tratando deste assunto e reorganizando a direção no intuito da renovação de nossa licença para o serviço de radiodifusão tendo invista , relevantes serviço presta a comunidade de campos Gerais MG.

Expomos ainda que toda e qualquer solicitação feita pelo ministério para adequação correta no atendimento ao serviço que nos for solicitada, será seguida em sua total situação, sendo que assim nos adequaremos e manteremos o que nos for colocado para o bom e correto prestação deste serviço a nossa população, sendo esta nossa vontade que assim descrevemos durante nossos trabalhos prestados a mesma.

Sem mais e certos do apoio deste Ministério Subscrevo-me


Presidente: Matusalém de Oliveira
CPF: 148.832.106-00

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 14/09/17 às 14:50
Assinatura: Conceição

Declaração de desligamento da entidade ACCDR

Eu Ricardo Augusto de Mesquita Pereira Presidente da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, venho por meio deste, oficializar meu total desligamento da entidade e solicito que de acordo com estatuto da entidade, que meu vice presidente Sr. Matusalém de Oliveira CPF: 048.832.106-00 ,assuma interinamente a direção da entidade ate que seja realizada eleição conforme nosso regimento interno.

Tal atitude toma para que continue o processo de renovação de serviço de radiodifusão tão útil a nossa comunidade de Campos Gerais a qual a emissora vem prestando relevantes serviço a população, e atendendo as condições e leis explicadas no oficio recebido do ministério da ciência tecnologia inovações e comunicações nº 35373/2017/SEI-MCTIC recebido por esta entidade.

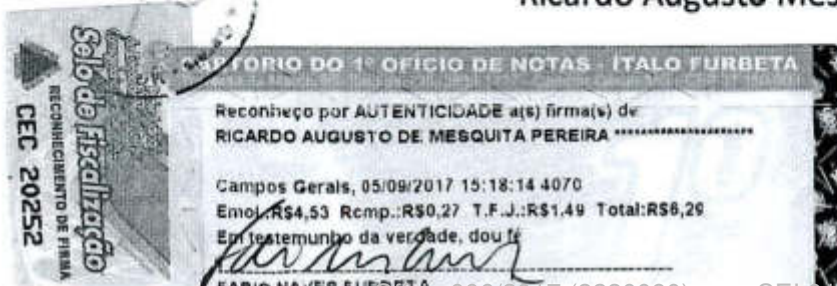
Por tal exposição declaro de minha parte certa e afirmado meu total desligamento da entidade.

Campos Gerais, 04 de Setembro de 2017

Hora 21:00

7

Ricardo Augusto de Mesquita Pereira
Ricardo Augusto Mesquita Pereira



AUTENTICAÇÃO
Conferido com o Original. Dou fé.
21.06.2017
05 SET, 2017
da verdade.
Fabio N. Furbeta ☐ Fabio N. Furbeta



Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão

Rua 13 de maio 620, Bairro Bela Vista Campos Gerais Minas Gerais CEP: 37160-000
CNPJ: 02.428.855/0001-43 TEL 3853 1150

Ata da associação comunitária cidade de radiodifusão dia 04 Setembro 2017 às 19h30min horas na sede social da entidade, foi realizada reunião entre os membros da diretoria, para que fosse colocado o recebimento de ofício Ministerial Nº 35373/2017 SEI-MCTIC sobre processo de renovação do serviço de radiodifusão comunitária para nossa comunidade beneficiada de Campos Gerais MG, o então presidente Sr Ricardo Augusto de Mesquita Pereira falou aos demais sobre o conteúdo do ofício que o mesmo traz a necessidades legais das condições impostas pela lei 9612 sobre vínculo político ou familiar em entidades, prestadoras de serviço de radio comunitário, expôs aos presentes que por desconhecimento o mesmo se entendia apto a participar da entidade bem como suas condições e melhorias ao serviço de radio comunitário, mas que diante do exposto pelo Ministério prefere e decidiu se afastar definitivamente da diretoria da entidade da associação comunitária cidade de radiodifusão, para não prejudicar o andamento de seu processo de renovação tão aguardado pela comunidade atendida, ainda falou sobre atentamento as normas das leis sobre estas questões nas futuras eleições da entidade para que se acompanhe sempre o correto segmento com as leis vigentes para o serviço. Então o mesmo Ricardo Augusto de Mesquita Pereira decretou sua vacância ao cargo solicitando ao Senhor Matusalém de Oliveira vice presidente que assuma interinamente a direção da entidade até que se faça nova eleição da entidade conforme o regimento interno da mesma, agradeceu a todos da diretoria e os presentes o apoio nas melhorias e lutas agregadas a comunidade que possibilitaram as melhorias objetivadas pela população atendida, o presidente então empossado senhor Matusalém de Oliveira expôs aos presentes, as lutas e objetivos entidade serão acompanhadas de perto e que contará com apoio dos mesmos para o benefício do bem comum, e da necessidade da emissora radio comunitária Cidade, continue prestando os serviços de extrema importância a nossa comunidade de Campos Gerais MG foram então empossados como Presidente o senhor Matusalém de Oliveira CPF: 148.832.106-00 RG: MG 14241787 Endereço: Avenida Nossa Senhora do Carmo - 845 - Centro Campos Gerais - MG, e como TESOUREIRO AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO o RG: MG-19.286.828 SSP/MG CPF: 016.356.636-44 Av. São Vicente de Paulo, 835, Centro, Campos Gerais/MG e o Secretário Wesley Portugal Luz CPF: 080.318.896-00 RG: 12.119.546, Rua Manoel Martins, 268 - Diadema, Campos Gerais/MG, o presidente então colocou a disposição a palavra a todos presentes não tendo quem se manifestasse, o mesmo encerrou a reunião desejando aos membros compostas que lutem e tenham objetivo do bem estar e melhorias oriundas de um bom trabalho coletivo para toda comunidade atendida pelo serviço de radiodifusão, e colocou que conforme regimento conclamará em breve em edital publicamente divulgado eleições para diretoria da entidade, sendo que nada mais avia a tratar encerrou as 21:00Hrs

Assinam os membros

Presidente - Matusalém de Oliveira

Vice Presidente

Tesoureiro AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO

Secretário Wesley Portugal Luz

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoa Jurídica de Campos Gerais

CNPJ: 19.954.854/0001-35
Rua Coronel Carlos Caiafa, 772 - Centro
Fone: (35)3853-2307
Anatieli do Carmo Brito - Oficial

PROTOCOLO Nº 7741
REG Nº 145 - LIVA-17 - PÁG 168 -AV Nº 5

Campos Gerais, MG, 05 de setembro de 2017.

Anatieli do Carmo Brito - Oficiala

Parcela	Despesas	Emolumento	Recompe	TFJ	Total
Valor		112,55	8,73	39,95	159,23



Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça
de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoa Jurídica

Selo Número: AYJ21582

Código: 4480.7678.2697.5666

Total de atos: 5 / Emol: 119,28 TFJ: 39,95 Total: 159,23

Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 35373/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RICARDO AUGUSTO DE MESQUITA PEREIRA

Representante Legal da Associação Comunitária Cidade de Radiofusão

Rua 13 de Maio nº 620 - Bela Vista

37160-000 / Campos Gerais - MG

CNPJ nº 02.428.855/0001-43

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.013013/2014-75.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **18316/2017/SEI-MCTIC**, referente análise de pedido de renovação de outorga dessa entidade ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, constante do processo informado no campo assunto, contendo notificação acerca de hipótese de indeferimento do referido pedido.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste, se assim desejar, em observação aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/08/2017, às 09:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2121559** e o código CRC **C7861912**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
 Secretaria de Radiodifusão
 Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
 Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 18316/2017/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.013013/2014-75.**

Assunto: **Não Renovação de Outorga. Abertura de prazo para manifestação.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Cidade de Radiofusão**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campos Gerais**, estado de **Minas Gerais**.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 13625/2017/SEI-MCTIC (SEI 1974734), encaminhada pelo Ofício nº 27111/2017/SEI-MCTIC (SEI 1975511), esta Coordenação-Geral informou à Entidade sobre o indeferimento do pedido e concedeu prazo de **30 dias** para que apresentasse sua defesa, tendo-se verificado que o vice presidente **Lecy Pereira** e o tesoureiro **José Maria Pereira** são dirigentes de órgão partidário municipal, configurando vínculo político, de acordo com o art. 25, § 2º, I, "b" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015.

3. Em resposta, a Radiodifusora apresentou, tempestivamente o documento (SEI 2067766), protocolo nº 01250.043776/2017-91, em 29/07/2017, informando desvinculação dos diretores **José Maria Pereira e Lecy Pereira** como membros da associação SEI (2067766, pgs. 4 e 5), promovendo substituição dos mesmos na Diretoria, conforme ata de 13/07/2017 (SEI 2067766, pgs. 2 e 3), elegendo novos diretores. Convém lembrar que de acordo com o art. 132, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015, a existência de vínculo é vício de **caráter insanável**, transcorrido o prazo de um ano da publicação da referida portaria. Entretanto, a apreciação da defesa apresentada pela Entidade deverá aguardar manifestação da mesma sobre o seguinte fato:

a) Em tempo, embora não tenha sido apontada na Nota Técnica acima referida, constatou-se que a Diretoria da Entidade, composta de quatro membros é formada por pessoas do mesmo grupo familiar: o presidente **Ricardo Augusto de Mesquita Pereira** é filho do tesoureiro **José Maria Pereira**, que é irmão do vice presidente **Lecy Pereira** e por conseguinte, tio do presidente.

b) Tal situação está descrita no art. 25 § 2º, "II" da Portaria 4334/2015/SEI-MC: "*Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no art. 7º, inciso III, notadamente: "quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro."* Mesmo que a Entidade tenha providenciado a substituição dos diretores acima referidos, trata-se de vínculo familiar, e de caráter insanável, conforme prescrito no parágrafo único do art. 132 da Portaria nº 4334/2015.

4. De acordo com o art. 132, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, a existência de vínculo é vício de **caráter insanável**. Ademais, conforme previsão do art. 137, parágrafo único da mesma Portaria, o dispositivo já está em vigor, uma vez que transcorreu o prazo de um ano da publicação da Portaria.

5. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] III - constatada a existência de vínculo", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

6. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Requerente acerca dos elementos verificados, para que, se desejar, manifeste-se, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, no prazo de **30 dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, o pleito de renovação de outorga será **indeferido**.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 15/08/2017, às 09:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inaldá Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/08/2017, às 09:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2120379** e o código CRC **FBA91C08**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.013013/2014-75

SEI nº 2120379

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044.900 – Brasília - DF



Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão

Rua 13 de Maio, 620 – Bela Vista

Campos Gerais – MG

CEP: 37160-000

Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão

Rua 13 de maio 620, Bairro Bela Vista Campos Gerais Minas Gerais CEP:37160-000
CNPJ:02.428.855/0001-43 TEL 3853 1150

Ofício 008 /2018

Ao Ministério da ciência tecnologia, inovações e comunicações

Através deste venho respeitosamente a este ministério, solicitar informações quanto a nosso processo de renovação de concessão de nosso serviço de rádio difusão.

Tendo respondido os ofícios encaminhados pelo ministério das datas 24 de julho e 14 de setembro 2017, até agora não tivemos mais nenhuma comunicação deste ministério quanto ao processo de nossa renovação.

Sem mais e certos do apoio deste Ministério Subscrevo me



Presidente Matusalém de Oliveira

CPF: 148.832.106-00

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 21/03/18 às 14/30 horas

Assinatura: Pereira

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044.900 – Brasília - DF



Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão

Rua 13 de Maio, 620 – Bela Vista

Campos Gerais – MG

CEP: 37160-000



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CIDADE DE RADIODIFUSAO

CNPJ: 02.428.855/0001-43

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:42:10 do dia 24/05/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/06/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) "CIDADE FM"		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R LUIZ MARQUES RABELO		NUMERO 413	COMPLEMENTO
CEP 37.160-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CAMPOS GERAIS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/06/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **24/05/2018** às **09:38:44** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)





Para você
para todos
os brasileiros



[ACESSE SUA CONTA](#) 

[A CAIXA](#) | [REDE DE ATENDIMENTO](#) | [OUVIDORIA](#) | [DOU](#)

[Produtos e Serviços](#)

[Ajuda](#)

[Home](#) | [SERVIÇOS AO CIDADÃO](#) | [FGTS Empresa](#) | [Consulta Regularidade do Empregador](#) | [Situação de Regularidade do Empregador](#)

:: Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está **REGULAR** perante o FGTS:

Inscrição: 02428855/0001-43
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CIDADE DE RADIODIFUSAO
Nome Fantasia: CIDADE FM

Resultado da consulta em 24/05/2018 às 09:52:00

Obtenha o [Certificado de Regularidade do FGTS - CRF](#)

Consulte o [Histórico do Empregador](#)

[VOLTAR](#)

[Dúvidas mais Frequentes](#)

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.428.855/0001-43

Certidão nº: 150726572/2018

Expedição: 24/05/2018, às 09:46:57

Validade: 19/11/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.428.855/0001-43**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE





Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.






53900.013013/2014-75ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO (CNPJ: 02.428.855/0001-43)
CAMPOS GERAIS/MG**1) Requerimento:** Pg. 2 SEI (0102576)
Data apresentação: 22/08/2014Endereço de correspondência:
Rua 13 de Maio nº 620 - Bela Vista
CEP 37160-000 - Campos Gerais/MGDados da Outorga
Processo Outorga: 53710.000811/1998
Portaria Autorização: nº 445, publicada no DOU de 27/03/2002
Decreto Legislativo: nº 580, publicado no DOU de 19/08/2004**2) Ata de Eleição da Diretoria:** Pgs. 3 SEI (2220090) - 01250.057202/2017-09 - substituição dirigente

Tempo do mandato: 2 anos - a eleição anterior de 04/06/2016 indicava mandato de 2 anos. - Período: 04/09/2017 a 04/06/2018

Localização do registro: Pg. 3

Obs. importante: **# Art. 16º, §1º: mandato de 10 (dez) anos, "podendo seus membros serem reeleitos" #**

Cargo	Nome do Diretor	CPF	Nasc.	Pg. Doc.
Presidente	 MATUSALÉM DE OLIVEIRA	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #
Vice Presidente	 (VAGO)	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #
Tesoureiro	 AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #
Secretário	 WESLEY PORTUGAL LUZ	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #

3) Estatuto Social: Pgs. 12 a 21 SEI (0102576)**3.1)** Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas: Pg. 18**3.2)** Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: Art. 4º VI**3.3)** Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Pendência: **# Requisito não atendido #****3.4)** Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Pendência: **# Requisito não atendido #****3.5)** Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 7º**3.6)** Especificação do órgão administrativo da entidade: Art. 16º**3.7)** Especificação do Conselho Comunitário: Art. 32º a 33º**3.8)** Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: Art. 17º a 21º**3.9)** Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos: Art. 16º, §1º: mandato de 10 (dez) anos, "podendo seus membros serem reeleitos"**3.10)** Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I - OK: arts. 1º e 2º - II - admissão: NÃO; demissão/exclusão: OK art. 23º - III - OK: art. 7º e 8º - IV - OK: art. 22º - V - OK: art. 9º a 15º - VI - OK: art. 28º e 29º - VII - (gestão)OK: art. 16º a 21º;(aprovação contas)OK: art.11º "a".**3.11)** Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 23º e parágrafo único**3.12)** Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I - OK: art. 11º "b" - II - OK: art.28º - III - (quorum destituição) 2/3 associados; (quorum alteração estatuto): NÃO; (critérios eleição):NÃO; (convocação AG): 2/3 associados: NÃO:(art. 60 Código Civil: 1/5 associados).**3.13)** Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES): Não se aplica**3.14)** Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente): Art. 29º**3.15)** O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998: OK**4)** Requerimento e respectivas declarações (Anexo V) assinados por todos os dirigentes: Pendência: **# Requisito não atendido #****5)** Prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Pendência: **# Requisito não atendido #****6)** Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116: Pendência: **# Requisito não atendido #****7)** Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pg. 6 SEI (0102576)**8)** Comprovante de Inscrição no CNPJ: SEI (3003371)**9)** Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): SEI (3003356)**10)** Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: SEI (3003384)

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal:

❗ Pendência: # Requisito não atendido #

12) Certidão negativa de débitos perante à Justiça do Trabalho: SEI (3003402)

13) Isenção da entidade e de seus diretores quanto ao estabelecimento ou manutenção de vínculos proibidos:

❗ Pendência: # Requisito não atendido #

14) Conclusão da Análise:

Exigências:

1. Novo Requerimento
2. Adequação estatuto social: ingresso gratuito; direito de voz e voto nas instâncias deliberativas; mandato de 10 anos; recondução por uma única vez.
3. Adequação Código Civil: requisitos para admissão; quórum para destituição administradores e alteração estatuto; critérios de eleição dos administradores; 1/5 associados para convocação AGE.
4. Tempo de mandato da diretoria: estatuto: 10 anos, última eleição: 2 anos.
5. RG/CPF dos dirigentes
6. Certidão negativa Tributos Federais e Dívida Ativa União

NOTA TÉCNICA Nº 12170/2018/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.013013/2014-75**.

Assunto: INDEFERIMENTO DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA. RECONSIDERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação da outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Comunitária Cidade de Radiofusão**, na localidade de **Campos Gerais**, estado de **Minas Gerais**.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 13625/2017/SEI-MCTIC, evento SEI (1974734), sugeriu-se o indeferimento da renovação da outorga em razão do(s) seguinte(s) fato(s) e fundamentos(s):

a) Em consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral verificou-se que o vice presidente **Lecy Pereira** e o tesoureiro **José Maria Pereira**, são dirigentes de órgão partidário municipal, conforme Certidões emitidas pela Justiça Eleitoral (evento SEI 1975297), o que configura vínculo político de acordo com o art. 25, § 2º, I, "b" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015.

b) Pela Nota Técnica nº 18316/2017/SEI-MCTIC, evento SEI (2120379) a entidade foi informada sobre a constatação de vínculo familiar, pois a diretoria da entidade composta de quatro membros era formada por pessoas do mesmo grupo familiar: o presidente **Ricardo Augusto de Mesquita Pereira** é filho do tesoureiro **José Maria Pereira**, que é irmão do vice presidente **Lecy Pereira** e por conseguinte, tio do presidente.

De acordo com o art. 132, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, a existência de vínculo é vício de **caráter insanável**. Conforme previsão do art. 137, parágrafo único da mesma Portaria, o dispositivo já estava em vigor, uma vez que transcorreram o prazo de um ano da publicação da Portaria.

3. Tempestivamente, em 24/07/2017 (SEI 2067766) apresentou ata de 13/07/2017 com a renúncia do vice presidente Lecy Pereira e do tesoureiro José Maria Pereira e elegendo o sr. Matusalém de Oliveira e Ailton Augusto de Oliveira Araujo, nos cargos de vice presidente e tesoureiro, respectivamente. Juntados pedidos de desligamento dos dois irmãos do quadro de associados da entidade

Também tempestivamente, em 14/09/2017 (SEI 2220090) apresentou ata de 04/09/2017 com a renúncia do presidente Ricardo Augusto de Mesquita Pereira, tendo assumido a presidência o então vice presidente Matusalém de Oliveira. O até então presidente também solicitou desligamento do quadro de

associados da entidade.

4. Tendo-se em vista as manifestações tempestivas da entidade e a pronta regularização da situação de vínculo, inicialmente pautada pela Portaria nº 4334/2015, que sofreu recente alteração com o advento da Portaria nº **1909/2018**, publicada no D.O.U. de 09/04/2018, cujo art. 6º, inciso III permite aplicabilidade aos processos ainda sem decisão definitiva, verifica-se a possibilidade de **acatamento** do recurso apresentado, no entanto, atualizando-se as exigências, conforme a nova versão da Portaria 4334/2015, razão pela qual deverá ser elaborada nova Nota Técnica de exigências.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária, pelas razões enumeradas nesta Nota Técnica, opina pela retomada da análise processual a fim de verificar a viabilidade do deferimento da renovação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 25/05/2018, às 14:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/06/2018, às 17:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3003498** e o código CRC **10E22CFD**.

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	'	"
		Longitude:	° W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 12197/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.013013/2014-75.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 1 (UM)**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Comunitária Cidade de Radiofusão**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campos Gerais**, estado de **Minas Gerais**, apresentou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 0102576), em 22/08/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 19/07/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, **e considerando-se o art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015**, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
			Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, a saber: a. Não está previsto no estatuto o ingresso gratuito , como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria.

	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.</p>	<p>b. Não estão expressamente previstos os direitos de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas, em desacordo com o art. 40, inciso III da Portaria.</p> <p>c. O art. 16º, § 1º do estatuto prevê mandato de 10 anos, contrariando o art. 40, inciso V, "b" da Portaria que limita o mandato ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
		<p>Estatuto social adequado ao Código Civil.</p>	<p>Art. 54: Não está(ão) previsto(s):</p> <p>- os requisitos para a admissão dos associados.</p> <p>Arts. 59 e 60: Não estão previstas as competências privativas da Assembleia Geral, a saber: destituição dos administradores e alteração do estatuto; o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos; os critérios de eleição dos administradores; e a garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina o Código Civil.</p> <p>A Ata de eleição da diretoria</p>

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>encaminhada, de 04/06/2016 prevê mandato de 2 anos, isto é de 04/06/2016 a 04/06/2018. O estatuto social apresentado, no seu art. 16º, § 1º prevê mandato de 10 (dez) anos. Não constando registro de alteração estatutária na documentação apresentada, solicitamos envio de tal ato, devidamente registrado.</p> <p>Visto que o mandato da diretoria encerrar-se-à em 04/06/2018, solicitamos o encaminhamento da ata de eleição da nova diretoria, tão logo seja registrada.</p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre que todos os diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.</p>
			<p>A Entidade deverá encaminhar relatório elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria.</p>

	Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório deverá contar com a assinatura de todos os conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), e estar acompanhado da <u>grade de programação da emissora</u>, bem como das cópias dos <u>comprovantes de inscrição no CNPJ</u> de cada uma das entidades que compõem o Conselho.</p>
	Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo

político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

4. O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015, alterado pela Portaria nº 1909/2018:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

I – indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II – **garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;**

III – **garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;**

IV – garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos;

V – especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) **ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.**

Parágrafo único. O estatuto social não será considerado irregular, na forma do inciso I do caput, se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão.

5. Do Conselho Comunitário:

Art. 113. O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art. 115. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I – fiscalizar a programação da emissora;

II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V – receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI – submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. O relatório deverá ser assinado por todos os Conselheiros Comunitários e devem

CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.
9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 25/05/2018, às 14:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/06/2018, às 17:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3004545** e o código CRC **EC5E39FF**.

Minutas e Anexos

Anexo I - SEI (3005335) - Anexo 5 da Portaria 1909/2018



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 21025/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Associação Comunitária Cidade de Radiofusão (CNPJ nº 02.428.855/0001-43)
Rua 13 de Maio nº 620 - Bela Vista
CEP 37160-000 - Campos Gerais/MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.013013/2014-75.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópias das **NOTAS TÉCNICAS NºS: 12170/2018/SEI-MCTIC e 12197/2018/SEI-MCTIC**, que tratam da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 04/06/2018, às
17:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
3006001 e o código CRC **3251892D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 21025/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.013013/2014-75 - Nº SEI: 3006001

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 21025/2018/SEI-MCTIC, 04/06/2018

53900.013013/2014-75

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO

Rua 13 de Maio nº 620 - Bela Vista

37160-000 Campos Gerais / MG

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

22/06/18

CARTELA DE ENTREGA
LIVRANCE DU DESTINATÁRIO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Weslei Partoça LVZ

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

JOSE ARRATEIA DE LIMA
Agente de Correios
8.227.422-3
Campos Gerais



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0403 / 16

114 x 186 mm

**AVISO DE
RECEBIMENTO****AR****AVIS CN0Z**

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 32721132 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATA DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

19 JUN 2018

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMA

NOME DO RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.014-900 Brasília - DF

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

Associação Comunitária Cidade de Rádio Difusão

Ao Ministério da Ciência Tecnologia CNPJ 02.428.855/0001-43 Rua 13 de Maio 620
Bela Vista

Ofício Nº 005

Referente a ofício e notas técnicas OFICIO Nº 21025/2018/SEI-MCTIC

Venho através deste mui respeitosamente atendendo a solicitações nos enviadas pelo ministério a nossa entidade e agradecendo a atenção a nos oferecida pelo ministério, nesta enviamos anexo:

Requerimento de renovação de outorga assinado pelos representantes legais

Estatuto adequado a portaria nº 4334/2015

Ata de Eleição e posse

Comprovantes de maior idade / nacionalidade

Dados dos dirigentes

Último relatório ATA DO CONSELHO COMUNITARIO

CND federal

Certos do apoio de da renovação deste serviço tão precioso a nossa comunidade deixamos nossos protestos de estima e consideração.



Wesley Portugal Luz

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 13/07/18 às 14:30 horas

Assinatura: Wesley Portugal Luz

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA


QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão				
Nome Fantasia:	Radio Cidade FM	CNPJ:	02.428855000143		
Endereço de Sede:	Rua 13 de maio 620 Bairro Bela Vista				
Município:	Campos Gerais	UF:	MG	CEP:	37160-000
Nome do representante legal:	Wesley Portugal Luz				
Endereço eletrônico (e-mail):	cidadefmcg@gmail.com				
Endereço de Correspondência:	Rua 13 de maio 620 Bairro Bela Vista				
Município:	Campos Gerais	UF:	MG	CEP:	37160-000
LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Rua 13 de maio 620 Bairro Bela Vista				
Município:	Campos Gerais	UF:	MG	CEP:	37160-000
		Latitude:	° (N/S)	21s1427	' "
		Longitude:	° W	45w4528	' "

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;


Carlos Eduardo Oliveira de Jesus
C.E.O.



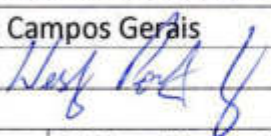
VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

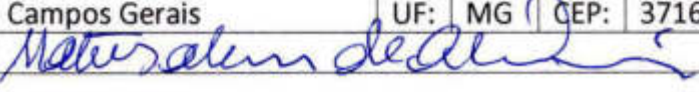
IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

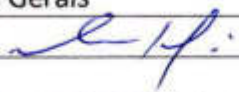
X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

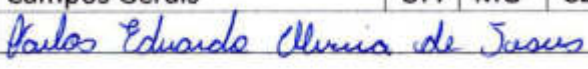
XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	Wesley Portugal Luz				
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	159265310221
RG: 12.119.546		Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	080.318.896-00
Endereço:	Rua Manuel Martins numero 268 Bairro Diadema				
Município:	Campos Gerais	UF:	MG	CEP:	37160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Matusalém de Oliveira				
Cargo:	Vice Presidente			Tit. Eleitor:	080220800213
RG:	MG 142.41.787	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	148.832.106-00
Endereço:	Avenida Ns. Do Carmo 845 Centro				
Município:	Campos Gerais	UF:	MG	CEP:	37160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Ailton Augusto de Oliveira de Araujo				
Cargo:	Tesoureiro			Tit. Eleitor:	165123330256
RG:	MG 19.286.828	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	016.365.636-44
Endereço:	Avenida São Vicente de Paulo 835 Centro				
Município:	Campos Gerais	UF:	MG	CEP:	37160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Carlos Eduardo Oliveira de Jesus				
Cargo:	Secretario			Tit. Eleitor:	217494340205
RG:	MG20103466	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	135.450.906-47
Endereço:	Rua Jose Cleto neto Numero 111 Bairro Jardim Alvorada				
Município:	Campos Gerais	UF:	MG	CEP:	37160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



Edital de convocação

ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE NOVA DIRETORIA

Pelo presente Edital de Convocação **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ: 02.428.855/0001-43, sediada na Rua Luiz Marques Rabelo, nº 413, bairro Centro em Campos Gerais - MG, CEP: 37.160-000, representada pelo Sro. **MATUSALEM DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, produtor rural, inscrito no CPF: 148.832.106-00 e RG MG 14.241.787 – SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 845, bairro Centro em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000, por seu Presidente abaixo-assinado, convoca a todos os membros a se fazerem presentes a Assembleia Geral de Eleição e posse da nova diretoria que será realizada no dia 04 de Julho de 2018 as 09:00 horas, tendo como local na Rua Luiz Marques Rabelo, nº 413, bairro Centro em Campos Gerais - MG, CEP: 37.160-000, em primeira convocação, com a presença da maioria legal dos membros, para tomarem conhecimento e deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia:

- 1- Eleição e posse da nova diretoria.
- 2- Alteração do Estatuto afim de atender a legislação vigente.
- 3- Alteração/atualização do Endereço da Associação.

Não havendo número legal de presentes em primeira convocação, a Assembleia será realizada no mesmo dia e local, uma hora após, ou seja, às 09:30 horas.

Campos Gerais- MG 10 de Junho de 2018

Presidente


MATUSALEM DE OLIVEIRA

Cartório Reg. Tit. Doc. e Civil P. Jurídicas Anastasi do Carmo Brito - Oficial Rua Coronel Carlos Calafá, 772 - Centro, Campos Gerais - MG Fone: (35)3853-2307					
Código 8101-0 8801-8 8101-8		Total			
Qtd.	1	1	1	1	3
PROTOCOLO Nº 8115 REG Nº 145 - LIVA-18 - PÁG 187 -AV Nº 8 Campos Gerais, MG, 09 de julho de 2018. Mario Lucio Pereira Junior - Substituto					
Despesas	Emolumento	ISS	Recompe	TFJ	Total
	111,20	3,34	8,86	39,12	160,32
Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça 1º Ofício Cartório Reg. Tit. Doc. e Civil P. Jurídicas Selo Número: AYJ24347 Código: 9774.0735.2953.5355 Total de atos: 3 / Emol: 117,86 TFJ: 39,12 Total: 156,98 Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br					



**TERCEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE
RADIOFUSÃO**



CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Art.1º - A Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão é uma sociedade civil sem fins lucrativos, voltada para a defesa da democratização populares de apoio as ações solidárias cooperativos e comunidades, religiosas ou não, não partidárias, dedicada a serviços comunitários.

Art. 2º - A Associação tem sede na Rua 13 de Maio, nº 620, bairro Bela Vista em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000, podendo também ter dependências e representações em outros locais e /ou cidades.

Parágrafo Único - Entidade receberá o nome fantasia “CIDADE FM” e transmitirá na frequência aprovada pela Lei Federal das rádios comunitárias.

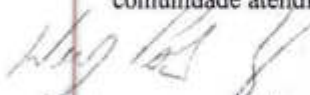
Art. 3º - O prazo de duração da sociedade , cuja sigla será ACRR é indeterminado.

Art. 4º - O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento a comunidade beneficiada, com vista a :

- I- dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade.
- II- oferecer mecanismos a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.
- III- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário.
- IV- contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalista e radialistas, de conformidade com a legislação profissional e vigente.
- V- permitir a capacidade dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível

Art. 5º - As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão em sua programação, os princípios:

- I- preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade.
- II- promoção da atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida.
- III- respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida.


Carlos Eduardo Almeida de Jesus
C.E.A.



Rômulo Amadeu Portugal Junior
ADVOGADO
OAB/MG: 155.890

IV- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.



§- 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação da emissoras de radiodifusão comunitária.

§- 2º As programações opinativas e informativas observarão os princípios de pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§- 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

CAPITULO II

DIREITOS E DEVERES

Art.6º - A diretoria poderá conferir título benemérito a pessoas ou entidades que venham efetivamente a contribuir para o desenvolvimento da radiodifusão comunitária, sem que obtenham o direito de associados.

Art.- 7º - São direitos dos associados:

- a) Participar, votar e ser votado, ainda que por procuração nas assembleias e reuniões, garantindo-lhe o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas
- b) Consultar a Associação das Pequenas Emissoras de Radiodifusão Comunitária de Minas Gerais (APEMG), da qual a Associação Comunitária CIDADE de radiodifusão é órgão nato quanto a quaisquer questão relativas ao funcionamento e interesses, bem como receber assistência prevista na letra (b) do artigo 4º deste estatuto.
- c) Consultar os associados quanto a assuntos de interesse da sociedade considerados estratégicos.
- d) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica; vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado.

Art. 8º - São deveres dos associados :

- a) Colaborar efetivamente, cada um no seu âmbito de atividade, para consecução dos objetivos e finalidades da associação.
- b) Prestar as informações solicitadas, comparecer as reuniões e eventos, exercer cargos , missões e tarefas para as quais forem designados , acatar as resoluções das assembleias e diretoria , cumprir e fazer cumprir o estatuto.
- c) Os associados devem preencher todos os requisitos previsto neste Estatuto Social para sua admissão, conforme dispõe o art. 54, inciso II do Código Civil.

Paulo Eduardo Moura de Jesus
L.P.

Romão Amadeu Portugal Junior
ADVOGADO
OAB/MG: 155.890

CAPITULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 9º - A Assembleia Geral é órgão soberano da associação, que se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo primeiro – Uma hora antes do início dos trabalhos, deverá ser colocado na mesa do livro de presença, onde os sócios lançarão as assinaturas.

Parágrafo segundo – Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um membro da diretoria para secretária –lo.

Parágrafo terceiro – O Presidente da Assembleia, além de seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo quarto – As votações nas Assembleias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo quinto – A ata dos trabalhos, lavrada pelo secretário, será assinada pelos componentes da mesa por 3 (três) sócios escolhidos pela Assembleia.

Art. 10 – A Assembleia Geral Ordinária reunir-se á uma vez por ano.

Art. 11 – São atribuições da Assembleia Geral:

- a) Examinar e aprovar ou não as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e os demais atos administrativos.
- b) destituir os administradores, alterar o estatuto, para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.
- c) Promover imediata substituição e pelo prazo restante do mandato dos membros destituídos da forma da alínea (b) deste artigo.
- d) Deliberar sobre os demais assuntos constantes na “Ordem do dia”.
- e) A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Art. 12 – A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se á sempre que convocada pela diretoria ou 2/3 (dois terços) no mínimo dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 13 – As Assembleias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, serão convocados com antecipação de 15 (quinze) dias mediante edital a ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com as obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Paulo Eduardo Almeida de Jesus
CH:

Ramón Amadeu Portugal Junior
ADVOGADO
OAB/MG: 155.890

Art. 14 – A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal ou através de procuração da maioria dos associados.

Parágrafo primeiro - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado presente ou representando.

Parágrafo segundo - Só poderá votar e ser votado o sócio quite com a tesouraria.

Parágrafo terceiro – Os sócios beneméritos poderão participar das assembleias, sem direito a voto, podendo opinar, sugerir e debater a “Ordem do Dia”.

Art. 15 – Na falta de comparecimento a Assembleia Geral da maioria dos associados, haverá uma segunda convocação uma hora após a primeira e deliberará com qualquer numero de associados presentes, executando o disposto no parágrafo segundo do art. 14.

CAPITULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 16 – A Diretoria, que é órgão executivo, compõe-se de:

- a) Presidente
- b) Vice – Presidente
- c) Secretário
- d) Tesoureiro

Parágrafo primeiro – O Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Parágrafo segundo – O mandato dos membros da diretoria que substituem os destituídos será complementar, pelo prazo restante do mandato que forem substituir.

Parágrafo terceiro – Subordinada diretamente a Presidência da Associação funcionará a secretaria Executiva, cujo titular, o Secretário Executivo, será escolhido pela Diretoria, que lhe dará as atribuições.

Art. 17 – Compete a Diretoria, em conjunto, ou pela maioria de seus membros:

- a) Executar e fazer executar os objetivos da Associação.
- b) Propor valores de cotas, mensalidades e contribuições.


Art. 18 – Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação ativa e passivamente, em Juízo e fora dele.
- b) Constituir um ou mais Procuradores para defesa dos interesses sociais.
- c) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Diretoria e da Assembleia Geral.
- d) Presidir as reuniões da Diretoria e convocar as Assembleias Gerais.



Carlos Eduardo de Jesus
C. E. J.

Romero Amadeu Portugal Junior
ADVOGADO
OAB/MG: 155.890

- 
- e) Designar o Secretário executivo artístico e fixar sua remuneração.
 - f) Assinar os balanços anuais da Associação, submetendo a apreciação da Diretoria, logo após o balanço anual, os relatórios de atividades administrativas e sociais, referentes ao exercício findo, para que possam ser levados, finalmente da apreciação da Assembleia Geral.
 - g) Realizar, conjuntamente com o tesoureiro, operações bancárias comerciais.
 - h) Movimentar, conjuntamente com o tesoureiro, contas bancárias.

Art. 19 – Compete ao Vice – presidente substituir, provisoriamente, o Presidente nas suas faltas e impedimentos e definitivamente em caso de vago o cargo.

Parágrafo Único: O Presidente poderá designar missões especiais ao Vice – Presidente que agirá em seu nome, documentando de alguma forma esta designação.

Art. 20 – Compete ao Tesoureiro:

- a) Zelar pelo patrimônio da Associação e promover a escrituração da mesma.
- b) Apresentar ao Presidente quaisquer irregularidades verificadas nas finanças da Associação.
- c) Exercer, conjuntamente com o Presidente, as atribuições previstas na letra © do art. 22.
- d) Acumular os serviços da Secretaria no caso de impedimento do Secretário.

Art. 21 – Compete ao Secretário Executivo da Associação, nomeado pelo Presidente o seguinte:

- a) Organizar todo o serviço interno da Associação dirigindo o respectivo expediente;
- b) Submeter ao Presidente toda a organização da Secretaria Executiva, a contratação e dispensa dos servidores, bem como a fixação dos salários respectivos.

CAPITULO V

DA RECEITA

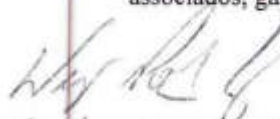

Art. 22 – A receita da Associação é composta de:


- a) Arrecadação de contribuições ordinárias especiais dos associados.
- b) Doação ou receita proveniente de terceiros.
- c) Outras receitas provenientes da prestação de serviços, inclusive para terceiros.
- d) Contribuição de sócios cooperados.
- e) Convenio com outras instituições.

CAPITULO VI

DAS SANÇÕES

Art. 23 – As infrações poderão ser punidas pela Diretoria, com suspensão de direitos ou exclusão dos associados, garantindo ao associado amplo poder de defesa.


Carlos Eduardo Almeida de Jesus



Romeu Amadeu Portugal Junior
ADVOGADO
OAB/MG: 155.690





Parágrafo Único – O associado poderá recorrer, com efeito suspensivo, a Assembleia Geral dentro de 60 (sessenta) dias do recebimento da notificação da punição, que será remetida pela via postal com registro de aviso e recebimento.

Art. 24 – A falta de pagamento de mensalidades, durante um semestre, causará suspensão dos direitos dos associados.

Parágrafo Único - A suspensão dos associados em débito com a Associação não prejudica o direito desta pleitear, pelos meios legais, o pagamento do referido débito e do que lhe for devido pelo associado inadimplente.

Art. 25 – No caso de falta de pagamento de contribuições, a suspensão do associado será automática.

Parágrafo Único – Esta sanção não terá efeito a partir do momento em que o associado satisfazer integralmente suas obrigações.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 – As reuniões da Diretoria realizar-se-ão mensalmente, ou de qualquer tempo, por convocação do Presidente ou de dois Diretores e das deliberações, tomadas, lavrar-se-á ata em livro próprio.

Art. 27 – Os atos que importem em ônus e alienação de bens e imóveis pertencentes a Associação, somente poderão ser praticados pelo presidente ou por seu substituto legal, mediante prévia deliberação da Assembleia Geral.

Art. 28 – O presente estatuto somente poderá ser modificado por Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

Art. 29 – Em caso de extinção da pessoa jurídica, os bens patrimoniais da Entidade serão transferidos a Entidade congênere.

Art. 30 – Os associados não respondem e nem responderão pelas obrigações da Associação.

Art. 31 – O Presidente, o Vice – presidente, os diretores não serão remunerados, mas terão ressarcidas as despesas decorrentes de suas atividades previstas neste estatuto.

Art. 32- Fica instituído um conselho comunitário de até 5 (cinco) representantes com fins sociais designados pela diretoria da Associação, que lhes definirá as atribuições observadas na legislação vigente.

Art. 33 – O período de mandato dos membros do Conselho será coincidente com o da diretoria.

QUALIFICAÇÃO COMPLETA DOS MEMBROS DIRETORES:

Carlos Eduardo Almeida de Jesus
in f.

Romeu Amadeu Portugal Junior
ADVOGADO
OAB/MG: 155.690

[Signature]



- 1- **WESLEY PORTUGAL LUZ**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: 080.318.896-00 e RG- MG 12.119.546 - SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Manoel Martins, nº 288, casa, Bairro Diadema em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000
- 2- **MATUSALEM DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, produtor rural, inscrito no CPF: 148.832.106-00 e RG MG 14.241.787 – SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 845, bairro Centro em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000.
- 3- **CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS**, brasileira, solteiro, empresário, inscrito no CPF: 135.450.906-47 e RG MG 20.103.466 - SSP/MG, residente e domiciliado na Doutor Jose Cleto Neto, nº 111, bairro Jardim Alvorada em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000.
- 4- **AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO**, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CPF: 016.356.636-44 e RG MG 19.286.828 - SSP/MG, residente e domiciliado na Avenida Renato de Araújo, nº 835, bairro Centro em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000.
- 5-

Campos Gerais - MG 04 de Julho de 2018

PRESIDENTE: WESLEY PORTUGAL LUZ

VICE-PRESIDENTE: MATUSALEM DE OLIVEIRA

SECRETARIO: CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS

TESOUREIRO: AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO

ROMEU AMADEU PORTUGAL JUNIOR

Advogado- OAB/MG: 155.690

Romeu Amadeu Portugal Junior
ADVOGADO
OAB/MG: 155.690



Cartório Reg. Tit. Doc. e Civil P. Jurídicas					
Anateli do Carmo Brito - Oficial					
Rua Coronel Carlos Caiado, 772 - Centro, Campos Gerais - MG					
Fone: (35)3853-2307					
Código 8101-0 8801-9 8101-8		Total			
Qtd	1	1	4	6	
PROTOCOLO Nº 8117 REG Nº 145 - LVA-18 - PÁG 191 -AV Nº 8					
Campos Gerais, MG, 09 de julho de 2018.					
Mario Lucio Pereira Junior - Substituto					
Despesas	Emolumento	ISS	Recompe	TFJ	Total
	127,46	3,82	7,62	44,52	183,42
Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça					
1º Ofício Cartório Reg. Tit. Doc. e Civil P. Jurídicas					
Selo Número: AYJ24355					
Código: 1978.3426.4678.1155					
Total de atos: 6 / Emol: 135,08 TFJ: 44,52 Total: 179,60					
Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br					





ATA DA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA, ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO E ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CIDADE DE RADIODIFUSAO

CNPJ: 02.428.855/0001-43

As 09:00 horas do dia 04 de Julho de 2018, na sede da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, estavam presentes os associados infrafirmados, para deliberar sobre a eleição da nova diretoria, alterações no Estatuto Social e alteração do endereço; estando presente: **WESLEY PORTUGAL LUZ, MATUSALEM DE OLIVEIRA, CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS E AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO** e demais associados presentes infra-assinados.

Iniciaram-se os atos necessários para eleição da nova diretoria da Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão. Para iniciarem os trabalhos foram indicados, votados e eleitos pelos associados presentes, para assumir a coordenação o Sr. **WESLEY PORTUGAL LUZ**. Aprovado por unanimidade deu por aberta a assembléia, com o coordenador abriu os debates a respeito da eleição da nova diretoria da Associação, esclarecendo que os cargos a serem preenchidos são 4 (Quatro) e apresentados para votação foram eleitos os seguintes (CHAPA ÚNICA):

- | | |
|--|-----------|
| 1- Presidente: WESLEY PORTUGAL LUZ | (8 VOTOS) |
| 2- Vice Presidente: MATUSALEM DE OLIVEIRA | (8 VOTOS) |
| 3- Secretário(a): CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS | (6 VOTOS) |
| 4- Tesoureiro: AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO | (6 VOTOS) |

Após a eleição a assembléia declarou empossados os novos diretores; agradecendo a confiança de todos e se comprometeram a trabalhar e atingir os objetivos traçados pela Associação.

Foi aprovada a alteração do Estatuto afim de adequar-se a legislação vigente, alterando os arts. 7º, 11 e 16.

O endereço da Entidade passará a ser na Rua 13 de Maio, nº 620, bairro Bela Vista em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos da Assembleia, o secretario **CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS**, que lavrou a presente ata que vai infra-assinada pelo Presidente, pelo Dr. **ROMEUE AMADEU PORTUGAL JUNIOR**, advogado, inscrito na OAB/MG 155.690 e pelos associados e convidados presentes.

QUALIFICAÇÃO COMPLETA DOS MEMBROS DIRETORES:

- 1- **WESLEY PORTUGAL LUZ**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: 080.318.896-00 e RG- MG 12.119.546 - SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Manoel Martins, nº 288, casa, Bairro Diadema em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000

Carlos Eduardo Oliveira de Jesus
14.

[Signature]

Romeu Amadeu Portugal Junior
ADVOGADO
OAB/MG: 155.690

- 2- **MATUSALEM DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, produtor rural, inscrito no CPF: 148.832.106-00 e RG MG 14.241.787 – SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 845, bairro Centro em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000.
- 3- **CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS**, brasileira, solteiro, empresário, inscrito no CPF: 135.450.906-47 e RG MG 20.103.466 - SSP/MG, residente e domiciliado na Doutor Jose Cleto Neto, nº 111, bairro Jardim Alvorada em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000.
- 4- **AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO**, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CPF: 016.356.636-44 e RG MG 19.286.828 - SSP/MG, residente e domiciliado na Avenida Renato de Araújo, nº 835, bairro Centro em Campos Gerais – MG, CEP: 37.160-000.

Campos Gerais - MG 04 de Julho de 2018

Wesley Portugal Luz
PRESIDENTE: WESLEY PORTUGAL LUZ

Matusalem de Oliveira
VICE-PRESIDENTE: MATUSALEM DE OLIVEIRA

Carlos Eduardo Oliveira de Jesus
SECRETARIO: CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS

Ailton Augusto de Oliveira Araujo
TESOUREIRO: AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO

Romeu Amadeu Portugal Junior
ROMEY AMADEU PORTUGAL JUNIOR

Advogado- OAB/MG: 155.690

Romeu Amadeu Portugal Junior
ADVOGADO
OAB/MG: 155.690

Nayra Rita Moraes da Silva

Shirley Aparecida de Oliveira

Roseli Aparecida Cavalcanti

Roseli Aparecida Cavalcanti

1º Tabelião de Notas
Campos Gerais - MG
AUTENTICAÇÃO
Conferido com o Original. Dou fé.

11 JUL. 2018



de verdade.

Furbeta ☐ Fabio N. Furbeta

Cartório Reg. Tit. Doc. e Civil P. Jurídicas					
Anateli do Carmo Brito - Oficial					
Rua Coronel Carlos Caiata, 772 - Centro, Campos Gerais - MG					
Fone: (35)3853-2307					
Código	6101-0	6601-9	8101-5	Total	
Cid	1	1	3	5	
PROTOCOLO Nº 8116 REG Nº 145 - LIV A-18 - PÁG 188 -AV Nº 7					
Campos Gerais, MG, 09 de julho de 2018.					
Mario Lucio Pereira Junior - Substituto					
Despesas	Emolumento	ISS	Recompe	TFJ	Total
	122,04	3,96	7,30	42,72	172,06
Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça					
1º Ofício Cartório Reg. Tit. Doc. e Civil P. Jurídicas					
Selo Número: AYJ24350					
Código: 2806.7335.7718.2328					
Total de atos: 5 / Emol: 129,34 TFJ: 42,72 Total: 172,06					
Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br					

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	MG-12.119.546
DATA DE EXPEDICÇÃO	21/05/2015
NOME	
WESLEY PORTUGAL LUZ	
FILHO(S)	
OLIVEIRA JOSE LUZ	
IRIA DE FATIMA PORTUGAL LUZ	
NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO
CAMPOS GERAIS-MG	12/12/1985
NASC. LV-A-45 FL-213V	
CAMPOS GERAIS-MG	
080318896-00	
PII-1233	LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÉDO ASSINATURA DO DIRETOR
2 VIA	
LEI N. 7.116 DE 29/08/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE MINAS GERAIS	
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	
	
	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	



**Ministério da Fazenda
Receita Federal**

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número

080.318.896-00

Nome

WESLEY PORTUGAL LUZ

Nascimento

12/12/1985

CÓDIGO DE CONTROLE

87CF.0DA6.CCB6.9C66



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 17:29:29 do dia 26/06/2018 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ 06.961.100/0001-15
Inscr. Estadual 062.323126-0067
Av. Baturama, 1200 - 17º Andar - Ala A3
Santa Agadinho - CEP 31.590-131
Belo Horizonte - MG - Brasil

Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica

Série: U1 NF: 029280871

Controle:

02.004/R4S0DBB616/0028

Emissão: 09/05/2018 Impressão: 09/05/2018 10:50:05

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criado pela

Emissão autorizada pelo Regime Especial/PTA Nº 45.00009702.37 - SEF/MG Lei nº 10.438 de abril de 2002

WESLEY PORTUGAL LUZ

Nº DO CLIENTE: 7008590746

RUA MANOEL MARTINS 288 CS

Nº da Instalação 3012018214 Subclasse RESIDENCIAL Classe Residencial Bitâncio

DIADEMA
CAMPOS GERAIS - MG
CEP: 37160-000

Dados de Leitura Anterior Atual Próxima Modalidade Tarifária Tarifa Convencional

MEDIDOR Nº: APD126107423

Informações Técnicas				
Tipo de Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Medição	Consumo
Energia Elétrica	6735	6866	1	131

VALORES FATURADOS			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	131	0,74814146	97,98
ENCARGOS/COBRANÇAS			
Descrição			Valor R\$
Contrib.Custo Ilum. Pública			14,08
Juros mora 1%am: 14 dia(s) sobre R\$114,98			0,54
Variação do IGPM: R\$115,52			0,34
Multa 2% conta de 04/01/18 sobre R\$ 129,58			2,59
TARIFAS APLICADAS(Sem impostos)			
Energia Elétrica kWh		0,49714000	
ADICIONAL BANDEIRAS (já incluído no Valor a Pagar)			
Bandeira Amarela			0,56

CPF: 080.318.896-00

RESERVADO AO FISCO

93C0.711F.0036.ED44.4F33.D174.FB57.3757

REFERENTE A		VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
MAI/2018		02/06/2018	R\$ 115,53
Base de Cálculo (R\$):		Alíquota:	Valor (R\$)
ICMS	97,98	30	R\$ 29,39
PASEP	97,98	0,66	R\$ 0,64
COFINS	97,98	2,89	R\$ 2,83
Histórico do Consumo			RESUMO DE CONTAS VENCIDAS E DÉBITOS ANTERIORES
Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/dia	Dias de Faturam.
ABR/2018	166	5,18	32
MAR/2018	147	5,06	29
FEV/2018	185	5,80	29
JAN/2018	192	5,81	31
DEZ/2017	142	5,07	28
NOV/2017	194	6,25	31
OUT/2017	133	4,75	28
SET/2017	170	5,15	30
AGO/2017	162	5,40	30
JUL/2017	169	5,28	32
JUN/2017	172	5,73	30
MAI/2017	174	5,43	32
			Mês 09/05/2018 constata pendência e débito que sujeita a unidade consumidora à suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir da data discriminada:
			DÉBITO(s)
Mês/Ano	Valor	Prev. Corte	
ABR/2018	R\$146,50	23/05/2018	
A religação estará condicionada à inexistência de débitos vencidos de sua responsabilidade			

Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 2.248, de 23/05/2017.
ABR/2018 Band. Verde - MAI/2018 Band. Amarela.
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas.
É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local.
Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br
Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

RECEBA SUA FATURA DE ENERGIA POR E-MAIL DE FORMA FÁCIL, RÁPIDA E SEGURA.
ACESSE AGORA www.cemig.com.br



CÓDIGO DE DÉBITO AUTORIZADO

008033881726

VENCIMENTO
02/06/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 115,53

REFERENTE A MAI/2018 Nº DA INSTALAÇÃO 3012018214

83610000001-4 15530138000-4 25325066911-1 08033881726-7



CERTIDÃO DE CASAMENTO

Livro: 4 B Fls.: 034v Termo: 868

NOMES:

WESLEY PORTUGAL LUZ

SHIRLEY APARECIDA DE OLIVEIRA

MATRICULA:

0355500155 2015 3 00004 034 0000868 31

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIROS, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

WESLEY PORTUGAL LUZ, nascido aos 12/12/1985, em Campos Gerais - MG, brasileira filho de OLIVEIRA JOSÉ DA LUZ e IRIA DE FÁTIMA PORTUGAL LUZ.

SHIRLEY APARECIDA DE OLIVEIRA, nascida aos 22/05/1981 em São Paulo - SP, brasileira filha de MATUSALÉM DE OLIVEIRA e MARIA APARECIDA SILVA OLIVEIRA.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

quinze de junho de dois mil e quinze

DIA MÊS ANO

15/06/2015

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

WESLEY PORTUGAL LUZ e SHIRLEY APARECIDA DE OLIVEIRA PORTUGAL

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Data do Casamento Religioso 30/05/2015

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais
Oficial: Sulimar Maria de Assis
Rua Engenheiro Lofgren, 164 Capitão Gomes
Campos Gerais-MG
(35)3853-1070

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Campos Gerais-MG, 15 de junho de 2015.

Sulimar Maria de Assis
Assinatura do Oficial/Substituto

Certidão sem Averbação....: 24,97 / Taxa Fisc. Judiciária....: 5,04 / TOTAL....: 30,01



VAL CARD PARA IDENTIFICACAO

REGISTRO
GERAL MG-14.241.787 DATA DE
EXPIRACAO 27/06/2002

NOME
MATUSALEM DE OLIVEIRA

RELACAO
BASILIO VALERIO DE OLIVEIRA
TERESA AUGUSTA FERREIRA

NATURALIDADE
CAMPOS GERAIS-MG DATA DE NASCIMENTO
4/4/1947

DOC. ORIGEM CAS. LV-23B FL-159
CAMPOS GERAIS-MG
148832106-00

PII-1194 1. VIA

LEI Nº 116 DE 2006/93

*Verificar
Vice*

RECEBIMOS DA SECRETARIA FEDERAL

MATUSALEM DE OLIVEIRA

CONTRIBUINTE

04.04.47 NASCIMENTO

148 832 106 INSCRICAO NO CPF

00

212

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

Matusalem de Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Matusalem de Oliveira

VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL

CADASTRO DE IDENTIFICACAO

0803 148832106-00

CONFECCAO DE IDENTIFICACAO



CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ nº 06.110.021/15
Inscr. Estadual 082.322136.0007
Av. Barão de São João, 1200 - 17º Andar - Ala A1
Bairro Aguiar de São José - CEP 30140-131
Belo Horizonte - MG - Brasil

Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica

Série: U1 NF: 036070439

Controle:

02.102/R4S0DBB594/0062

Emissão: 08/06/2018 Impressão: 08/06/2018 07:42:24

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criado pela

Emissão autorizada pelo Regime Especial/PTA Nº 45.000009162.37 - SEF/MG

Lei nº 10.438 de abril de 2002

MATUSALEM DE OLIVEIRA

Nº DO CLIENTE: 7002736061

RUA NOSSA SENHORA DO CARMO 845

LJ A

CENTRO

CAMPOS GERAIS - MG

CEP: 37160-000

MEDIDOR Nº: AMF123086947

Nº da Instalação	Subclasse	Classe
3003964167	Comercial Comum	Comercial Monofásico
Datas de Leitura		
Anterior	Atual	Próxima
09/05	08/06	07/07
Modalidade Tarifária		
Tarifa Convencional		

Informações Técnicas		Constante de Medição	Consumo
Tipo de Medição	Leitura Anterior		
Energia Elétrica	1368	1392	1

VALORES FATURADOS		Preço	Valor (R\$)
Descrição	Quantidade		
Custo de Disponibilidade			22,80
TARIFAS APLICADAS (Sem Impostos)			
Energia Elétrica kWh	0,55188667		
ADICIONAL BANDEIRAS (já incluído no Valor a Pagar)			0,30
Bandeira Amarela			0,53
Bandeira Vermelha			

CPF: 148.832.106-00

RESERVADO AO FISCO

58AA.1955.2FFC.9249.8AAA.D992.E883.0076

REFERENTE A JUN/2018 VENCIMENTO 02/07/2018 VALOR A PAGAR R\$ 22,80

	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	22,80	25	R\$ 5,70
PASEP	22,80	0,56	R\$ 0,12
COPINE	22,80	1,9	R\$ 0,43

Mês/Ano	Historico do Consumo		Dias de Faturam.
	Consumo kWh	Media kWh/dia	
MAI/2018	20	0,66	30
ABR/2018	20	0,82	30
MAR/2018	28	0,96	29
FEV/2018	11	0,37	26
JAN/2018	21	0,63	33
DEZ/2017	15	0,53	28
NOV/2017	14	0,45	31
OUT/2017	13	0,46	28
SET/2017	17	0,51	33
AGO/2017	22	0,73	30
JUL/2017	1	0,83	32
JUN/2017	38	1,26	30

RECEBIMENTO DE CONTAS VENCIDAS E DEBITOS ANTERIORES

Tarifa vigente conforme Res Anel nº 2.396, de 22/05/2018.
MAI/2018 Band. Amar. - JUN/2018 JUN/2018
Considerar nota fiscal quitada após débito em sua c/c.
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas.
É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local.
Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br

RECEBA SUA FATURA DE ENERGIA POR E-MAIL DE FORMA FÁCIL, RÁPIDA E SEGURA.
ACESSE AGORA www.cemig.com.br



CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO

000039641675

VENCIMENTO

02/07/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 22,80

DÉBITO AUTOMÁTICO

JUN/2018

Nº DE INSTALAÇÃO

3003964167

83620000000-5 22800138000-2 25434356511-8 00039641675-2



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Livro: 23 B Fls.: 159 Termo: 3748

NOME(S):

MATSALEM DE OLIVEIRA e MARIA APARECIDA SILVA

MATRÍCULA:

0355500155 1974 2 00023 159 0003748 05

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIROS, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

MATSALEM DE OLIVEIRA, nascido aos 04/04/1947, em Campos Gerais - MG, brasileiro, filho de **BASILIO VALERIO DE OLIVEIRA** e **TERESA AUGUSTA FERREIRA**.

MARIA APARECIDA SILVA, nascida aos 02/12/1952, em Campo do Meio - MG, brasileira, filha de **SEBASTIÃO BATISTA DA SILVA** e **OLIVIA VERONICA DA SILVA**.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

DIA MÊS ANO

trinta de maio de mil novecentos e setenta e quatro

30/05/1974

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

comunhão de bens, regime anterior à Lei 6.515/77

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

MARIA APARECIDA SILVA OLIVEIRA

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Não consta.

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais
Oficial: Sulimar Maria de Assis
Escrevente: Vanessa Aparecida M. Vilela
Rua Engenheiro Lofgren, 164 Capitão Gomes
Campos Gerais - MG
(35)3853-1070

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Campos Gerais - MG, 21 de fevereiro de 2011

Sulimar Maria de Assis
Assinatura do Oficial/ Substituto

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

Sulimar Maria de Assis

Titular

Vanessa Aparecida M. Vilela

Escrevente

Tel.: (35) 3853-1070

Campos Gerais - MG

Selo de Fiscalização

CERTIDÃO
AKH 09981

TABELAS 728

Emolumentos R\$ 20,01

ITF R\$ 0,00

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
MG-20.103.466 DATA DE EMISSÃO 03/01/2013

NOME
CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS

ENDEREÇO
LAILTON AFONSO DE JESUS
CRISTIALMA DE OLIVEIRA JESUS

NATURALIDADE
CAMPOS GERAIS-MG DATA DE NASCIMENTO 23/11/1999

DOC. PRIMEIRO NASC. LV-12A FL-225
CAMPOS GERAIS-MG

CPF 135450906-47

LEITICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ADJUNTA DO DIRETOR

DJI 1233

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Carlos Eduardo de Oliveira Jesus

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL **IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA**

NOME DO ELEITOR
CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS

DATA DE NASCIMENTO 23/11/1999	Nº INSCRIÇÃO 2174 9434 0205	D.V. 085	ZONA 0068
---	---------------------------------------	--------------------	---------------------

MUNICÍPIO / UF
CAMPOS GERAIS/MG

DATA DE EMISSÃO
13/11/2017

JUIZ ELEITORAL
[Assinatura]

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Carlos Eduardo Oliveira de Jesus

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE CAMPOS GERAIS

MUNICÍPIO DE CAMPOS GERAIS

DISTRITO DE CAMPOS GERAIS

SERVIÇO REGISTRAL DAS PESSOAS NATURAIS

Sulimar Maria de Assis

Oficiala do Registro Civil

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, sob n: 12.542, a fl. 225 do livro n: A/12 de Registro de Nascimentos, encontra-se o assento de Carlos Eduardo Oliveira de Jesus nascido a vinte e tres(23).... de novembro de mil novecentos e noventa e nove (1999) , as 15 horas e 30 minutos nesta cidade, no Hospital São Vicente de Paulo do sexo: masculino Pai.: Lailton Afonso de Jesus, nat. de Carmo da Cachoeira-MG..... Mãe.: Cristialma de Oliveira Jesus, natural deste distrito sendo avós paternos: Augusto Batista de Jesus..... e dona: Maria Aparecida de Jesus e maternos: Eustáquio José de Oliveira e dona: Maria das Graças de Oliveira tendo sido declarante: o próprio pai e testemunhas: as constantes do termo

O assento foi feito em 25 de novembro de 1999

Observações:

O referido é verdade e dou fé

Campos Gerais, 25 de novembro de 1999

Delza Maria F. Brito
Oficiala do Registro Civil

Cartório do Reg. Civil das Pessoas Naturais
SULIMAR MARIA DE ASSIS
Oficiala

DELZA MARIA F. BRITO
Escrevente Juramentada
Tel. 0.xx.35 853-1070
Campos Gerais - MG

**NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS**

Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Rua Mar de Espanha, 525 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.330-900

CNPJ: 17.281.108/0001-0* - Inscrição Estadual: 082.000139.00-14

AGÊNCIA
MAIS
PRÓXIMA

RUA MAR DE ESPANHA, 525 - SANTO ANTONIO - BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30.330-900

Fale com a
COPASA**115**LAILTON AFONSO DE JESUS
R DOUTOR JOSE CLETO NETO, 111
JARDIM ALVORADA
CAMPOS GERAIS37.160.000
MG

REFERÊNCIA DA FATURA				
Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês	Grupo

QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS				
Serviço	Social	Residencial	Comercial	Industrial

Água	1				
Esgoto					

HIDRÔMETRO	LEITURA			CONSUMO FATURADO		
	Atual	Anterior	Próxima	Dias	m³	Litros
1111-000001	21/06/2018 1577	19/04/2018 1570	10/06/2018	32	21	21000

HISTÓRICO DE CONSUMO			
	Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros

10/06/2018	21.000	32	656
09/06/2018	20.000	31	645
08/06/2018	19.000	30	633
07/06/2018	18.000	29	621
06/06/2018	17.000	28	607
05/06/2018	16.000	27	593
04/06/2018	15.000	26	577
03/06/2018	14.000	25	560
02/06/2018	13.000	24	542
01/06/2018	12.000	23	522
31/05/2018	11.000	22	500
30/05/2018	10.000	21	476
29/05/2018	9.000	20	450
28/05/2018	8.000	19	421
27/05/2018	7.000	18	389

MATRÍCULA	
0 011 112 479 4	

IDENTIFICADOR USUÁRIO	
0 022 346 269 0	

CONSUMO MÉDIO	
m³	litros
18	

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO	
litros de água	

Água	Esgoto
R\$ 1,75	R\$ 0,00

TARIFA									
Faixas de consumo em 1.000 litros	Consumo da faixa em 1.000 litros	Unidades Atendidas	Volume Total	R\$/ Mil Litros Água	Valor Água R\$	R\$/ Mil Litros Esgoto	Valor Esgoto R\$	Sub Total R\$	
FIXA									
0 A 5	1,00 000	1	5,00	0,60000	0,60	0,00000	0,00	2,60	2,60
5 A 10	1,00 000	1	5,00	1,50000	7,50	0,00000	0,00	2,40	9,90
10 A 15	1,00 000	1	5,00	2,50000	12,50	0,00000	0,00	2,40	22,40
15 A 20	1,00 000	1	5,00	3,50000	17,50	0,00000	0,00	16,00	38,40
20 A 40	1,00 000	1	5,00	4,10000	20,50	0,00000	0,00	4,10	42,50
CVL	51,00 000	51,00	51,00		56,27	0,00	0,00		56,27

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS	
ABASTECIMENTO DE AGUA	56,28

TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: PIS/COFINS - VALOR: R\$ 3,71

PRAZO PARA PAGAMENTO AUTOMÁTICO
MELHOR PARA VOCE, CONSULTE SEU BANCO.

VENCIMENTO

09/06/2018

TOTAL A PAGAR

*****R\$56,28

INFORMAÇÕES GERAIS



**Ministério da Fazenda
Receita Federal**

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número

135.450.906-47

Nome

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS

Nascimento

23/11/1999

CÓDIGO DE CONTROLE

3DA2.7AE3.A4C6.76F9



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 15:20:07 do dia 10/07/2018 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



**Ministério da Fazenda
Receita Federal**

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número

016.356.636-44

Nome

AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO

Nascimento

19/12/1987

CÓDIGO DE CONTROLE

F276.E296.FE68.2D34

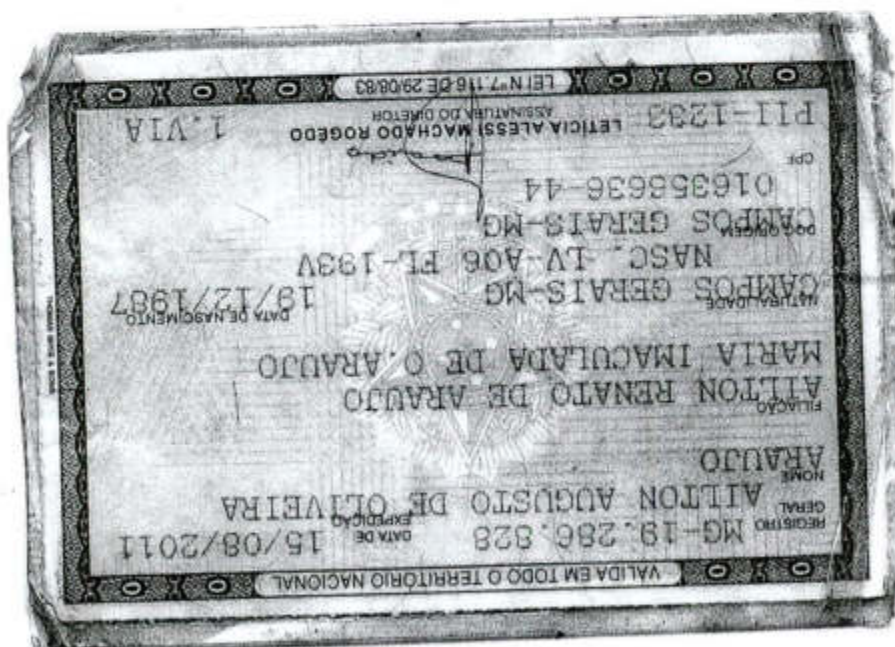


Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 15:57:04 do dia 28/06/2018 (hora e data de Brasília)

digito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS

NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS
Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Rua Mar de Espanha, 525 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG - CEP.: 30.330-900

CNPJ: 17.281.106/0001-03 - Inscrição Estadual: 062.000139.00-14

~~089-0160-50-711344~~

03 15 00 000 Page: 1/1

Fale com a **115**
COPASA

AGÊNCIA
MAIS
PRÓXIMA

14. 1962年10月1日，中国开始实行
1954年《宪法》。

AILTON RENATO DE ARAUJO
AV SAO VICENTE DE PAULA, 835
CENTRO
CAMPOS GERAIS

37,160,000
MG

REFERÊNCIA DA FATURA				
Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês	Grupo
001 10 00000000-1	01/01/2000	05/01/2000	01/01/00	70

MATRICULA
0 000 511 278

QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

IDENTIFICADOR USUÁRIO
0 001 143 867

SERVICIO	Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
Agua		1			
Esgoto					

HIDRÔMETRO	LEITURA			CONSUMO FATURADO		
	Atual (31/03/2016)	Anterior (31/03/2015)	Préximo (31/03/2017)	Dias	m³	Litros
AT01 (31/03/2016)				31	0	000

HISTÓRICO DE CONSUMO			CONSUMO MÉDIO	
VOLUME FATURADO Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros	m³	litros
10				

	litros	consumo/gasto	valor
Melão (kg)	1,5	30	45
Doce de leite (kg)	1,5	30	45

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO

30 litros de água

Período	Água	Esgoto
	R\$	R\$
Jan/2017	10.000	20
Fev/2017	10.000	20
Mar/2017	10.000	20
Abr/2017	10.000	20
Mai/2017	10.000	20
Jun/2017	10.000	20
Jul/2017	10.000	20
Agos/2017	10.000	20
Set/2017	10.000	20
Out/2017	10.000	20
Nov/2017	10.000	20
Dez/2017	10.000	20
Total	120.000	240

TARIFA								
MUNICIPIO DE BARRIALES								
Fuente de consumo con 1.000 litros	Consumo de litros con 1.000 litros	Unidades Alcantarales	Volumen Total	R\$ / M3 Litros Agua	Valor Agua R\$	R\$ / M3 Litros Esgoto	Valor Esgoto R\$	SUB TOTAL R\$
CASA		1				15,20	0,00	15,20
CA 5	5.00.000	1	5,00	0,36000	4,80	0,00000	0,00	4,80
SA 10	1.00.000	1	1,00	3,09900	3,00	0,00000	0,00	3,00
TOTAL	6.00.000		6,00		23,16		0,00	23,16

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS		
ABASTECIMENTO DE AGUA		23.18

TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: PIS/COFINS - VALOR: R\$

1.58

gentle subject?

FATURA VENCIDA EM 22/04/2018 - LIQUIDADA

VENCIMENTO

22/05/2018

TOTAL A PAGAR

*****R\$23.18

INFORMAÇÕES GERAIS

IMPORTANTE: CONFORME LEI 12.007/09, A COPASA DECLARA QUITADOS OS DEBITOS DO USUARIO DESTA IMOVEL NO ANO DE 2017, ISENTANDO DEMAIS COMPROVAÇOES PARA O ANO CITADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Livro: 4 B Fls.: 01 Termo: 801

NOMES:

AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO
CAROLINE MACHADO MIRANDA

MATRICULA:

0355500155 2012 3 00004 001 0000801 31

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIROS, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO, nascido aos 19/12/1987, em Campos Gerais - MG, brasileiro filho de **AILTON RENATO DE ARAUJO** e **MARIA IMACULADA DE OLIVEIRA ARAUJO**.

CAROLINE MACHADO MIRANDA, nascida aos 24/09/1992 em Campos Gerais - MG, brasileiro filha de **ADERSON VIEIRA MIRANDA** e **MARIA CRISTINA MACHADO MIRANDA**

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

vinte e cinco de outubro de dois mil e doze

DIA MÊS ANO

25/10/2012

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO e CAROLINE MIRANDA ARAUJO

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Casamento religioso para efeitos civis realizado em 06 de outubro de 2012. Em virtude de Mandado Judicial expedido pelo M.M. Juiz de direito em substituição, nesta comarca, Dr. Paulo Sérgio Vidal, datado de onze (11) de novembro de dois mil e quinze (2015), sentença proferida aos onze (11) de agosto de dois mil e quinze (2015), pelo mesmo juiz, processo nº 011615002415-0, fica averbado o Divórcio do casal, Ailton Augusto de Oliveira Araujo e Caroline Miranda Araujo, que em consequencia volta assinar o nome de solteira, ou seja, Caroline Machado Miranda. Bens já partilhados. Para constar fiz a presente dezesseis (16) de novembro de dois mil e quinze (2015). A esc. subst (MSCarvalho).

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais
Oficial: Sulimar Maria de Assis
Rua Engenheiro Lofgren, 164 Capitão Gomes
Campos Gerais-MG
(35)3853-1070

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Campos Gerais-MG, 16 de novembro de 2015.

Melissa Santos Carvalho
Assinatura do Oficial/Substituto

Certidão com Averbação....: 29,83 / Taxa Fisc. Judiciária....: 5,66 / TOTAL....: 35,49

CARTÓRIO DE REGISTRO

Sulimar Maria de Assis
TITULAR

Melissa Santos Carvalho
ESCREVENTE SUBSTITUTA

Rua José Júlio Sobrinho, 164
Capitão Gomes

Tel.: (35) 3853-1070

Campos Gerais - Minas Gerais



Ata de reunião do conselho comunitário da Rádio Comunitária Cidade FM aos 04 dias do mês de julho de 2018, reuniram se na sede da entidade na rua 13 de maio, 620 bairro bela vista campos gerais para análise e discussão sobre a grade de programação programas e projetos da emissora ou as que a mesma apoia, os membros do conselho vigente expuseram as últimas ações desenvolvidas pela estação comunitária que enfocam em seus programas a participação pública em divulgações de temas que abordam as áreas sócio culturais de nosso município e região atendidas, como divulgações relacionadas em apoio a projetos de entidades locais como APAE com seus projetos sociais, asilo vila vicentina com divulgação de eventos e promoção do idoso, divulgação de apoio cultural em prol ao lar são Jose associação beneditina de educação e bem estar social, eventos regionais para jovens e divulgação de caráter públicos de serviços essenciais, estes alguns aqui citados dos relevantes serviços prestados a comunidade de campos gerais e região sendo assim este conselho avalia de forma positiva a forma de condução da emissora e sua programação pelos atuais diretores e seus parceiros, sendo assim assinamos esta ATA em acordo as regras do serviço de rádio difusão comunitária em serviços a comunidade atendida assinam Valeria Camondá Pereira CPF:027-437-586-94 Caixa Escola Professora Filomena Maria Coelho Pimentel CNPJ: 00.112.291.0001-00, Marcos Vinícius Carvalho Barros CPF:076.215.346-64 Desafio Jovem Getsemani – Casa de Recuperação de Álcool e Drogas CNPJ:22.390.839/0001-16, Carlos Jose Ferreira CPF:654.018.246-53 Escola Estadual Professor Eduardo Daniel Ferreira Dias CNPJ:19.832.344.0001-95, Maura Maria de Paulo CPF: 780.929.576-49 Vila Vicentina de Campos Gerais da S.S.V.P CNPJ: 17.959.677.0001-54 , Gabriel Silva Pinto CPF:413.845.206-00 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campos Gerais MG CNPJ: 41.876.681.0001-33. Nesta afirmamos nosso apoio a grade de programação executada para o serviço de rádio difusão prestado pela entidade mantenedora Associação Comunitária Cidade de Rádio Difusão

Valeria Camondá Pereira
Marcos Vinícius C Barros
Carlos Jose Ferreira
Maura Maria de Paulo
Gabriel Silva D.

00.112.291/0001-00

CAIXA ESCOLAR PROFESSORA
FILOMENA MARIA COELHO PIMENTEL

Rua Santos Dumont, 461
Bela Vista - Campos Gerais - MG

Escola "Monsenhor Teófilo Sáez" - Ens. Fundamenta
Anos Finais - Decreto Nº 35.781/94 de 05/08/1994
AUTORIZAÇÃO FUNC. Nº 960/94 DE 24/08/1994
Portaria N.º 976/2013 de 13/09/2013
Rua Santos Dumont, 461 - Telefax: (35) 3853-1210
CEP 37160-000 Campos Gerais - MG

E. PROF. EDUARDO DANIEL FERREIRA DIAS
PQ. DR. ALFREDO BARBALHO, 60 - CENTRO
E-mail: escola171646@educacao.mg.gov.br
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
REGULAR E EJA / CURSO NORMAL
PORTARIA N.º 187/15
CRIADA PELA LEI N.º 3.145 DE 26/06/64
NOME ALTERADO PELO DECRETO 30.920
DE 09/02/90
CEP 37160-000 - CAMPOS GERAIS - MG

17.959.677/0001-54
São Vicentina de Campos
Gerais da S.S.V.P.
São Vicente de Paulo, 463
Centro - CEP 37160-000
CAMPOS GERAIS - MG

413 R.68 : 0001

Associação de Pais e Amigos
da Escola de Campos Gerais

Associação de Pais e Amigos
da Escola de Campos Gerais

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.112.291/0001-00 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 13/07/1994	
NOME EMPRESARIAL CAIXA ESCOLAR PROF FILOMENA MARIA COELHO PIMENTEL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.50-3-01 - Administração de caixas escolares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R SANTOS DUMONT	NÚMERO 461	COMPLEMENTO	
CEP 37.160-000	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	MUNICÍPIO CAMPOS GERAIS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO GUILTONCONTABIL@HOTMAIL.COM		TELEFONE (35) 3853-1502 / (35) 3853-1295	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **04/07/2018** às **15:57:48** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.390.839/0001-16 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/05/2015
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CHANCE DE RECOMEÇAR- DESAFIO JOVEM GETSEMANI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DESAFIO JOVEM GETSEMANI			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AC L LUGAR DENOMINADO BOA VISTA DOS COQUEIROS	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 37.160-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO CAMPOS GERAIS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADEPORTUGAL@HOTMAIL.COM		TELEFONE (35) 8689-9707 / (35) 3853-2797	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/05/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **04/07/2018** às **16:39:33** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 19.832.344/0001-95 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/11/1977
NOME EMPRESARIAL CAIXA ESCOLAR IRMAO MARIO ESDRAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.50-3-01 - Administração de caixas escolares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO PC DR ALFREDO BARBALHO	NÚMERO 60	COMPLEMENTO	
CEP 37.160-000	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO CAMPOS GERAIS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **04/07/2018** às **16:14:36** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 17.959.677/0001-54 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/12/1971
NOME EMPRESARIAL VILA VICENTINA DE CAMPOS GERAIS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONSELHO PARTICULAR DE CAMPOS GERAIS DA SSVP			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO TV CAMPOS SALES	NUMERO 196	COMPLEMENTO	
CEP 37.160-000	BAIRRO/DISTRITO VILA NOVA	MUNICÍPIO CAMPOS GERAIS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO VVCSGERAIS@GMAIL.COM		TELEFONE (35) 3853-1290	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **28/06/2018** às **10:10:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 28/06/2018

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 41.876.681/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/06/1993
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS CS GERAIS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola 85.13-9-00 - Ensino fundamental 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas 87.11-5-03 - Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R SANTOS DUMONT		NUMERO 310	COMPLEMENTO
CEP 37.160-000	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	MUNICÍPIO CAMPOS GERAIS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO contabjp@cangere.com.br		TELEFONE (35) 3853-1748	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/05/1999	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **05/07/2018** às **10:39:15** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO
CNPJ: 02.428.855/0001-43

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:58:36 do dia 26/06/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/12/2018.

Código de controle da certidão: **7AEC.3D9E.FE54.2B82**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044.900 – Brasília - DF



Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão

Rua 13 de Maio, 620 – Bela Vista

Campos Gerais – MG

CEP: 37160-000



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.428.855/0001-43 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/03/1998	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) "CIDADE FM"				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO R 13 DE MAIO		NÚMERO 620		COMPLEMENTO	
CEP 37.160-000	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	MUNICÍPIO CAMPOS GERAIS			UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTSAOMATHEUS@YAHOO.COM.BR		TELEFONE (35) 8872-2540			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/06/1998		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/06/2019** às **14:54:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CIDADE DE RADIODIFUSAO

CNPJ: 02.428.855/0001-43

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:56:00 do dia 24/06/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/07/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.428.855/0001-43
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CIDADE DE RADIODIFUSAO
Endereço: RUA LUIZ MARQUES RABELO / 413 / CENTRO CAMPOS GERAIS - MG

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/06/2019 a 16/07/2019

Certificação Número: 2019061703014456153558

Informação obtida em 24/06/2019 14:36:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO
CNPJ: 02.428.855/0001-43

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:47:25 do dia 24/06/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/12/2019.

Código de controle da certidão: **8E0A.35E2.CDDB.2B79**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.428.855/0001-43

Certidão nº: 174524855/2019

Expedição: 24/06/2019, às 14:52:33

Validade: 20/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA "CIDADE" DE RADIODIFUSAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.428.855/0001-43**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

53900.013013/2014-75

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO (CNPJ: 02.428.855/0001-43)

CAMPOS GERAIS/MG

1) Requerimento: Pg. 2 SEI (0102576)

Data apresentação: 22/08/2014

Endereço de correspondência:

Rua 13 de Maio nº 620 - Bela Vista

CEP 37160-000 - Campos Gerais/MG

Dados da Outorga

Processo Outorga: 53710.000811/1998

Portaria Autorização: nº 445, publicada no DOU de 27/03/2002

Decreto Legislativo: nº 580, publicado no DOU de 19/08/2004

2) Ata de Eleição da Diretoria: Pgs.15 a 16 SEI (3165581) - 01250.039751/2018-74

Tempo do mandato: 4 anos - Período: 04/07/2018 a 04/07/2022

Localização do registro: Pg.16

Cargo	Nome do Diretor	Nasc.	CPF	RG	Filiação	Título Eleitoral	Documentos
Presidente	 WESLEY PORTUGAL LUZ	12/12/1985	080.318.896-00	12.119.546	Oliveira Jose Luz e Iria de Fátima Portugal Luz	159265310221	Pgs. 17 a 20 SEI (3165581) - 01250.039751/2018-74
Vice Presidente	 MATUSALEM DE OLIVEIRA	04/04/1947	148.832.106-00	14.241.787	Basilio Valerio de Oliveira e Teresa Augusta Ferreira	080220800213	Pgs. 21 a 23 SEI (3165581) - 01250.039751/2018-74
Tesoureiro	 AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO	19/12/1987	016.356.636-44	19.286.828	Ailton Renato de Araujo e Maria Imaculada de O. Araujo	165123330256	Pgs. 29 a 32 SEI (3165581) - 01250.039751/2018-74
Secretário	 CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS	23/11/1999	135.450.906-47	20.103.466	Lailton Afonso de Jesus e Cristialma de Oliveira Jesus	217494340205	Pgs. 24 a 28 SEI (3165581) - 01250.039751/2018-74

3) Estatuto Social: Pgs. 7 a 14 SEI (3165581) - 01250.039751/2018-74

3.1) Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas:	Pg. 18
3.2) Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:	Art. 4º VI
3.3) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 7º "d"
3.4) Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 7º "a"
3.5) Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 7º
3.6) Especificação do órgão administrativo da entidade:	Art. 16º
3.7) Especificação do Conselho Comunitário:	Art. 32º a 33º
3.8) Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições:	Art. 17º a 21º
3.9) Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, apos a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos:	Art. 16º, §1º: mandato de quatro anos e uma recondução
3.10) Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	I - OK: arts. 1º e 2º - II - OK: art. 7º "d", art. 23º a 25º - III - OK: art. 7º e 8º - IV - OK: art. 22º - V - OK: art. 9º a 15º - VI - OK: art. 28º e 29º - VII - (gestão)OK: art. 16º a 21º;(aprovação contas)OK: art.11º "a".
3.11) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 23º e parágrafo único
3.12) Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	I - OK: art. 11º "b" - II - OK:art. 11º "b" - III - OK:art. 11 "b" e art. 14, § 1º, art. 11º "e".

3.13) Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES):	Não se aplica
3.14) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente):	Art. 29º
3.15) O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998:	OK

4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo 5) assinados por todos os dirigentes: Pgs. 2 a 3 SEI (3165581) - 01250.039751/2018-74

5) Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Pgs. 17 a 32 SEI (3165581) - 01250.039751/2018-74

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116: Pgs. 33 a 39 SEI (3165581) - 01250.039751/2018-74

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pg. 6 SEI (0102576)

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: SEI (4332893)

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): SEI (4332907)

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: SEI (34332921)

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: SEI (4332934)

12) Certidão negativa de débitos perante à Justiça do Trabalho: SEI (4332946)

13) Verificações sobre a manutenção ou o estabelecimento de vínculos: OK

14) Conclusão da Análise:

Processo instruído - apto para revisão final

Data de Envio:

24/06/2019 15:17:56

De:

MCTIC/Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

viviane.domingues@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade que pleiteia renovação de outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO (CNPJ: 02.428.855/0001-43), entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais / MG (processo nº 53900.013013/2014-75), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL N° 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / n° do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria n° 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria n° 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Processo nº: **53900.013013/2014-75**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIOFUSÃO.**

Assunto: **Pesquisa de Processos de Apuração de Infração.**

Da pesquisa ao banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração e ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, verificou-se que não consta(m) PAIs, concluído(s) ou em trâmite, atribuídos à entidade.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 10214/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.013013/2014-75.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão**, na localidade de **Campos Gerais**, estado de **Minas Gerais**, por meio da Portaria nº 445, publicada no DOU de 27/03/2002, e Decreto Legislativo nº 580, publicado no DOU de 19/08/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 19/08/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 22/08/2014, à fl. 2 (SEI 0102576), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO
QUADRO DIRETIVO

Presidente - WESLEY PORTUGAL LUZ
Vice Presidente - MATUSALEM DE OLIVEIRA
Tesoureiro - AILTON AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO
Secretário - CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE JESUS

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	Pg. 2 Petição SEI (0102576) e Pgs. 2 a 3 Petição SEI (3165581) - protocolo 01250.039751/2018-74
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	SIM
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Pgs. 7 a 14 Petição SEI (3165581) - protocolo 01250.039751/2018-74
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Pgs. 15 a 16 Petição SEI (3165581) - protocolo 01250.039751/2018-74
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	Pgs. 17 a 32 Petição SEI (3165581) - protocolo 01250.039751/2018-74
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC	Pgs. 33 a 39 Petição SEI (3165581) -

5	(alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	protocolo 01250.039751/2018-74
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	Pg. 6 Petição SEI (0102576)
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	SEI (4332893)
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	SEI (4332907)
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	SEI (4332921)
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	SEI (4332934)
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	SEI (4332946)
9	Relatório de apuração de infrações.	SEI (4486723)
10	Foi aplicada, de forma definitiva,	Não

3.1	pena de revogação da autorização?	nao.
-----	-----------------------------------	------

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 4333154).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 21/08/2019, às 08:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/08/2019, às 14:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 29/08/2019, às 16:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 29/08/2019, às 21:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4333724** e o código CRC **8CA695F4**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.013013/2014-75, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 02.428.855/0001-43, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10214/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de renovação]
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº

DE

DE

DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000811/1998 e nº 53900.013013/2014-75, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, CNPJ nº 02.428.855/0001-43, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.013013/2014-75

SEI nº 4333724

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

DESPACHO

Processo nº: **53900.013013/2014-75**

Entidade: **Associação Comunitária Cidade de Radiofusão**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 10214/2019/SEI-MCTIC (Evento SEI 4333724), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação Comunitária Cidade de Radiofusão**, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Campos Gerais, estado de Minas Gerais, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/09/2019, às 09:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4585508** e o código CRC **FEC40D7B**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.013013/2014-75, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 02.428.855/0001-43, explore pelo prazo de dez

anos a partir de 19 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10214/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC TIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de renovação]

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA Nº DE MINUTA DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000811/1998 e nº 53900.013013/2014-75, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, CNPJ nº 02.428.855/0001-43, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.013013/2014-75

SEI nº 4585508

MINUTA DE

Portaria

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000811/1998 e nº 53900.013013/2014-75, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, CNPJ nº 02.428.855/0001-43, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 04/09/2019, às 17:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4597727** e o código CRC **A19FA16A**.

MINUTA DE

Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.013013/2014-75, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 02.428.855/0001-43, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10214/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC TIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de renovação]
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 04/09/2019, às 17:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4597736** e o código CRC **78D1F224**.

Referência: Processo nº 53900.013013/2014-75

SEI nº 4597736

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53900.013013/2014-75

Referência: Despacho CGRC_REG_SP (4585508)

Interessado: Associação Comunitária Cidade de Radiofusão

Assunto: Renovação de outorga

Trata-se de minuta de portaria e de minuta de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, CNPJ nº 02.428.855/0001-43, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 09/09/2019, às 09:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4601202** e o código CRC **7AAF7A1A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.013013/2014-75

SEI nº 4601202



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4879/2019/SEI-MCTIC
DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000811/1998 e nº 53900.013013/2014-75, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, CNPJ nº 02.428.855/0001-43, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 19/09/2019, às 21:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4647690** e o código CRC **C4E054E9**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 26/09/2019 11:00:52
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5518130
Data prevista de publicação: 27/09/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12053772	ATO PORTARIA Nº 4878 MIN NOT.rtf	d32883e0d4927806 97c8872cfb8eac6e	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12053773	ATO PORTARIA Nº 4972 MIN NOT.rtf	871524fc651b2f5a 528406d0951bd608	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12053774	ATO PORTARIA Nº 4973 MIN NOT.rtf	a9672a20f9008b09 94ba33804b3b9ca6	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12053775	ATO PORTARIA Nº 4978 MIN NOT.rtf	b41455447b8be980 761d66d1875f17a6	8,00	R\$ 264,32
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
12053776	ATO PORTARIA Nº 4979 MIN NOT.rtf	891921cec6e9ebc7 6286fff799b664b1	8,00	R\$ 264,32
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
12053777	ATO PORTARIA Nº 4980 MIN NOT.rtf	b0eb29daaf30f4ec cc8f4ce90a238498	8,00	R\$ 264,32
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
12053778	ATO PORTARIA Nº 4981 MIN NOT.rtf	9eced5d9985e986e 369d13f4a386769c	8,00	R\$ 264,32
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
12053779	ATO PORTARIA Nº 4879 MIN NOT.rtf	f739e6eb1b7ab23b 5a38ebd0ea7bd22f	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12053780	ATO PORTARIA Nº 4880 MIN NOT.rtf	fda79e5e364f3631 20e8e6599c2a5dcb	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12053781	ATO PORTARIA Nº 4881 MIN NOT.rtf	0bb36da61a608305 b17f96f01b9ba651	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12053802	ATO PORTARIA Nº 4883 MIN NOT.rtf	135cfd72cd018033 e0773fb887ee9eaa	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28

12053803	ATO PORTARIA Nº 4884 MIN NOT.rtf	92ac4b63a0b9d02c 973ee985366c5459	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12053804	ATO PORTARIA Nº 4944 MIN NOT.rtf	da8a08efbe22644d 405ba87cd15ca2ae	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12053805	ATO PORTARIA Nº 4969 MIN NOT.rtf	754cc4c57074274b cdc6ecfd0231d5f5	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12053806	ATO PORTARIA Nº 4970 MIN NOT.rtf	4500f5c5d2b68cae 8f9c68d99ce6a395	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			109,00	R\$ 3.601,36

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.878-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.000342/1999-18 e nº 53900.023694/2014-80, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes, CNPJ nº 02.944.393/0001-17, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.879-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000811/1998 e nº 53900.013013/2014-75, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, CNPJ nº 02.428.855/0001-43, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.880-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.000031/2003 e nº 53900.046276/2016-22, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de maio de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária Nova Bassano, inscrita no CNPJ nº 04.761.633/0001-73, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Bassano, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.881-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000346/1999 e nº 53000.015820/2013-95, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Popular Passaquatreense Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, CNPJ nº 01.749.833/0001-12, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Passa Quatro, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.883-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.000731/1999 e nº 53000.006047/2014-57, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação a Serviço da Vida e da Verdade, CNPJ nº 02.999.114/0001-12, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Taciba, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.884-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.001778/1998 e nº 53000.005226/2014-77, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação O Bom Pastor de Amparo Social, CNPJ nº 02.470.182/0001-90, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Presidente Bernardes, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.944-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53630.002079/1998 e nº 53000.051422/2012-51, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à Associação Beneficente Maria Pinto, inscrita no CNPJ nº 01.784.785/0001-01, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caucaia, estado do Ceará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.969-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.000143/1999 e nº 53900.015631/2015-31, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Palmarense Rádio Comunitária, CNPJ nº 03.006.655/0001-65, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmares do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.970-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53670.001560/2002 e nº 53900.046499/2015-17, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de maio de 2016, a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Itaberaí, inscrita no CNPJ nº 05.093.453/0001-23, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itaberaí, estado de Goiás.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.972-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000921/1998 e nº 53900.046954/2015-76, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de maio de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária São Mateus, inscrita no CNPJ nº 02.438.294/0001-63, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Mateus do Sul, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.973-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000596/2001 e nº 53900.057914/2016-31, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de setembro de 2017, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais, inscrita no CNPJ nº 03.372.613/0001-48, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.978-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.038585/2016-29, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Voz para Trindade, CNPJ nº 24.826.580/0001-39, cuja sede se situa na Avenida A, Quadra 20, Lote 07, nº 02, Bairro Jardim das Oliveiras, na localidade de Trindade, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.013013/2014-75**.

Entidade: **Associação Comunitária Cidade de Radiofusão**.

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 4879 de 19 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 27/09/2019, renovou-se a outorga da **Associação Comunitária Cidade de Radiofusão** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 53900.013013/2014-75, acompanhado do ato de renovação de outorga, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4686134** e o código CRC **579C401B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.013013/2014-75

SEI nº 4686134

Brasília, 21 de outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.013013/2014-75, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 02.428.855/0001-43, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campos Gerais, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10214/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC TIC nº 4.879/2019, de 19 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 27/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40555/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.013013/2014-75.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4769391** e o código CRC **6489B259**.